Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 56. /19 046 4$00

SEXTA-FEIRA 7 MAIO 1976

Uma força policial guardava esta manhã a entrada do Hotel Altis, um dos seis ocupados até às 2 da manhã por grupos de retornados. A expulsão dos intrusos provocou vários incidentes

Expulsos esta noite de seis hotéis

RETORNADOS FALHARAM OFENSIVA

. O clima de pânico e violência provocado ontem e esta madrugada por alguns retornados, **sob a égide de uma «Inter-organização de Refugiados»** que a maioria dos desalojados repudia, falhou logo que as Forças de Intervenção da P.S.P. intervieram. Fracassou, também, aquilo que muitos observadores interpretavam como «tentativa de desestabilização política entre duas eleições», não sendo ainda conhecidas as conotações que essa tentativa possa ter, nem quem manipula alguns dos retornados mais exaltados para as «tarefas» que lhes foram indicadas.

Entre as 11 horas de ontem e as cinco desta madrugada as Forças de Intervenção da P.S.P, devidamente equipadas desalojaram de cinco dos hotéis que ontem tinham sido ocupados (Altis, Tivoli, Ritz, **Fénix e Florida) aqueles inoportunos** «clientes». As ameaças que alguns fizeram a empregados e trabalhadores dessas unidades hoteleiras também não resultaram, porque estes reagiram com decisão. Malograram-se igualmente os contactos estabelecidos pelos desordeiros com retornados alo**jados em hotéis, a quem terão** solicitado apoio para a concretização dos seus objectivos.

No Altis, onde os retornados intrusos penetraram ontem à tarde, a desocupação processou-se às 2 horas da madrugada. A P.S.P. disparou um ou dois tiros, a fim de dispersar os «invasores», e um deles foi ferido ligeiramente. No exterior verificaram-se cenas mais violentas, e houve entre os retornados um que, mais desesperado, atirou uma pedra partindo o vidro da fachada, na Rua Castilho. Afirmou-nos esta manhã um empregado da recepção, que para além de outros prejuízos materiais e morais havia também esse, que «deve rondar os 50 contos».

O Tivoli teve também um vidro partido, cujo custo é igual ao que foi quebrado no Altis. A desalojação dos ocupantes deu-se de madrugada, e os retornados que ali estão hospedados manifestaram aos «invasores» o seu desagrado por tal atitude. Segundo aqueles, «uma atitude destas só nos prejudica», terão dito alguns, «porque leva o povo a formar uma imagem dos retornados que não serve para todos. Não temos culpa», disseram tam**bém, «que entre nós haja provocadores que nunca trabalharam na vida». Naquele hotel um dos «invasores» terá sido detido, facto que a P.S.P. por nós contactada esta manhã não confirmou.**

NADA DE ANORMAL EM CASCAIS E NO ESTORIL

Eram cinco da manhã quando os poucos retornados que se «apoderaram» do Fénix conheceram a mesma sorte: a rua. Os que ali estão alojados também não apoiaram, como noutros estabelecimentos do género, os intrusos. Um dos empregados do Fénix salientou-nos, preocupado, que a não ser posto cobro a «tais manobras» é a classe «que corre o risco de se ver no desemprego», uma vez que [illegible]era essa **a sua convicção** — **«os turistas** podem recear represálias e deixar de vir a Portugal». «Não **é verdade? Que é que íamos** fazer se dessem cabo de tudo isto?».

No Florida, outro dos hotéis «atingidos», a desocupação verificou-se cerca das 2 e 30. Não houve incidentes, resultando em pleno o diálogo travado entre a P.S.P. e os «invasores». **Ritz, Rex, Flamingo e Presidente** não viveram essa «onda» de «ocupações». O mesmo aconteceu aos estabelecimentos hoteleiros situados no Estoril, Cascais e Carcavelos, hotéis que os retornados «esqueceram».

As ocupações acima assinaladas surgiram após dois dias de concentração em S. Bento e a ocupação provisória do I.A.R.N., na Rua da Junqueira. A acção dos retornados, como tivemos oportunidade de referir, deu-se pelo facto do Governo não responder às exigências por eles feitas à direcção do I.A.R.N. Recorde-se que entre as suas pretensões **estavam a concessão de um** subsídio de seis mil escudos por casal, 4 mil para retornados solteiros, pensão mínima nacional para cada ascendente e mil escudos para cada filho **menor. Um despacho do secre**tário de Estado dos Retornados, dr. Amândio Azevedo (P.P.D.) esteve na origem de todas aquelas «operações» ao proibir os termos de responsabilidade do I.A.R.N. para alimentação em restaurantes a to-

Continua na pág. 20

20 PÁGINAS

Sismos em Itália: trezentos mortos

BUIA (Itália), 7 (ANOP e FP) — A Polícia afirmou hoje que se supõe terem morrido perto de 300 pessoas em consequência dos tremores de terra que atingiram ontem o Norte da Itália, deixando em ruínas diversas localidades perto da fronteira com a Jugoslávia.

O Ministério do Interior anunciou, entretanto, em Roma terem já sido encontrados 139 cadáveres e que se receia que haja ainda umas 160 pessoas entre os destroços, provavelmente mortas.

Entretanto, ascende a mais de mil o número de feridos e as autoridades lançaram apelos para a dádiva urgente de sangue.

A rádio nacional, informando de Udine, anunciou esta madrugada que 180 000 pessoas passaram a noite ao ar livre.

O Exército montou abrigos em estádios de futebol e outros espaços abertos.

«Aldeias inteiras desapareceram do mapa» — afirmou um elemento de uma brigada de socorro.

(Pág. 13)

À procura de consenso?

Eanes e Rocha Vieira no Porto

Enquanto se continua a especular em torno da próxima apresentação da candidatura à Presidência do general Ramalho Eanes e a sua substituição na chefia do E.M.E. pelo brigadeiro Vasco Rocha Vieira, director da Arma de Engenharia, os dois militares deslocaram-se hoje ao Porto, onde chegaram ao princípio da tarde.

Ramalho Eanes e Rocha Vieira encontram-se reunidos no Q.G. da R.M.N. com oficiais e sargentos daquela região. O seu regresso a Lisboa está previsto para esta noite.

Esta deslocação dos dois militares deve inserir-se, segundo certas fontes, na série de consultas que vêm sendo feitas com o objectivo de auscultar um amplo leque do Exército, quer quanto à candidatura de Ramalho Eanes quer quanto à sua substituição.

Ao que parece, quer num quer noutro caso, não existirá um consenso generalizado, sendo mesmo possível que a hipótese de Vasco Rocha Vieira a assumir a chefia do E.M.A. não detenha sequer apoios comparáveis aos que, segundo se anuncia, goza a possibilidade de candidatura de Ramalho Eanes.

Apesar de tudo, a situação não poderá colocar-se em termos de impasse absoluto, pelo menos fazendo fé num certo optimismo que transparece das declarações ontem feitas por Melo Antunes à partida para Sófia.

Segundo o semanário «O Jornal», na sua última edição, em que apresenta como quase certa as candidaturas paralelas de Ramalho Eanes e Pinheiro de Azevedo, o actual chefe do E.M.E. terá já estabelecido os pontos em que assentará um documento que poderá vir a apresentar ao eleitorado na hipótese de anunciar a sua candidatura como «independente».

Este documento teria como «vector principal» — ainda segundo a mesma fonte — «a defesa intransigente da independência nacional e das liberdades», apontando «três fases distintas» para o desenvolvimento, a curto prazo, da «política nacional»: «resolução dos problemas da crise económica; consolidação das novas estruturas das F.A.; aperfeiçoamento das condições de desenvolvimento do processo iniciado em 25 de Abril de 1974».

CONTINUA APOIO A COSTA GOMES

Na sequência de um documento apontando para a necessidade da candidatura do actual Presidente da República — e que já possui a assinatura de 166 individualidades independentes — um outro acaba

Continua na pág. 20

«Qualquer dia fazemos justiçaa pelas nossas próprias mãos» — disse ao «DL» a mãe de uma menina que com outras duas foi ontem alvo de galanteios de um homem na Quinta do Morgado, cuja população está em alvoroço devido ao facto. Entretanto dois rapazinhos foram anteontem do Bairro da Encarnação ao Poço do Bispo em passeio e ainda não voltaram a casa.

(PÁG 20)

sete PONTO sete

DL

ARTE, ESPECTACULO, PASSATEMPO & DIVERSOS

Amanhã

DE NOVO O SUPLEMENTO DL

Nacional

Política de A a Z

O VOTO EM MELO ANTUNES E O VOTO DE MELO ANTUNES

Em trocas de impressões entre militares e entre civis e militares, verificou-se que o voto em Melo Antunes a que a «Carta ao Presidente que eu queria» de Maria Velho da Costa nos incita a, correspondia a uma generaliza- apreciação do perfil político de um «homem de Estado» que a Revolução do 25 de Abril revelou. Não foi o único, não o esquecemos. Mas o «processo revolucionário em curso» — frase herética que já caiu no desagrado de companheiros que não se cansam de nos surpreender — deve-lhe muito. Deve-lhe constante defesa, algumas acelerações, pontuais e significativas travagens. Em tudo isso, num juízo global, atentou Maria Velho da Costa. Soube considerar contradições da hora e riscos a médio e longo prazo. Mas, a centelha fulgiu tarde. Os dados estavam jogados. O próprio Melo Antunes engajado na aventura político-militar possível. E outra vez a solução militar prestante virá a condicionar — ou a adiar — a melhor solução política.

Importará, todavia, relacionar o «voto em Melo Antunes» com o «voto de Melo Antunes». Há dias, quando partia para a Bulgária em missão oficial, o ministro Melo Antunes afirmou: «Tanto quanto, nós militares, mais directamente responsáveis por esse tipo de problemas, nomeadamente, aqueles que pertencem ao Conselho da Revolução, eu vou relativamente descansado. Pensamos que algumas decisões foram tomadas e que essas decisões são aquelas que, na nossa perspectiva, melhor servem os interesses deste País».

Estas palavras confiantes foram completadas depois nos seguintes termos: «Chamo a atenção para o facto de não sermos nós que adiantamos nomes de candidatos prováveis. Temos de ter um respeito estrito pelos aspectos formais que são importantes neste campo».

E estas palavras formais e frias que pelo ponderado juridicismo parecem dar o tom futuro das intervenções do presidente da Comissão Constitucional que assistirá o Conselho da Revolução, foram esclarecidas pela declaração categórica e quente: «não aceitamos a identificação de nenhum candidato militar com qualquer formação política e muito menos de uma formação política de direita».

RAMALHO EANES E O P. P. D.

As palavras categóricas e certeiras de Melo Antunes vieram corroborar a declaração do general Ramalho Eanes: O anúncio do apoio do P.P.D. à sua candidatura compromete apenas o P. P. D. Das palavras de Melo Antunes, da declaração de Ramalho Eanes, depreende-se o que parece ser uma posição comum do Conselho da Revolução: não adiantar nomes de candidatos, não aceitar candidaturas que identifiquem os militares com um determinado partido político. O capitão Sousa e Castro deu a palavra a quaisquer sete mil e quinhentos cidadãos portugueses no pleno uso dos seus direitos. Pergunta-se: e se esses sete mil e quinhentos cidadãos forem todos filiados no mesmo partido político?

UM CANDIDATO ESQUECIDO

Dos muitos candidatos cujo nome tem sido referido nos órgãos de Imprensa, estão muitos já esquecidos. Um dos esquecidos é o general Silva Cardoso no qual, pela sua actuação em Angola, o P. P. D. parece ter visto virtualidades presidenciais. Interrogado, em Março, por um semanário, o general Silva Cardoso não repudiou inteiramente a possibilidade de vir a ser candidato à Presidência da República. Então disse: «O cargo de Presidente da República, dada a grave crise que o País atravessa, só um inconsciente ou um louco o pode ambicionar». Não ficou esclarecido se, sem explicitamente a ela se referir, pensava na candidatura de outro general da Força Aérea. Mas das fraquezas fazendo forças, no entanto, admitia: «Considero que sou mais útil na função militar do que noutra qualquer. Penso que há, felizmente, outros oficiais-generais capazes de desempenhar as espinhosas funções de Presidente da República... Esta é a minha posição pessoal. Mas eu sou militar, por profissão e por vocação. O facto de ser general não me dá o direito de me eximir ao que me for exigido, pois só assim posso esperar que outros cumpram o que lhes ordeno».

O general Silva Cardoso, aceitaria ser presidente por «espírito (militar) de missão». Por «espírito (nacional) de missão» o general Galvão de Melo se dispõe a ser candidato.

UM CANDIDATO QUE SE NÃO PODE ESQUECER

O almirante Pinheiro de Azevedo, Primeiro-Ministro do VI Governo Provisório, é um candidato que não poderá ser esquecido. Contra ventos e marés, contra correntes do Conselho da Revolução e contra correntes políticas, como marinheiro que é, Pinheiro de Azevedo ignora os movimentos de opinião, a marginalização discreta por parte do P. S., a pequena traição do P. P. D., e dispõe-se, forte e quase só, oferecendo o peito às ingratidões e ao destino, a manter a sua candidatura para defender e prosseguir o «processo revolucionário em curso». Em entrevistas longas e pensadas, longamente recordou um passado político e reafirmou uma disponibilidade pragmática. Os políticos não podem ignorar esta candidatura. Os militares não poderão desconhecer que um membro do Conselho da Revolução, actual Primeiro-Ministro, antigo chefe de Estado-Maior da Armada, continua a afirmar-se disposto a ser Presidente da República. «Se for necessário...». Esta modesta afirmação pode ser interpretada como uma potencial oposição a outras candidaturas.

E se falássemos claro? O diálogo é urgente.

Melo Antunes na Bulgária

Incrementar relações económicas e culturais

. Depois de uma escala em Madrid, onde se avistou com o subsecretário dos Assuntos Exteriores Marcelino Oreja, o ministro Melo Antunes chegou a Sófia para uma visita oficial de três dias à Bulgária.

Melo Antunes era aguardado no aeroporto seu homólogo búlgaro, Peter Mladenov e outras individualidades.

Assuntos relativos ao desanuviamento, desarmamento, situação naquela área do mundo e problemas do Médio Oriente, além de questões de natureza comercial, são as matérias incluídas na agenda de Melo Antunes para o seu encontro com o presidente Todor Zhivkov e com o primeiro-ministro Stanko Todorov.

Recorda-se que Portugal e a Bulgária têm já um acordo comercial a longo prazo, estando prevista agora a assinatura de um acordo cultural e de uma convenção para a supressão de vistos.

Falando aos jornalistas à partida para a capital búlgara, Melo Antunes declarou que a viagem tinha como objectivo fundamental «fazer o ponto da situação das nossas relações, neste momento a nível bilateral, e o de discutir as grandes questões internacionais que interessam aos países tanto do campo socialista como do campo a que nós pertencemos.»

. Referiu-se em seguida às candidaturas para a Presidência da República, afirmando: «Não aceitamos a identificação de nenhum candidato militar com qualquer formação política, muito menos com uma formação política de direita».

Melo Antunes declarou ainda que partia tranquilo pois tinham sido tomadas algumas decisões que na sua perspectiva são as que melhor servem os interesses do País.

SOUTO CRUZ REGRESSOU DE BRUXELAS

Regressou ontem de Bruxelas onde representou o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas em reuniões da NATO, o vice-almirante Souto Cruz, chefe do Estado Maior da Armada.

Souto Cruz revelou que entre outras reuniões participou numa com secretário-geral da NATO, Joseph Luns que «numa análise que fez da situação política, dirigiu algumas palavras de muita amizade a Portugal, manifestando da parte quer da NATO, quer de todos os países membros da Aliança a sua profunda admiração pela forma como as eleições decorreram em Portugal.»

O chefe do Estado-Maior da Armada revelou depois que não tencionava candidatar-se à Presidência da República, acentuando que «os militares não devem neste momento, por forma nenhuma tentar influenciar a opinião pública.»

. Referiu-se ainda ao general Ramalho Eanes que definiu como «um homem íntegro, que, de resto, tem desempenhado o lugar que ocupa de uma forma brilhante, e a quem o País e a Revolução muito devem.»

Livro de jornalistas revela

Condições-base de Fabião para formar Governo em 1975

. «Aceitação do Programa do V Governo Provisório como base para Programa de Governo», era a primeira das condições que o general Fabião punha, em Agosto de 1975, para assumir a responsabilidade de formar Governo.

Em Agosto de 1975 lembra-se, o Poder em Portugal viveu um dos seus momentos mais difíceis: o V Governo tinha sido empossado pouco antes e o elenco governamental era objecto de fortes contestações por parte não só das forças de direita mas também do próprio P. S., que, aliás, quase sempre ou mesmo sempre liderou a campanha de despromoção dirigida contra Vasco Gonçalves e independentes de esquerda. Mário Soares, por exemplo classificava o elenco governamental de «cripto-comunista», embora o P. C. P. não tivesse aí qualquer representante.

As condições-base que o general Fabião pôs para aceitar o cargo de Primeiro-Ministro de um Governo (que afinal não houve) não eram até hoje do domínio público. São agora do domínio público publicadas pela primeira vez no livro «Portugal depois de Abril», de Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, jornalistas que foram nossos camaradas de trabalho na Redacção do «D.L.» e estão actualmente no Telejornal da RTP. O livro «Portugal depois de Abril» é o segundo do trio: o primeiro saira ainda em 1974 e intitulava-se «O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril».

Outras condições que Fabião punha para formar Governo, além da aceitação do Programa do V Governo como base para Programa de Governo, em 6 de Agosto de 1975:

. — «Independência para formar o Governo com a seguinte garantia: à base de independentes progressistas e com a participação (não cupulista) dos vários partidos progressistas, sob a condição de uma política unitária (recusa de qualquer Governo de coligação)»;

. — «Orgãos de poder político-militar: Presidente da República, chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, Primeiro-Ministro (militar) e comandante do Copcon»;

. — «Regresso dos restantes elementos do Conselho da Revolução aos respectivos ramos»;

. — «Manutenção dos actuais comandantes das Regiões Militares (incluindo o brigadeiro Corvacho)»;

. — «Reestruturação do M. F. A. (Assembleia do M. F. A., 5.ª Divisão, Serviço de Extinção da P. I. D. E.-D. G. S., S. D. C. I. — Serviço Director e Coordenador da Informação e Secção de Apoio»;

— «Autocrítica do M. F. A.»;

— «Plenários do M. F. A., (Exército, Marinha e Força Aérea, em separado) para restabelecer normas de disciplina revolucionária, alterações de comandos militares, actuação contra a escalada da reacção.»

. Das condições fazia parte ainda um ponto relativo ao compromisso com partidos e a reestruturação do Copcon. No que respeita ao compromisso com partidos, ele deveria ter em conta três aspectos: «Actuação político-militar nas unidades; escalada da reacção; Programa de Governo.» De notar que, quando se tratava de «Programa de Governo», uma das condições que Fabião punha era «agregar o P. S.». Quanto ao Copcon, a sua centralização operacional seria no Estado-Maior do Exército e o general Otelo seria comandante-adjunto operacional.

Finalmente, das condições de Fabião faziam parte três observações de carácter metodológico:

Fabião quando era chefe do Estado-Maior do Exército. Para formar Governo, que seria então o VI, a base estava no programa do V

. 1 — «Declaração ao País pelo Presidente da República na presença de todo o órgão de Poder (mencionando já a alteração do Executivo).»

. 2 — «Autocrítica do M. F. A. (lida pelo general Otelo na altura).»

. 3 — «Comunicação ao País pelo Primeiro-Ministro (general Fabião) mencionando estas condições-base e linhas gerais do Programa de Governo.»

Assembleia da República

Vasco da Gama Fernandes presidente interino

. Vasco da Gama Fernandes foi nomeado presidente interino da Assembleia da República, nos termos da Constituição. O conhecido advogado, deputado por Leiria do Partido Socialista, já exerceu também o cargo de vice-presidente da Assembleia Constituinte, tendo ainda substituído o prof. Henrique de Barros por diversas vezes no cargo de presidente da A. C..

Vasco da Gama Fernandes é também presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, membro português da Comissão do Atlântico Norte e antigo vice-presidente da Ordem dos Advogados.

O novo presidente interino esteve já ontem na Assembleia, onde foi recebido pelo respectivo secretário-geral.

Segundo consta em alguns círculos políticos, Vasco da Gama Fernandes poderia vir a ocupar a título definitivo o lugar de presidência no hemiciclo de S. Bento, uma vez que esse lugar deverá caber a um deputado do partido mais votado, ou seja do Partido Socialista.

Fabião colocado no D.R.M. 1

. O tenente-coronel Carlos Fabião, ex-chefe do Estado-Maior do Exército, foi colocado no distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 1, em Lisboa, cujos serviços irá chefiar, segundo informação recolhida esta manhã.

MONTRAS DA ÁREA DO CHIADO
MODA DE 1976
FICARA SABENDO QUAIS AS QUE FORAM VOTADAS INTERNACIONALMENTE SE OBSERVAR AS CORES EXPOSTAS DURAN TE OITO DIAS

post scriptum

Apesar de tudo, a verdade avança

Os resultados das últimas eleições para a Assembleia da República constituiram uma importante vitória do povo português, no caminho da sua libertação.

Esta vitória é tanto mais significativa se tivermos em conta que a maior parte dos factores e dos meios que influenciam a opinião pública estão nas mãos das forças capitalistas reaccionárias.

Hoje é já conhecida através de vários estudos científicos a enorme importância dos meios de comunicação social, nomeadamente a televisão, no condicionamento e manipulação do eleitorado menos esclarecido.

Como factor principal que determina poderosamente a escolha desse eleitorado, temos a imagem que lhes chega dos candidatos ou dos partidos. Não são as capacidades reais, nem o valor intrínseco dos homens e organizações ou o que eles realmente representam que comandam a decisão. É, antes de tudo a imagem que a publicidade e os meios de Informação fornecem à população.

Excluindo as minorias, quer de direita quer de esquerda, que têm acesso ao conhecimento dos mecanismos bastante complexos dos jogos e manobras políticas ou que já exerceram, devido a condições particulares excepcionais, ou seu espírito crítico sobre a verdadeira natureza da sociedade e das classes que a compõem, a grande maioria da população é constituída pelo que os especialistas classificam de «mass media» (as massas médias), muito sensíveis aos níveis de consumo e altamente influenciáveis pelo aparelho informativo.

Não é de estranhar, pois, que após o 25 de Novembro se tenha assistido ao despedimento ou marginalização de numerosos jornalistas de comprovada competência e honestidade. Eles haviam cometido o delito grave de estarem ao serviço das classes trabalhadoras.

A reacção sabe perfeitamente que a condição fundamental para poder explorar o povo consiste precisamente na capacidade de o enganar.

Quem domina o aparelho informativo possui um instrumento de grande valor político e eleitoral. Não vale a pena as pessoas escandalizarem-se ou indignarem-se com a campanha de mistificação e manipulação a que estamos sujeitos depois de há algum tempo para cá os organismos públicos ou privados estarem ao serviço dos capitalistas e seus lacaios.

Eu sei que é desagradável certos senhores serem apresentados como «amigo do povo». É difícil também suportar as miseráveis calúnias lançadas por mercenários e fascistas contra os patriotas portugueses e angolanos que lutaram corajosamente pelo fim do odioso sistema colonial. Mas é preciso ter paciência e aguentar. É preciso lutar tenazmente pelo esclarecimento do nosso povo. A verdade, apesar de tudo, vai avançando. Muitos retornados já começaram a compreender que serviram de joguetes nos cálculos sórdidos dos capitalistas que dizem querer fazer de cada português um proprietário.

Aqueles que exploraram durante 48 anos querem continuar a sua triste tarefa. Partidos como o P.P.D. e o C.D.S. ainda pretendem vender os produtos bolorentos e putrefactos do fascismo com embalagens novas. Mas ficou provado nas últimas eleições, sem margem para dúvidas, que a maioria do nosso povo já não vai nessa conversa. Ela escolheu inequivosamente o Socialismo.

Fernando P. Silva
— LISBOA

O que se fez para defender os bancos?

Depois de ler no «DL» a notícia de mais um assalto a uma agência bancária, cujo dinheiro é do povo, não posso deixar de perguntar: para que servem as forças militarizadas que são pagas com o dinheiro do povo?

No antigamente de triste recordação, a grande serventia destes agrupamentos era contra o povo. Agora não poderão servir para defender o dinheiro que recebem? Porque não fica um agente da P.S.P. e outro da G.N.R. de serviço a todas as agências dos bancos em todo o País durante as 24 horas do dia, devidamente armados?

Depois de tantos assaltos aos bancos por elementos reaccionários, que se fez para defender esses estabelecimentos?

Que responda quem souber...

Manuel Taborda
— LISBOA

Liberdade de preços ou especulação?

Após a compra de determinado artigo de malha de lã, de fabrico nacional, pelo preço de 980$00, constatei com surpresa que o mesmo artigo era vendido em estabelecimento similar por 792$50, sem condicionalismo de espécie alguma, dado que não existia qualquer campanha de promoção de vendas ou saldo para liquidação.

Manifestei a minha estranheza ao encarregado do estabelecimento onde o comprei que em resposta, patenteou total desprezo pelas regras de bem servir o público consumidor, com correcção e educação cívica, num peremptório e abrupto «quem manda aqui sou eu», atentório de uma sociedade que se pretende justa e digna.

Para quando se uniformiza a margem de lucro, de molde a que o público consumidor não seja ludibriado por comerciantes menos escrupulosos? Cabe às entidades oficiais a vigilância atenta de casos similares e ao público a selecção do trigo do joio, para não ser espoliado quando menos espera.

M. Polido Índias — QUELUZ

CARTA AO SENHOR FUTURO PRESIDENTE

Permita-me que lhe dirija algumas palavras, agora, enquanto V. Ex.ª é apenas uma figura constitucional ainda não personificada. Estarei assim ilibado de hipotéticas animosidades pessoais e livre de eventual indisposição matinal, que pudesse levar à interpretação errada do seu sentido.

É V. Ex.ª Senhor futuro Presidente o cidadão constitucionalmente mais importante do nosso país. Representante da República Portuguesa, é V. Ex.ª responsável pela nomeação do Governo, Chefe supremo das Forças Armadas («que asseguram o prosseguimento da Revolução de 25 de Abril» e «têm a missão histórica de garantir a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo»), presidente do Conselho de Revolução («garante do regular funcionamento das instituições democráticas, garante do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da Revolução de 25 de Abril e órgão político e legislativo em matéria militar»), tem ainda o poder de promulgar e mandar publicar as leis do País e mais uma série de outras importantes atribuições. Será V. Ex.ª investido com a responsabilidade de defender e fazer cumprir a Constituição, peça jurídica que é um marco histórico e portanto político, da vontade de uma nação em vencer um passado que é necessário que não volte.

Nas conversas entre militares é frequente quando se fala deste ou daquele nome, referir o curso e a arma ou especialidade. Isto, significa que nessa, como em algumas outras profissões, há certas hierarquias que pesam e que em situações de certa confusão e indefinição, como é a que temos vivido, é mais fácil que seja um oficial general, considerado experiente e amadurecido, a cupar um lugar na mais alta hierarquia, do que um outro levado a esse grau pelas circunstâncias. Ainda quando as promoções são obtidas em situações históricas de acaso, na profissão, quando se fabricam os heróis, mas, em equilíbrios palacianos, em discursos e tertúlias que nada têm que ver com a guerra, a situação é diferente.

Quando os jovens oficiais tramavam, no segredo, o golpe que acabaria com uma guerra estúpida, onde a derrota era certa, pois era política a solução, e cujo custo era tão elevado, em todos os aspectos, incluindo o dos problemas pessoais e familiares, encontravam-se motivados por razões ideológicas justificadas pelas contradições do regime salazarista.

Foram anos e anos de contrariedades e discussões, que o fluxo enorme e permanente de informações de milicianos (os quais passaram a um relativo esquecimento, nestes dois anos) e soldados, permitia ir confrontando com as realidades do País, de onde as comissões de guerra os afastavam cada vez mais, mas, onde os oficiais-generais «do reumático» tiravam proveito da situação e dos compadrios da política.

Não espanta, assim, que o Programa do MFA contivesse um deário generoso. Aquele que empolgou a população portuguesa, que, ainda estremunhada, fez do 1.º de Maio de 1974 uma data que vai ficar assinalada na nossa memória.

Não admira, também, que os militares se tivessem de envolver profundamente na vida política e social do País, reflectindo-se, dentro das suas próprias instituições, não só as lutas entre o grande capital e a pequena burguesia, mas também e posteriormente o fenómeno de movimentação popular, uma espécie de «Patuleia» dos nossos dias.

Viram-se os militares no Governo, nas administrações, em cargos de administração pública e até saneados. Não descendo apenas dos seus carros habituais de rabalho, os «jeeps», não usando apenas a farda, não correndo o risco de desemprego por falência ou saneamento. Muitos deles solicitados para reuniões infindáveis («os homens sem sono»). Outros esforçando-se no desempenho de actividades para as quais não estavam preparados, mas as circunstâncias pareciam aconselhar, perante o mundo dos civis divididos.

Foi, ainda, toda a caminhada política do MFA. Desde o confronto inicial com alguns dos homens da Junta, até à Assembleia e o I Pacto; o «documento-guia» (apontando os alicerces de uma prática democrática diferente do habitual na Europa Ocidental); o Plano de Acção Política («O MFA *é o movimento de libertação do povo português*... passa por um processo de descolonização interna...»); os «golpes» do 28 de Setembro, do 11 de Março, do 25 de Novembro; os «passeios» de chaimite e helicóptero; as provas de exibição de força, das armas e do aparato militar (do povo fardado...).

Foi, enfim, todo o caminho e uma aprendizagem, envolvendo camaradas da mesma profissão e com mecanismos internos de relação bastante próprios. Uma dialéctica com os políticos civis dos partidos «organizadores» e canais de expressão e ontade popular» que em certos momentos, chegou a ser disputa entre um MFA com contradições internas de classe e os partidos com o mesmo problema, situação que, neste momento ainda permanece. Esta «colaboração forçada» tem sido, talvez, ao longo deste processo, uma das causas de instabilidade. Hegemonia dos militares na sua condução até ao V Governo. Hegemonia das forças políticas civis, desde então, com tendência preocupantemente recuperadora das forças retrógradas, a partir de 25 de Novembro, ao sentirem o terreno «mole» no lado militar (de tal modo, que são os ex-«desprezados» da Assembleia Constituinte que vêm oferecer o «porto de abrigo» que é para a Revolução, neste momento, a Constituição.

Causadores também de algumas desilusões, a quem ainda não compreende, como um perdigueiro enganado, para quê a caça ao «pide», o saneamento da figura do salazarismo, pois julgava-se que havia «contas a ajustar». Não admira que insinuações torpes venham agora cair em quem não assumiu a responsabilidade de fazer a esperada justiça (que talvez não fosse a mais «legal», mas, era mais sentida, quando, ao contrário de agora, era possível ter mais certezas...).

A luta política foi bastante acesa para a Legislativa e será agora «escaldante» para a Presidência, o que não admira dada a importância da função.

Como se esperava, a demarcação entre os sectores considerados de direita e da esquerda não foi definitiva. A indeterminação permanece até que se vincule a verdadeira opção, que só pode ser a expressa na Constituição.

A crise económica que assola todo o mundo capitalista desde os fins de 1973, foi aqui, onde havia mais carência de meios de produção, paradoxal e inconscientemente(?) encoberta, à custa de corrosão das reservas. Mas está a chegar o pagamento do «imposto», atrasado de há muitos anos, abrangendo a maioria da população, situação agravada com os refugiados das ex-colónias. Como vai ser a sua reacção? Atrás de que miragem poderão seguir? Hipoteca-se cada vez mais o País ao estrangeiro sem que haja qualquer diminuição de uma dependência que só aos portugueses compete orientar (o vulgar cidadão não percebendo se os «favores» dos empréstimos são feitos à nação ou a certos políticos).

Assiste-se à incapacidade dos dirigentes políticos, em resolver os problemas económicos, que não poderão nem deverão ser resolvidos pelos militares (que embora os denunciem há bastante tempo, talvez ainda, acabem por receber culpas da sua existência).

Vieram ao de cima, no mundo espiritual, toda a mesquinhez, o despeito, a insinuação venenosa, a adulação, que só podem ser considerados como a lavagem da lama de meio século, pois decadente estará uma nação onde a mudança não comece pelos espíritos.

No campo social e do bem-estar, estranha Revolução «socialista» que tanto esqueceu os seus velhos, as crianças e os desprotegidos.

Temos, finalmente, uma Constituição que é um verdadeiro projecto de uma nova sociedade. Um desafio, cujos resultados finais só serão conhecidos daqui a bastante tempo. Talvez uma ou duas gerações.

Estamos, portanto, numa situação que exige mais decisão do que a de 25 de Abril de 1974. É ilusória e suicida, para dizer o menos, qualquer demissão neste momento.

Sem desfazer de V. Ex.ª, que não conheço, ou dos seus camaradas, teria sido talvez menis dispendioso para o País, se houvesse entre nós, uma espécie de Alvarado, que traçasse desde a primeira hora e no período transitório que toda a Revolução implica, um caminho para esta sociedade (citando-o: «... é preciso antes de mais, recordar que uma sociedade dependente e subdesenvolvida dificilmente pode ser portadora de uma cultura que não seja, em essência, cultura de dominação e de reflexo, quer dizer, cultura imitativa e de repetição», e ainda «mais que ninguém, nós, os homens de uniforme, temos a responsabilidade desta Revolução, porque a iniciámos e estamos a conduzir» e ainda «nós assumimos o poder para fazer dele ferramenta fecunda da transformação da nossa pátria»).

O poder de V. Ex.ª estará em contrapartida legitimado pela vontade universal da nação. As leis serão vigiadas por deputados também legitimados. Mas será como parece? Poderá V. Ex.ª, pairar acima da superfície da calma aparente, de «ordem» e «autoridade», mas sob ela fervilhará a instabilidade, corrente inelutável das realidades económicas e sociais, das classes em confronto. O Estado tem agora in- mbências que são a essência do momento histórico que atravessamos. Porém, não é possível encaixar em documentos ou Constituições a inevitabilidade das decisões políticas. E elas só poderão conduzir ou a «certas» liberdades, dentro de quadros ditos democráticos, ou, à recuperação pelo grande capital, dentro dos esquemas repressivos onde cresceu e de que não abdica. Esta a grande opção.

Direita ou esquerda, serão a direcção para onde, na rotura da crise, se virarão os chaimites e os bastões da força da ordem. Que ordem? Ao serviço de quem? Com diálogo democrático? Com o poder legalista? Para salvaguardar a alternativa já ratificada, o MFA é «garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário, participa, em aliança com o povo, no exercício da soberania».

É pois no seio das Forças Armadas que toda uma consciencialização política é necessária. A sua posição apartidária permite julgar objectivamente as realidades que os políticos divididos querem fazer esconder. Há muito para fazer neste País e as Forças Armadas podem ser utilizadas para tarefas de paz. No entanto, onde estão alguns dos homens de 25 de Abril? E os do «documento-guia»? A sua aceitação terá sido desvario colectivo? As «exigências duras» do PAP não tinham razão de ser? Que deve o País aos partidos, que nos ofereceram o espectáculo de despudor, que foram as campanhas eleitorais a que assistimos? Que respostas concretas eles deram aos problemas do País? E a incapacidade governativa em nome de benefícios de clube? É a eles, que este jogo da «democracia» e a «soberania popular» constitucional obrigará a entregar uma nação em crise, quando pelo menos uma das alternativas é o retorno ao passado?

Tem V. Ex.ª, Senhor futuro Presidente, ferramenta política, logo histórica, e legal para conduzir. Compreende-se que a situação possa não ser de imediato propícia para pôr os «motores» ao máximo. Há concessões ainda a fazer. Há quem queira ainda confirmar, na prática, o que para alguns é já inevitável. Tentar-se-ão administrações coligantes, as plataformas, com mais rearranjos, saneamentos e desperdícios dos fracos recursos deste País.

8 Mas, o rumo está marcado. Há que fazer embarcar os tripulantes, experimentados pelos seus próprios erros e preparar uma dedicada e eficiente equipagem, com mais discrição, mais unidade e mais discernimento. A nação espera-o, há muitos anos, como já o mostra esta pequena poesia de Cláudio José Nunes (1874)...

«De minuto a minuto irrompe
um grito novo:
O absolutista. Ó Povo!...
O conservador. Ó Povo!...
O liberal. Ó Povo!...
O progressista. Ó Povo!...
O republicano. Ó Povo!...
O internacionalista. Ó Povo!...
O Povo:

Se me dessem, meu Deus, por cada invocação, mais um banco d'escola ou um ceitil de pão!...»

Talvez que a invocação em vão da palavra «povo» resulte de imprevisões que algumas teorias políticas do último século permitiram clarificar.

Chame-se-lhe «classes trabalhadoras», como figura no artigo 2.º da Constituição e será mais coerente.

Que assim seja, Senhor futuro Presidente!

S B

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

ANÚNCIO

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA N.º 2/76 DE **«CONSTRUÇÃO DE 78 FOGOS+18 LOJAS EM OEIRAS — ZAMBUJAL»**

1. Preço base 39 514 973$80.
   Caução provisória 987 874$30.
   Prazo de execução 360 dias.
2. Alvará exigido:
   — 1.ª subcategoria da categoria I para empreiteiros de Obras Públicas.
   — Categoria única para industriais da Construção Civil.
   — Classe e Subclasse correspondentes ao valor da proposta apresentada.
3. Data, hora limite e local para entrega das propostas:
   Até às 17 horas do dia 7 de Junho de 1976, no Fundo de Fomento da Habitação/Secção de Expediente Técnico, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5-2.º andar, Lisboa.
4. Local, dia e hora do acto público do concurso:
   No mesmo edifício, 8.º andar, pelas 15 horas do dia 8 de Junho de 1976.
5. Local e horário para exame do processo:
   No mesmo edifício, 1.º andar, às horas normais de expediente.

OBS. — Chama-se a atenção dos concorrentes para as alterações introduzidas no Caderno de Encargos e em especial nos n.os 1, 2, 11, 19, 20 e 21 do Programa Tipo de Concurso.

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO
O DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE OBRAS
Serafim de Oliveira
Engenheiro

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA
CONVOCATÓRIA

AOS TRABALHADORES ABRANGIDOS PELO C.C.T. VERTICAL DO SECTOR DE EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS (INCLUINDO AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS, FIBRAS, CONTRAPLACADOS E LAMELADOS).

Convocam-se todos os trabalhadores abrangidos pelo C. C. T. Vertical das Madeiras para um Plenário do sector a realizar no **dia 7/5/76, às 21 horas no Sindicato do Comércio de Lisboa, Av. da República, 29** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Análise do C.C.T. Vertical do Sector

NOTA — Este Plenário não é destinado aos sócios do Sindicato das Madeiras.

— **COMPARECE, A TUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL !**
— **EM FRENTE PELO C.C.T. VERTICAL**

Lisboa, 5 de Maio de 1976

— Federação Nac. dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio
— Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa
Sindicato dos Transportes Rodoviários de Lisboa
— Sindicato dos Técnicos de Desenho
— Sindicato dos Cobradores e Profissões Similares de Lisboa
— Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra do Sul e Ilhas Adjacentes
— Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares
— Sindicato dos Trabalhadores em garagens
— Sindicato dos Electricistas do Sul

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

ENSINO SUPERIOR

PLENÁRIO

Conforme decisão tomada no plenário do Ensino Superior realizado a 11/3/76 convocam-se os professores deste Sector de Ensino para um plenário a realizar na **segunda-feira dia 10/5/76, pelas 21 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico** com a seguinte Ordem de Trabalhos :

1 — Informações
2 — Caderno Reivindicativo

O SECRETARIADO GERAL DO SECTOR MÉDIO E SUPERIOR

Nacional

A morte de Vale da Silva

P.C.P. exige castigo de responsáveis

São conhecidos e estão perfeitamente identificados os autores da agressão de que foi vítima em Ponte da Barca o militante comunista Manuel Joaquim Vale da Silva no primeiro dia de Maio. Segundo se supõe, os ferimentos então recebidos por aquele militante estarão na origem da sua morte súbita, no passado dia 5.

Os nomes dos agressores são denunciados num comunicado da Comissão Distrital de Viana do Castelo do Partido Comunista Português como sendo, entre outros, João Rodrigues Esteves, industrial de serração, Manuel Barreto Lopes, António Araújo (Martano), conhecido activista do C. D. S., José de Oliveira, construtor civil, José Augusto Fernandes, motorista, eng.º José Domingues, Manuel Saraiva Caldeira Barroso e Manuel do Couto Rodrigues. Salienta ainda o comunicado que «vários desses indivíduos são indigitados autores de assalto e destruição no processo posto em tribunal contra os autores do assalto e destruição do recheio do Centro de Trabalho do P. C. P. em Ponte da Barca, em Agosto do ano passado».

E o comunicado da Comissão Distrital do P. C. P. acentua ainda:

«Entre os agressores distinguiram-se João Rodrigues Esteves que, traiçoeiramente atingiu pelas costas, violentamente, o nosso camarada, até o derrubar vibrando-lhe repetidos golpes nas costas e na cabeça, com a muleta de um deficiente físico que se encontrava presente. O eng.º Caldeira Barroso, por sua vez, aplicou um pontapé ao nosso camarada caído no chão, ao mesmo tempo que gritava: «Mato-te, mato-te.»

«Em virtude dos ferimentos sofridos, o nosso camarada Vale da Silva teve que ser socorrido no hospital da vila.

«Foi na sequência destes factos que, na manhã do dia 5, sua mãe o foi encontrar morto caído por terra, em sua casa.

«Segundo todos os indícios, o nosso camarada foi vítima da brutal agressão de sábado passado.

«Os seus agressores são os mesmos que assaltaram o Centro de Trabalho do P. C. P. e incendiaram o seu recheio, que agrediram os nossos camaradas, o Luís Carvalho e sua companheira, que tentaram agredir outros dois militantes comunistas de Ponte da Barca e que já anteriormente haviam agredido por mais que uma vez o camarada agora morto.

«A Comissão Distrital de Viana do Castelo do Partido Comunista Português denuncia a sanha sanguinária destes grupos de arruaceiros, mas denuncia igualmente a impunidade em que as autoridades têm deixado, até hoje, este bando reaccionário. O povo tem direito a exigir que seja garantida a ordem democrática. Não pode ser mantida a «liberdade» de assaltar, agredir e assassinar.

«O povo tem o direito de exigir que as autoridades ponham fim à violência fascista punindo os culpados.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA
SECTOR RAMO AUTOMÓVEL
MOÇÃO

Os Trabalhadores de Escritório do Sector Automóvel do Distrito de Lisboa, reunidos em Plenário no dia 5-5-76 pelas 21 horas no Salão dos Bombeiros Lisbonenses, decidiram:

1. *Solidarizarem-se com a justa luta de todos os trabalhadores do sector contra a recusa reaccionária do patronato em finalizar as negociações do C. C. T.*
2. *Apoiar as decisões tomadas pelos sindicatos signatários do C. C. T. na reunião de 29-4-76 na Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio.*

Lisboa, 6 de Maio de 1976

A DIRECÇÃO

COMUNICADO

Na Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, reuniram-se, no dia 29 de Abril de 1976, os Sindicatos representativos do Contrato Colectivo de Trabalho do Ramo Automóvel após Plenários realizados a nível nacional e de acordo com a vontade expressa dos trabalhadores deliberaram o seguinte:

1. Dar um prazo à A. C. A. P. para início e conclusão do C. C. T. até 7 de Maio de 1976.
2. Caso a A. C. A. P. se recuse e continue a protelar as negociações, iniciarmos de seguida várias formas de luta, que vão desde a paralisação parcial até à greve geral, responsabilizando desde já o patronato pelas consequências que daí poderão advir.

NOTA

Os Trabalhadores de Escritório de Lisboa do sector Automóvel alertam todos os Trabalhadores abrangidos pelo C. C. T. dos Importadores, Agentes e Vendedores de Automóveis e Acessórios do Sul, para que após o dia 7 de Maio, tendo-se continuado a verificar o protelamento das negociações por parte da A. C. A. P., se convoque, no mais curto espaço de tempo possível, um Plenário geral de trabalhadores do Sector para decisão das formas de luta a tomar.

Lisboa, 6 de Maio de 1976

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus Caraça

ÉVORA

(Criada pelo Decreto-Lei n.º 513/75, de 20 de Setembro)

Vagas existentes a tempo pleno para docentes nas seguintes áreas de conhecimento:

— Evolução das Estruturas Sócio-Económicas Portuguesas.
— Economia e Gestão Agrícolas.

As candidaturas serão aceites até 7 de Maio. Resposta ao Apartado 106 — ÉVORA.

trabalhadores de teatro da CASA DA COMÉDIA
OS ENCANTOS DE MEDEIA
ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
(O JUDEU)
no teatro do grupo "PROPOSTA"
7 8 e 9 de Maio 21,30h

r. vale formoso, 18
Marvila tel. 384493

PUB

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
1.ª Vara
ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que começará a contar da **segunda e última publicação deste anúncio.**

Execução **ordinária**, n.º 9329, 2.ª Secção. Exequentes, **Abílio Dias Cardoso.** Executado, **Cogenco-Companhia Geral de Estudos Industriais, S.A.R.L.**, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 24, 4.º, em Lisboa.

Lisboa, 4 de Maio de 1976

O Corregedor,
JOSÉ ARTUR PESSOA MONTEIRO MARQUES

O Escrivão de Direito,
Carlos da Costa Leitão

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37 e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Mértola, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 8/57638, arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, de um 2.º Troço da linha aérea a 15 kV com 2801 m Mértola-Algodor-Vale do Acor do poste n.º 80 da linhaa Mértola-Algodor-Vale do Acor do poste n.º 80 da linha Mértola-Algodor-Vale de Açor ao poste n.º 100 da mesma linha; de uma linha aérea a 15 kV com 445 m do poste n.º 99 da linha Mértola-Vale do Açor ao Posto de Transformação de Algodor.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

OBRIGAÇÕES DO TESOURO 1976

Dinheiro que vale trabalho

Dinheiro que vale mais dinheiro para si, é dinheiro que valoriza o País.
Compre, por isso, Obrigações do Tesouro.
Por cada Obrigação de 1.000$00, o Estado pagará um juro de 10 a 15%. Livre de impostos.
E fará a amortização no prazo mínimo de 3 anos e máximo de 8.
Além disso quem comprar 5 Obrigações de 1.000$00 pode adquirir uma Obrigação-Ouro de 500$00.
Rende 6% e o reembolso será feito ao preço do ouro.
Para si, Obrigações do Tesouro, é dinheiro que ganha valor. Dinheiro que cresce seguro.

Para o País, é dinheiro que constrói o futuro.
É dinheiro que vale trabalho. É dinheiro que vale riqueza para todos.
É dinheiro que financiará projectos de desenvolvimento.
Na Habitação, na Agricultura, na Saúde, na Indústria e Energia, nos Transportes e Comunicações, nas Pescas.
É dinheiro que vai criar mais emprego. Novos postos de trabalho.
A partir de 10 de Maio e até 30 de Junho, dirija-se ao balcão de qualquer instituição de crédito.
E compre Obrigações do Tesouro.

constrói o futuro

OBRIGAÇÕES DO TESOURO 1976

Juros das obrigações do tesouro

	1°ANO	2°ANO	3°ANO	4°ANO	5°ANO	6°ANO	7°ANO	8°ANO
OBRIGAÇÕES DE 1000$00	10%	10%	11%	11%	12%	13%	14%	15%
OBRIGAÇÕES-OURO DE 500$00	6%	6%	6%	6%	6%	—	—	—

Nacional

Açores e Madeira: uma situação inaceitável (2)

Os testemunhos que temos vindo a publicar sobre a situação nos Açores e na Madeira, até pelas personalidades que ouvimos — Jorge Campinos, Meira Burguete, Mário Mesquita, todos do P.S., e Luís Santos, do P.C.P. —, não deixam qualquer margem para dúvidas: as forças de direita, beneficiando da complacência das autoridades civis e militares, e da colaboração de algum clero, controlam ainda, em parte significativa, através da coacção e da violência, os aspectos essenciais da vida sócio-política nas ilhas.

As declarações de Alberto Azevedo, que a seguir publicamos, constituem mais uma prova irrefutável desta situação. O silêncio das figuras militares mais responsáveis nos Açores e na Madeira, respectivamente general Altino de Magalhães e brigadeiro Carlos Azeredo, quanto ao fundamento de todos os testemunhos que temos recolhido e publicado, constitui, por si só, prova bastante, quer daquela complacência, quer da veracidade dos factos e realidade de que o «DL» se tem feito eco.

A situação é de tal ordem que a questão que hoje se põe é efectivamente a de determinarmos se as estruturas fascistas foram derrubadas nas ilhas. Sobre este problema, Alberto Azevedo, candidato do Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.) pelo distrito de Angra do Heroismo, declarou-nos:

Alberto Azevedo (M.E.S.) pergunta:

"COMO COMPREENDER QUE ALTINO MAGALHÃES NOTIFIQUE OS PROGRESSISTAS PARA ABANDONAREM O ARQUIPÉLAGO?"

. «O M.E.S. considera que, quer no arquipélago da Madeira, quer no dos Açores, nunca o fascismo foi completamente derrubado. Por um lado, a inexistência de um movimento popular suficientemente forte e amplo, e por outro a passividade colaborante das autoridades militares e civis (em muitos casos as mesmas de antes do 25 de Abril) permitiram que os fascistas açorianos e madeirenses conservassem as forças suficientes não só para restaurar e agravar a sua ditadura sobre o povo trabalhador, como também para contribuirem de forma decisiva para a ofensiva das forças de direita no território continental, cujo corolário é, como se sabe, o golpe reaccionário de 25 de Novembro.

«Não obstante, no período que se segue à queda do fascismo e vai até ao Verão de 1975 têm lugar nas ilhas importantes conquistas impostas pelos trabalhadores açorianos e madeirenses, quer operários, quer assalariados rurais, tanto ao nível de reivindicações tendentes a melhorar as miseráveis condições de vida dessas camadas, como ao nível da organização sindical e de comissões de trabalhadores e moradores, da criação do poder popular.

«Nesta fase, as forças de esquerda, nomeadamente o M.E.S., desempenharam um papel importante na dinamização e condução desses processos de luta, e gozaram de alguma liberdade de movimentação, excepto em zonas perfeitamente demarcadas, onde o 25 de Abril não teve qualquer impacto.

«O M.E.S. pensa, aliás, que a capacidade de mobilização, organização e luta demonstradas por estas classes, vieram surpreender e assustar a burguesia parasitária açoriana e madeirense e os seus serventuários, que entraram em pânico ao constatarem que o povo das ilhas não iria permitir «docilmente» a perpetuação do seu domínio.»

A HIERARQUIA CATÓLICA «DESPEDIU» OS PADRES PROGRESSISTAS

«Assim, os exploradores do povo passaram a recorrer ao velho arsenal antipopular que lhes fora legado por 48 anos de ditadura fascista. Em primeiro lugar, utilizam até à exaustão o papão anticomunista, apoiando-se nos caciques que, nas freguesias, continuavam a ser quem ditava a lei. O papel do clero assume aqui uma importância de primeira ordem. Na campanha eleitoral para a Constituinte, alguns padres, por exemplo, na ilha Terceira, deram-se ao luxo de aconselhar, *explicitamente*, durante as missas, as pessoas a não assistirem às sessões do M.E.S. e dos outros partidos de esquerda.

«Por outro lado, a hierarquia católica local, isolou e acabou por «despedir» os padres progressistas locais.

«O poder económico, intocado ao longo do processo, encontra-se nas mãos dos reaccionários mais activos e, deste modo, qualquer operário, assalariado rural, mesmo pequeno lavrador, está completamente à mercê de meia dúzia de senhores capitalistas que constantemente ameaçam lançar famílias inteiras na mais completa miséria, como fizeram com simpatizantes do Movimento de Esquerda Socialista.

«Como vemos, o papel das autoridades locais, civis e militares, não pode ser entendido como um papel passivo, mas antes como participação e colaboração militante na ofensiva reaccionária. Se não, como entendemos que o próprio general Altino Magalhães notifique os militantes de esquerda para que abandonem o arquipélago e determine o encerramento das sedes dos partidos progressistas e revolucionários?

. «Porquê o general Altino de Magalhães, ao falar em 6 de Junho, em Ponta Delgada, aos manifestantes da F.L.A. e a ratificar, diante dos mesmos, a demissão do governador civil, Borges Coutinho?

. «Infelizmente, nem mesmo o Governo central interveio, quando podia e devia ter feito,

Continua na pág. 7

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

EMPREITADA DE REPARAÇÃO DA E. M. 528-1, ENTRE TRANCOSO DE CIMA E O LIMITE DO CONCELHO (TROÇO ENTRE P. P. E 84)

ANÚNCIO

Faz-se saber que, de harmonia com a deliberação camarária de **21/4/76**, se encontra aberto concurso público para a empreitada em epígrafe, sendo de 20 dias o prazo para apresentação das propostas, este prazo será contado a partir do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio no «Diário da República». No caso de o último dia cair num sábado o termo do prazo passa para o primeiro dia útil seguinte.

O acto público do concurso realizar-se-á na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelas 16 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio, ou pelas 10 horas se esse dia for sábado.

PREÇO BASE DO CONCURSO ..... 475.230$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ..... 11.880$00

A caução definitiva será de 5 % do valor global da **adjudicação.**

Alvará (s) Categoria IV —; Subcategoria I —, 1.ª Classe. **Categoria** —; **Subcategoria** —; **Classe.**

A caução provisória é prestada mediante depósito na **Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações à ordem desta Câmara Municipal, por guia preenchida pelos concorrentes, de harmonia com o modelo anexo ao programa do concurso, ou mediante títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou, ainda, por garantia bancária.**

O programa do concurso, caderno de encargos e projecto estarão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Secção de Obras da Câmara Municipal.

As propostas deverão ser enviadas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, ou entregues directamente na Secretaria da Câmara Municipal, contra recibo.

Vila Franca de Xira, 4 de Maio de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa
Fernando Gomes Vaz

João Vieira Lopes (U.D.P.) afirma:

"A CUMPLICIDADE ACTIVA DAS AUTORIDADES COM OS CACIQUES FASCISTAS É UM FACTO INEGÁVEL"

A João Vieira Lopes, membro da Comissão Permanente do Conselho Nacional da União Democrática Popular (UDP), começámos por pôr a seguinte questão:

DL — Em que medida é que se pode falar da existência de liberdades democráticas nos Açores e na Madeira?

João Vieira Lopes:

«É impossível falar de amplas liberdades democráticas para o povo quando os fascistas gozam, como nos Açores e na Madeira, de uma total impunidade para fazer ameaças, agressões e atentados e quando os meios de comunicação social estão nas suas mãos.

Dirigentes do Partido Socialista, conhecidos pelas suas permanentes posições de benevolência para com os fascistas, reconhecem que nas ilhas eles exageram. A título de exemplo, lembramos que após o 6 de Junho nos Açores (data de uma manifestação separatista) brigadas de choque da FLA patrulhavam as ruas de automóvel. O PPD e o CDS dão o seu apoio descarado a todas as actividades dos movimentos separatistas fascistas.

Estes, se ainda conseguem desenvolver as suas criminosas actividades é porque conseguem enganar camadas do povo submetidas durante décadas e décadas à miséria, à opressão e ao obscurantismo e votadas a total abandono por parte dos governos surgidos após o 25 de Abril. Nada foi feito pelos camponeses pobres das ilhas.

No entanto, e como era inevitável, as contradições começam a vir ao de cima entre os camponeses pobres e os caciques e os grandes proprietários. Aqueles começam a ver com clareza a natureza dos exploradores e as suas intenções. Nos Açores, a FLA convocava recentemente manifestações a que acorriam 20 ou 30 pessoas, na maioria quadros da própria FLA. Na Madeira, em Câmara de Lobos e em muitos outros sítios durante a campanha eleitoral, o povo levantou-se contra os comícios do PPD e CDS, apesar da repressão policial. É de notar que o Partido de Cunhal não tem feito nada para mobilizar o povo das ilhas contra os fascistas e que a sua política tem sido de permanente conciliação.

Na luta pelos seus legítimos direitos, unido e organizado em torno de uma linha consequentemente antifascista, o povo madeirense e açoriano levará de vencida os caciques e exploradores.»

DL — Que interesses servem os movimentos separatistas?

João Vieira Lopes:

«Os movimentos separatistas servem os interesses da grande burguesia das ilhas (grandes proprietários rurais e latifundiários, em particular) e do imperialismo americano. Estas forças animam directamente os ditos movimentos para procurar preservar os antigos privilégios que no tempo do fascismo não conheciam limites. Utilizam-nos como forma de chantagem sobre o Governo e para, demagogicamente, procurarem apoio junto do povo das ilhas.

É preciso salientar que as ameaças separatistas só têm razão de ser porque beneficiam do apoio do imperialismo americano, fortemente interessado na posição estratégica dos arquipélagos, onde tem já uma base (a dos Açores).

Após o 25 de Novembro as forças fascistas nas ilhas, mantendo como reserva a arma do separatismo, começaram a jogar na táctica de uma ampla autonomia em que possam manobrar à vontade e impor a sua lei.

A principal forma de combater estas forças e as suas actividades é roubar-lhes terreno, pondo a nu a sua verdadeira natureza e isolando-as completamente do povo trabalhador.

O povo das ilhas, cujos interesses são revolucionários, não deixará de cumprir esta tarefa.»

DL — Qual é a posição das autoridades face às actividades dos separatistas e terroristas?

João Vieira Lopes:

«A posição das autoridades sempre foi de cobertura directa ou indirecta das actividades separatistas. Basta lembrar que no 6 de Junho nos Açores Altino de Magalhães apareceu na varanda do palácio com os separatistas.

É do conhecimento público o nome dos responsáveis dos movimentos separatistas mas não se procede contra eles. Os inquéritos aos atentados bombistas ficam na gaveta. As forças policiais não intercedem para proteger os trabalhadores e organizações populares das agressões dos fascistas. Pelo contrário. Em Câmara de Lobos (Madeira) quando o povo se levantou contra a realização de um comício do CDS durante a campanha eleitoral, foi barbaramente reprimido pela Polícia e vários trabalhadores ficaram gravemente feridos.

A cumplicidade activa das autoridades com os caciques fascistas é um facto inegável.»

DL — Na perspectiva da UDP, qual foi o facto mais relevante das recentes eleições para a Assembleia da República?

João Vieira Lopes:

«O facto mais importante da recente campanha eleitoral na Madeira (a UDP não concorreu nos Açores) é que o povo deu combate aos fascistas, mostrou o seu repúdio pelos comícios do CDS e PPD.

São muitos os exemplos de locais onde o povo se levantou contra a realização destes comícios, chegando a impedir a sua realização em muitos casos: no Caniçal (concelho do Machico), em S. Gonçalo, em S. Roque, em Câmara de Lobos, em Corticeiras.

Como prolongamento natural desta campanha, os resultados ficaram aquém das expectativas dos fascistas e sobretudo nas zonas onde tinham sofrido maiores desaires nas suas actividades de propaganda eleitoral (Funchal, Câmara de Lobos e Caniçal).

Foi a crescente simpatia popular de que a UDP goza, o

Continua na pág. 7

Nacional

TRABALHADORES DO "REPÚBLICA" REUNEM HOJE

. Os trabalhadores do jornal «República» reúnem-se hoje para decidirem da atitude a assumir em face do que parece ser uma tentativa de ensaio do «Projecto Almeida Santos» para a reestruturação dos órgãos de comunicação social, o qual, desde há meses, vem sendo repudiado em plenário do sector.

Pormenorizando: a comissão de trabalhadores recebeu, na quarta-feira, do Conselho da Revolução, um documento que, no fundamental, constitui a aplicação do contestado projecto que recebeu o nome do titular da pasta da Comunicação Social. Considerando o facto de ter havido uma gerência na Editorial República nomeada pelo próprio C. R. e a eventualidade da declaração de falência da empresa, o Conselho da Revolução propõe o pagamento dos salários em atraso, garantindo colocação futura dos trabalhadores.

Relativamente ao problema das indemnizações a pagar à empresa proprietária do jornal pelo período em que perdeu o controlo da empresa e a necessidade de resolver a situação dos trabalhadores, o C. R. prevê também uma próxima resolução «a nível de Governo».

Sucede, no entanto, que o Conselho da Revolução «assegura o trabalho — em Lisboa ou na província — aos trabalhadores que se demitirem voluntariamente, garantindo-lhes também o pagamento de 60 por cento dos seus ordenados até que sejam de novo colocados».

Alberto Azevedo (M.E.S.)

Continuação da pág. 6

não apenas com repressão aos fascistas mas com medidas concretas de resolução dos problemas graves que afligem de perto o povo dos Açores e cujo agravar permanente o lançou nas garras ávidas dos grandes capitalistas e grandes proprietários, organizados na famigerada F.L.A.»

TRABALHADORES PRIVADOS DO DIREITO AO TRABALHO

«O separatismo surge, assim, como pretexto da burguesia açoriana para, aproveitando o contexto acima descrito, isolar os trabalhadores açorianos dos seus irmãos, os explorados e oprimidos do território continental português, e assegurar o controle das alavancas do poder político local, senão com a independência total, pelo menos a coberto de uma «ampla autonomia».

«Todo este conjunto de circunstâncias, aliado a muitas outras, veio a culminar, em Agosto de 1975, numa imensa vaga de violência fascista que destrói e saqueia as sedes, não só dos partidos de esquerda, mas também de um jornal apartidário, «O Trabalhador», que representava o único caso de informação progressista nos Açores.

«Instaurou-se um clima de terror, mediante ameaças, despedimentos e perseguições constantes a todos os militantes e simpatizantes das organizações progressistas e revolucionárias ou simplesmente aos trabalhadores activos na defesa dos interesses da sua classe.

«Estamos informados de que, ainda hoje, esses trabalhadores se encontram privados do seu direito ao trabalho e ao ganha pão para si e para os seus.

«É evidente que nestas condições, muito embora a campanha eleitoral não tenha sido assinalada por incidentes graves, o M.E.S. não pode deixar de considerar que no arquipélago dos Açores vigora uma ditadura terrorista do capital explorador do povo e que não estão reunidas as condições para a livre actuação de forças revolucionárias como o Movimento de Esquerda Socialista.

«Ao longo da campanha eleitoral esse cerceamento das liberdades democráticas nos Açores não se fez sentir por meio de acções concretas mas sobretudo pelo facto de não terem sido corrigidas as sequelas que a ofensiva reaccionária provocou.»

AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA REGIONAL NÃO SERÃO MAIS DO QUE UMA FARSA

«O M.E.S. considera que uma das condições importantes para o restabelecimento das liberdades democráticas nos Açores seria a imediata reintegração dos trabalhadores despedidos por razões políticas. Outra, seria a efectiva aplicação de alguma legislação progressista publicada antes do 25 de Novembro: salário mínimo nacional, legislação sobre baldios, arrendamentos rurais. Como é evidente isto só seria possível desalojando desde já dos órgãos do poder local os elementos separatistas, ligados ao antigo regime, que aí continuam instalados, a começar pela própria Junta Regional.

«Aliás, segundo entendemos, as próximas eleições para a Assembleia Regional não serão mais do que uma farsa se estas e outras condições não estiveram reunidas de forma a garantir as liberdades democráticas.

«Concretamente a lei eleitoral deve prever garantias claras do ponto de vista de emprego para os candidatos de esquerda e sanções pesadas para os patrões que tentem exercer represálias.

«Pensa o M.E.S. que a autonomia só interessará ao povo trabalhador das ilhas se este tiver possibilidades de se organizar e intervir activamente em todos os assuntos que lhe digam respeito, tirando assim algumas vantagens do facto dos órgãos do poder político e económico estarem localizados no arquipélago.

«Defende, pois o M.E.S., uma autonomia com *poder do povo trabalhador*, isto é, uma autonomia que não signifique a entrega pura e simples dos Açores nas mãos de meia dúzia de exploradores.»

Entrevista de J.CÂNDIDO DE AZEVEDO

Restaurante no Mercado do Povo

"Dar uma resposta sem palavras"

A direcção da Cooperativa Hoteleira do Mercado do Povo está confiante. As coisas vão melhorar

«Estamos a dar uma resposta sem palavras» — afirmou-nos esta manhã o presidente da direcção da Cooperativa Hoteleira do Restaurante Popular Mercado do Povo.

E estão mesmo. Na cozinha, no escritório, a servir à mesa, cerca de 40 trabalhadores lutam para manter o restaurante em funcionamento. À custa dos seus próprios salários. Da sua própria incerteza. Das contas que se pagam e das dívidas que se contraem.

SEM SALÁRIOS MAS COM CADEIRAS

Tudo começou em Agosto do ano passado. Entraram em autogestão para evitar o desemprego. Antes, o restaurante estava sob a tutela do Ministério da Comunicação Social. Perante a hipótese de desemprego entraram em autogestão. A partir daí, os salários começaram a sofrer «cortes». «Os credores somos nós próprios» — dizem-nos. Em Fevereiro deste ano legalizaram-se como cooperativa.

Os salários continuam em atraso. Desde Janeiro que não recebem ordenados. Apenas metem alguns vales. «Eu, por exemplo, já não pago renda de casa há alguns meses. O que me vale é que a minha casa pertence a uma cooperativa. E os tipos compreendem» — declarou-nos um dos elementos da direcção.

Colocam sempre em primeiro lugar, o equipamento do restaurante. Já compraram uma carrinha. Fizeram obras no restaurante, etc. Há tempos, porém foram chamados à Câmara Municipal de Lisboa. As 400 cadeiras que ali tinham eram precisas. A C. M. L. precisava delas. É certo que a Câmara de Lisboa possui, segundo nos disseram os trabalhadores da cooperativa, cerca de sete mil cadeiras espalhadas por aí. Mas aquelas 400 é que eram necessárias. No entanto se pagassem 2$00 por dia, por cada cadeira, talvez as pudessem dispensar.

E deram um ultimato de dez dias. Até agora, contudo, ainda não houve mais qualquer «sinal de vida» por parte do Município de Lisboa para recuperar as cadeiras. A menos que esteja «a contabilizar».

Só que os trabalhadores decidiram resolver esse problema. Não podiam arriscar-se a chegar lá um dia e ter de servir as refeições ao balcão. Uma despesa avaliada em mais de cem contos. Mas a ter de pagar 24 mil escudos por mês de aluguer ou comprá-las definitivamente por aquela quantia, não tinham muito por onde escolher.

COMPRAR A COOPERATIVA

Conseguiram aguentar-se durante o Inverno. Por vezes, à noite apagavam as luzes fechavam as portas. Era preferível. Sempre poupavam.

Com a chegada do Verão e a abertura do Mercado do Artesanato, tudo vai mudar. Aliás, desde há algum tempo verificou-se um aumento de clientes. Trabalhadores e direcções sindicais vão ali. «Ainda ontem estiveram cá as delegações estrangeiras que vieram participar no 1.º de Maio e representantes do Secretariado da Intersindical. Há tempos houve aqui uma festa do P. C. P. Deixou-nos para cima de cem contos. Isto equilibra-nos.»

. Para conseguirem aguentar-se, os alimentos têm de ser comprados a pronto, e preferem comprar às cooperativas de produção. «Sempre sai maia barato e estão a ajudar-se os trabalhadores. Em dificuldades como nós...»

. Ali estão os trabalhadores. Em luta. Pensam aumentar os postos de trabalho. Progredir. A direcção da cooperativa está confiante. Miranda, José Mota e Júlio Tomás foram eleitos para a direcção da cooperativa. Tal como eles, cerca de 40 trabalhadores, «à beira-mar» situados estão a dar a «tal resposta sem palavras».

João Vieira Lopes (U.D.P.)

Continuação da pág. 6

facto de largas camadas do povo da Madeira começarem a reconhecer aqueles que estão a seu lado na luta pelos seus direitos, que explica principalmente que ao longo de cerca de 40 comícios e sessões de esclarecimento os fascistas não tenham ousado qualquer provocação contra a campanha da UDP. Esta simpatia do povo não ficou suficientemente expressa no número de votos que obtivémos. Muitos elementos que na luta do dia-a-dia se unem em torno da nossa linha, deram o seu voto ao Partido Socialista por confiarem nos argumentos do chamado «voto útil». Estamos seguros, no entanto, que o movimento popular antifascista que durante a campanha se reanimou não cessará de crescer, de ganhar força e coesão.

O apoio à luta do povo pobre das ilhas contra todos os que o querem explorar, aparecendo como separatistas ou não será sempre a posição da UDP. Só através dessa luta contra fascistas, imperialistas e todos os exploradores se poderá construir uma unidade sólida de todo o Povo português, do Minho ao Algarve, na cidade e no campo, no continente e nas ilhas.

Só essa unidade combativa de todo o povo, pela qual a UDP luta, poderá conduzir a um Portugal independente em que os trabalhadores tomem nas suas mãos os seus próprios destinos.»

EPAL — Empresa Pública das Águas de Lisboa

SORTEIO DE OBRIGAÇÕES

Avisamos os Senhores Obrigacionistas que no próximo dia 13, pelas 15 horas, proceder-se-á no Serviço de Títulos desta Empresa, Rua das Flores, 105, 1.º, ao sorteio de obrigações de 6 % — Emissão 1967/68, sendo sorteadas 2666 obrigações da 1.ª Fase (281 títulos de uma obrigação, 155 títulos de cinco obrigações e 161 títulos de dez obrigações) e 2588 obrigações da 2.ª Fase (138 títulos de uma obrigação, 108 títulos de cinco obrigações e 191 títulos de dez obrigações), que serão amortizadas pelo seu valor nominal a partir de 15 de Junho de 1976, conforme o respectivo plano de amortização.

Lisboa, 4 de Maio de 1976.

Pela EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA — O Presidente da Comissão de Fiscalização

João Bau

PUB

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

Assembleia Geral Extraordinária

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Profissionais de Enfermagem para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a realizar no dia 7/5/76 pelas 20.30 horas no SALÃO NOBRE DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Informações;
2.º — Ponto da situação da Direcção do Sindicato (medidas a tomar);

Lisboa, 3/5/76

PEL'A DIRECÇÃO

NOTA: É necessário apresentar a Carteira Profissional ou documento comprovativo de sócio

PUB

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo Restaurantes e Similares do Sul

VISTOS

Os trabalhadores que ainda não tenham revalidado a carteira profissional com o VISTO DE 1976, devem-no fazer, até final do mês em curso.

NOTA: A fim de facilitarem o processamento de todo este trabalho, deverão agrupar as carteiras por empresa e, em seguida, entregá-las na secção de Situação/Controlo deste Sindicato.

Lx. 5.5.76.

SAUDAÇÕES SINDICAIS

A DIRECÇÃO

Encerrando um ciclo de conferências sobre «INCULCAÇÃO IDEOLÓGICA E APARELHO DE ESTADO», JEAN-MARIE VINCENT, actual Director do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Paris VIII (Vincennes), falará no dia 7, pelas 20 h 30 m, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua da Junqueira, 86, sobre «APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO».

Geral

Nacionalizadas em Angola empresas abandonadas por colonos portugueses

. A nacionalização das principais empresas privadas portuguesas na República Popular de Angola, nos sectores da indústria açucareira, têxteis, cimentos e siderurgia, foi anunciada ontem pelo «Jornal de Angola» que publica os respectivos textos — informa a F.P.

As mais importantes sociedades abrangidas por esta medida são: a Companhia do Açúcar de Angola, a Sociedade Agrícola «Cassequel», a companhia de açúcar «Bom Jesus», a Sociedade Têxtil de Luanda, «Textang», a Sociedade Angolana de Tecidos «Statec», a Companhia de Cimentos de Angola e a Siderurgia Nacional. São também abrangidas várias companhias agrícolas. Estas companhias não dispunham de administradores, desde que os responsáveis abandonaram Angola sendo a sua situação financeira bastante incerta. Estas decisões haviam sido já anunciadas pelo presidente Agostinho Neto no Primeiro de Maio, num comício em que aquele dirigente declarou que seriam confiscados os bens abandonados pelos portugueses nos diversos sectores da economia.

Oito novos comissários provinciais foram, entretanto, empossados ontem em Luanda pelo presidente Agostinho Neto. Trata-se dos comissários provisoriamente designados para as províncias de Cabinda, Benguela, Huíla, Moçâmedes, Moxico, Cunene, Uíge e Zaire. Membros do M. P. L. A. e do Governo estiveram presentes à cerimónia, que se iniciou com a prestação de juramento dos empossados. No discurso que então proferiu, Agostinho Neto mostrou-se apreensivo com as violações de fronteiras tanto no Norte como no Sul do país, mesmo depois das autoridades dos países vizinhos terem garantido que as não violariam. Agostinho Neto definiu ainda a principal função dos comissários como sendo a reconstrução nacional afirmando nomeadamente: «A reconstrução nacional significa não só a reconstrução económica, mas também a política. As recentes nacionalizações são um começo de reestruturação da nossa economia, e iremos continuar para que o nosso povo possa usufruir dos benefícios do seu trabalho». Agostinho Neto exortou ainda os comissários a lutarem contra o tribalismo e o regionalismo.

Entretanto, vão surgindo novos elementos que esclarecem (ou talvez não) os acontecimentos sangrentos da segunda guerra de libertação de Angola. Na cidade do Cabo, os agressores sul-africanos revelaram que as forças de Pretória não tentaram conquistar Luanda, devido a um pedido dos E. U. A. Na mesma cidade foi ainda revelado que as tropas sul-africanas capturaram vários soldados cubanos, alguns dos quais estão ainda em seu poder, julgando alguns círculos diplomáticos que a África do Sul irá servir-se deles como «moeda de troca» para obter a entrega de sete soldados seus em poder do M. P. L. A.. O ministro da Defesa sul-africano, Pieter Botha, informou que depois do envolvimento em Angola, o seu país aumentara o seu armamento, incrementando significativamente o seu poder de ataque.

"Ingerência"?

U.D.P. responde à Embaixada de Espanha

«Temos a lembrar às autoridades espanholas que o infame assassinato de cinco revolucionários levado a cabo pelo regime fascista espanhol levantou um enorme movimento de protesto em todo o Mundo — lê-se num comunicado da Comissão Permanente do Conselho Nacional da U. D. P., ontem difundido a propósito de uma nota da Embaixada de Espanha em Lisboa, esta protestanto junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros português por aquilo a que chamava «facilidades» que — considerava — em Portugal encontram «pessoas que defendem a violência e o terrorismo violando as normas do Direito Internacional». As pessoas em questão são militantes da F. R. A. P., que recentemente estiveram em Portugal e participaram em sessões públicas. A Embaixada espanhola classificou as actividades desenvolvidas por esses militantes no nosso País como «ingerência nos assuntos internos de Espanha».

Diz a U. D. P.: «A coberto do justo princípio de não-ingerência nos assuntos internos de cada país, a Embaixada espanhola vem, de forma velada, pedir repressão para os militantes revolucionários espanhóis em Portugal. Com todo o cinismo, é esquecido o facto de o regime espanhol dar cobertura desde o 25 de Abril de 1974 a todo o tipo de actividades (contrabando de armas inclusive) contra o processo revolucionário em Portugal. Os responsáveis franquistas que não tomaram qualquer medida contra estas actividades criminosas, sentem-se agora com autoridade para reclamar contra a «ingerência nos seus assuntos internos».

A U. D. P. — diz o texto — «repudia firmemente esta acusação. A nossa própria Constituição afirma que «Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de repressão...» (art.º 7, parágrafo 3). Divulgar a justa causa do povo espanhol, dar abrigo aos revolucionários e antifascistas espanhóis, digam as autoridades fascistas o que disserem, não é ingerência nos assuntos internos do seu país. É antes nosso dever de fraternidade militante e direito que decorre da nossa lei fundamental.»

A morte do padre Max Trigésimo dia sem missa

. Não houve missa do 30.º dia pelo padre Maximino de Sousa, que era candidato da U.D.P. pelo círculo de Vila Real às eleições para a Assembleia da República e morreu vítima de um atentado à bomba, como se lembra, nos pincípios de Abril. O facto consta de um comunicado da U.D.P., organização com que o padre Max se comprometera. Do comunicado consta ainda que várias diligências foram feitas junto de sacerdotes daquela cidade para a realização do acto religioso, mas em vão. De igual modo, não houve missa do 30.º dia por Maria de Lurdes, que morrera com o Padre Max no mesmo atentado. Aliás, não foi permitido que na Sé de Vila Real se rezasse missa pela morte de Maximino de Sousa. Responsável pela recusa: «o padre Mouta», segundo a U.D.P.

Esta organização protesta por tudo isto e denuncia que a Igreja de Vila Real, «em vez de cumprir o seu dever, tomou atitudes políticas discriminatórias, que não são de sua competência, nem vão ao encontro dos sentimentos do povo.»

Lei Eleitoral traz inovações

Uma das inovações da Lei Eleitoral, a sair iminentemente no «Diário da República», é a transferência para as Comissões Administrativas Municipais, ou em Lisboa e Porto para as administrações de bairro, das funções que competiam às comissões de recenseamento — salienta uma nota do S. T. A. P. E., que assinala a data de 28 próximo para a termo da apresentação das candidaturas à Presidência, notícia a que já nos referimos na nossa última edição.

O S. T. A. P. E. lembra que, de acordo com a Lei, se prevê reabertura do processo eleitoral em caso de morte de algum candidato, a possibilidade do direito de voto e a existência de uma segunda votação caso nenhum candidato obtenha mais de metade dos votos validamente expressos.

M.A.I. cria secretariado técnico para eleições

. No âmbito do Ministério da Administração Interna foi oficializada a criação do S. T. A. P. E. — Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais —, que tem como atribuições fundamentais apoiar tecnicamente a realização de eleições, tanto a nível nacional como local, e proceder a estudos e análises de Sociologia Política.

A criação destes serviços vem na sequência da existência do Departamento Político e Eleitoral que centralizou as tarefas inerentes à realização da eleição de deputados à Constituinte.

O S. T. A. P. E. criado por decreto-lei com data de 7 de Maio publicado no «Diário da República», I Série, n.º 107 resulta de aprovação nesse sentido pelo Conselho de Ministros.

Auxílio necessário para Moçambique: 436 milhões de dólares

. NAÇÕES UNIDAS, 7 (R) — Moçambique, necessitará de cerca de 400 milhões de dólares em auxílio nos próximos dois anos como compensação pela aplicação de sanções à vizinha Rodésia, anunciou ontem uma missão das Nações Unidas.

Serão também necessários 3,6 milhões adicionais para projectos agrícolas de emergência e a curto prazo, acrescentou.

A missão, chefiada pelo vice-secretário-geral da O. N. U., Abdul Rahim Abby Farah, visitou recentemente Moçambique para ajudar a avaliar as suas necessidades económicas na sequência da sua decisão de aplicar sanções contra o Governo minoritário branco rodesiano.

No seu relatório, a missão destaca que quando Moçambique se tornou independente, em Junho passado, após cerca de 500 anos de domínio colonial português, a sua economia dependia fortemente do tráfego e estava intimamente integrada nas economias da Rodésia e da África do Sul.

Em vista do substancial défice da balança de pagamentos projectado para 1976 e 1977, o desenvolvimento em Moçambique será acentuadamente reduzido, a menos que se verifique um fluxo significativo de assistência financeira e material do estrangeiro, de acordo com o citado relatório.

Segundo Ramos Horta

Indonésia aumenta efectivos em Timor

CAMBERRA, 7 — (R.) — José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros do Movimento de Independência Fretilin no Timor Leste, declarou ontem que a Indonésia aumentou recentemente o número das suas tropas naquele enclave.

O dirigente dissidente revelou numa conferência de Imprensa, que, de acordo com fontes dos serviços secretos americanos, japoneses e australianos, o número de tropas indonésias no Timor Leste oscila entre 30.000 e 42.000 homens.

Em Março, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, declarou haver 1.500 tropas naquela colónia portuguesa a ajudar forças pró-indonésias, a derrotar os seus adversários.

Acrescentou na altura que o Governo da Djacarta decidira iniciar a sua retirada para a Indonésia.

Horta, cujo movimento (Fretilin) lutou por um Timor-Leste independente, desmentiu as notícias recebidas de Díli, capital do Timor-Leste, segundo as quais apenas 100 tropas da Fretilin permaneciam no território a combater os indonésios. Horta recusou-se a dar pormenores da força da Fretilin.

Acrescentou planear partir da Austrália no Domingo, a caminho da Tanzânia, Zâmbia e depois Guiana, a fim de obter apoio africano e sul-americano para as exigências da Fretilin de que a Indonésia retire do Timor Leste.

Uma declaração de Fernando Namora

. Com o pedido de publicação recebemos do escritor Fernando Namora a seguinte declaração:

. «Esgotados os recursos à Polícia Judiciária e aos Tribunais, venho por este meio declarar que uma senhora chamada Alzira Namora há largos anos se aproveita da coincidência dos nossos apelidos para se intitular minha irmã, enredando-me em fraudes e situações vexatórias, algumas delas de extrema gravidade, que já foram objecto de procedimentos legais sem que, porém, se tenha conseguido pôr cobro a tal abuso.

«Ocorrências recentes forçam-me, pois, a este esclarecimento público: a dita Alzira Namora nem é minha irmã, nem a ela me liga qualquer parentesco.»

P.A.I.G.C. prepara III Congresso

BISSAU, 7 — (ANOP) — O secretário-geral do P. A. I. G. C. e da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, que recentemente esteve na Guiné-Bissau, reuniu nesta cidade o Comité Executivo de Luta para tratar de problemas relacionados com a realização do III Congresso do partido. Entretanto, com o mesmo fim, o secretariado nacional do partido reunirá no próximo dia 8 em Cabo Verde.

Sessão pública assinala derrota do nazi-fascismo

. O trigésimo primeiro aniversário da derrota do nazi-fascismo no termo da Segunda Guerra Mundial vai ser assinalado em Lisboa no próximo dia 8 pela União de Resistentes Antifascistas Portugueses com uma sessão pública no Teatro Maria Matos.

A sessão conta com a presença de um representante do Presidente da República, tendo igualmente sido convidado o M.F.A. a fazer-se representar.

Entre as organizações que deram a sua adesão contam-se o Conselho Português para a Paz e a Cooperação, o M.D.M. (Movimento Democrático das Mulheres), M.D.P. (Movimento Democrático Português), o M.U.T.I. e Associação de Amizade com os países socialistas (Bulgária, Polónia, R.D.A., Checoslováquia e U.R.S.S.).

Foi igualmente convidada a fazer-se representar, tendo aceitado o convite, a Federação Internacional de Resistentes, bem como os diversos Comités Nacionais de Resistentes nela integrados.

Aderiram a esta iniciativa, entre outros, os professores Ruy Luís Gomes, e Dias Amado, o poeta José Gomes Ferreira, o tenente-coronel Carlos Vilhena e os Historiadores prof. Vítor Sá e César Oliveira.

A sessão no Teatro Maria Matos, com início marcado para as 21.30, termina com um concerto pelo Coro da Academia dos Amadores de Música, interpretando «canços heróicas», de Fernando Lopes Graça.

PCP

"DESPORTO DIREITO DO POVO"

GALERIA DE ARTE MODERNA,
JUNTO AO MERCADO DO POVO,
AVENIDA DE BRASÍLIA (BELÉM)

Entre 8 e 23 de Maio

Exposição Documental, actividades desportivas, teatro e cinema.

Organização da Secretaria de Estado do Desporto e Juventude com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura.

Teixeira de Sampaio embaixador em Karachi

. O Ministério dos Negócios Estrangeiros informa que foi já concedido pelo Governo do Paquistão o «agréement» para a nomeação do ministro plenipotenciário dr. Teixeira de Sampaio, como embaixador de Portugal naquele país.

O dr. Frederico José de Sousa Teixeira de Sampaio nasceu em 6 de Abril de 1921 e licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa.

Desde Janeiro de 1948, data em que iniciou a sua carreira diplomática, o dr. Teixeira de Sampaio prestou serviço nas legações portuguesas em Buenos Aires, Montevideu, Santiago do Chile e Lima, nas Embaixadas de Portugal no Rio de Janeiro, Bogotá, S.José da Costa Rica e Guatemala e no consulado em Génova. A provado no concurso para conselheiros de legação e consules-gerais, em 1959, o dr. Teixeira de Sampaio assumiu na Secretaria de Estado a chefia do serviço de cifra, em 1961. Promovido a ministro plenipotenciário de segunda classe em 1968, foi colocado com crecenciais de embaixador em Caracas (1969), e em Manila (1972).

Trabalho

De como trabalhadores da "Guerin" de Angola foram transformados em espiões do M.P.L.A.

«Trata-se de um curso igual a muitos outros que temos dado aqui. Numa empresa como esta, é habitual tal prática. Os conhecimentos aqui facultados aos cursistas não têm nada, absolutamente nada a ver com ideologias, com partidos, com nacionalidades». Estas as afirmações do monitor do curso de mecânica-automóvel de que são alunos três cidadãos angolanos — José Lopes Teixeira, José Rodrigues Damas e Bento José João — curso levado a cabo por contrato entre a Guérin de Angola e a Volkswagen portuguesa, e a decorrer desde há algumas semanas.

Estas palavras, pronunciadas ontem à tarde em conferência de Imprensa surgida «pela necessidade de desmascarar calúnias e provocações do jornal «O Retornado» conforme afirmações de um trabalhador da V. W. portuguesa, resulta de uma sequência de factos que valerá a pena seguir:

— Em Fevereiro do ano corrente, a Guérin de Angola, em contrato com a V. W. portuguesa, solicitou que três mecânicos da empresa frequentassem um curso de aperfeiçoamento.

— A resposta foi favorável. Informaram-nos, aliás, que, de outros países, vieram já, e continuam a vir, pedidos do mesmo tipo. Empresas portuguesas e estrangeiras enviam especialistas seus aos cursos ministrados na V. W. portuguesa, salientando-se os cursos para «frotistas». Exemplos: os mecânicos-automóvel da P. S. P., de outras organizações do Estado, de grandes empresas.

— Os três mecânicos da Guérin de Angola chegaram em fins de Março e foram esperados no aeroporto por um funcionário dos serviços técnicos da V. W. Sem passaporte, apenas com um salvo-conduto, depararam com dificuldades de carácter alfandegário, posteriormente resolvidas, apesar do peso burocrático que ameaçava eternizar uma situação contratual perfeitamente clara.

— Durante o impasse no aeroporto, um dito repórter fotográfico que se intitulou ao serviço da «Imprensa livre» entrou em contacto com os cidadãos angolanos já referidos e bateu várias chapas.

— Eis que, dias depois, o já citado jornal «O Retornado» publica um artigo ilustrado com fotografias. Nesse artigo, os mecânicos da Guérin de Angola sofrem classificações e adjectivos vários e «desvairados». «Espiões do M. P. L. A., intrusos, estudantes disfarçados, ilustres visitantes», de tudo isto são acusados os três cidadãos angolanos. Nem sequer da parte do dito jornal («O Retornado») houve o esquecimento de relacionar a vinda daqueles trabalhadores da Guérin de Angola com a espantosa proliferação de cubanos em Portugal...

— Como a conotação política, os nomes de Melo Antunes e Vítor Crespo também aparecem no artigo de «O Retornado»...

CALÚNIA, PROVOCAÇÃO

Este mesmo órgão da Imprensa avançou então com este pré-aviso: «A Guérin que se pronuncie!». Mas a Guérin não se pronunciou. A administração, ao que nos afirmaram, achou tudo aquilo de «O Retornado» tão mau, que tinha de ser mentira. Aliás, não era a Guérin que estaria em causa: era a V. W. portuguesa. E os trabalhadores desta empresa decidiram ontem, ao realizar a conferência de Imprensa a que assistimos, que era finalmente altura de pôr pontos nos ii.

«Mentira, calúnia, provocação, assim classificaram os trabalhadores da V. W. o artigo de «O Retornado». Presentes, elementos da Comissão de Trabalhadores da Guérin. Afirmou-nos um deles: «A nossa empresa foi visada infamemente pelo artigo de «O Retornado» Mas não foi essa a primeira calúnia que nos foi dirigida. Nós não podemos perder tempo com esse género de ataques. Fora das nossas horas de trabalho, temos muito também que fazer. Em estreita colaboração com a Sorefame, a Lisnave, a Setenave e outros empresas empenhadas num autêntico processo de dinamização e apoio à Reforma Agrária, à cultura de massas, ao controlo operário, temos realmente muito mais em que pensar. Viemos aqui, porque era nosso dever demonstrar a nossa solidariedade para com os trabalhadores da V. W. e para com estes três companheiros de Angola, vítimas de uma provocação semelhante a outras que nos têm dirigido. Mas nós vamos para diante».

Antes da informal conferência de Imprensa, e durante ela, falámos com os três cidadãos da República Popular de Angola, colocados, involuntariamente, no centro de todo este «imbróglio». Uma ideia que ficou ao repórter: eles estão tranquilos, um pouco tristes embora, porque — ao que disseram — poderiam ter conhecido Portugal melhor. A partir do artigo de «O Retornado», sentiram-se um tanto menos livres. Ficaram-se pelo hotel, ouvindo música, recebendo amigos, poucos, quando, «em liberdade e encanto» — conforme nos disse um deles, poderiam ter visto a paisagem e conhecido a gente. Quanto a sair, andar à vontade... alto lá, não fosse o diabo tecê-las...

Prossegue a greve dos chapeleiros

Os operários chapeleiros de S. João da Madeira decidiram hoje em plenário prosseguir a greve iniciada há vinte e dois dias, como forma de pressionar o Governo a emitir rapidamente a portaria já prometida pelo subsecretário de Estado de Trabalho ao Sindicato do sector.

Segundo um dirigente, «os trabalhadores necessitam de ter uma garantia concreta, nem que seja um pequeno aumento provisório ou o estabelecimento de uma data para a saída da portaria».

Esta greve, que engloba cerca de mil trabalhadores chapeleiros, começou devido à recusa das entidades patronais, os proprietários de trinta fábricas de S. João da Madeira, em assinar um novo contrato colectivo de trabalho e em aceitar a arbitragem do Ministério do Trabalho no conflito. Posteriormente, o Ministério comprometeu-se a emitir uma portaria que contemplará cláusulas do tipo económico como salários e subsídios de férias, nomeadamente.

A luta dos chapeleiros tem sido rodeada de grandes provas de solidariedade por parte dos trabalhadores das outras fábricas da vila e de outros sindicatos. A fim de angariarem fundos que lhes permitam subsistir, os operários fizeram uma tiragem de dez mil autocolantes, que têm vendido à população.

Outras formas de solidariedade foram ontem estudadas no decorrer de uma reunião no Sindicato dos operários chapeleiros, que contou com a participação de representantes dos sindicatos dos operários sapateiros, corticeiros, tintureiros, papeleiros, gráficos, mineiros, mecânicos de madeiras, tapeteiros e cordoeiros, têxteis e metalúrgicos.

Na referida reunião, foi decidido enviar um telegrama ao ministro do Trabalho, Conselho de Ministros, e Conselho da Revolução, no qual se «repudia a tomada de posição do patronato» e se «exigem do Governo medidas imediatas para a resolução do conflito de trabalho do sector de chapeleira».

Grémio de Chaves continua ocupado

«Resposta V/telegrama, minha posição é sempre a mesma. Vontade das maiorias livremente expressa tem que ser respeitada — Brigadeiro Pires Veloso» é o teor do telegrama enviado pelo comandante da Região Militar do Norte à autodesignada e desconhecida Comissão Provisória de Associação de Agricultores de Chaves que, no dia 19 de Abril deste ano ocupou ilegalmente as instalações do ex-Grémio da Lavoura deste concelho.

A referida Comissão Provisória, apoiando-se no telegrama do brigadeiro Pires Veloso alega a legitimidade da ocupação, nega qualquer valor de decisão à Comissão Liquidatária do ex-Grémio, ao ministro da Agricultura e ao próprio Governo, e persiste na ocupação.

Entretanto a Comissão Liquidatária resolveu endereçar uma exposição ao Presidente da República, Conselho da Revolução e ministro da Agricultura, na qual denuncia as irregularidades e os danos decorrentes da actuação dos elementos da referida «Comissão Provisória» que presumem estar ligada à CAP.

FUNÇÃO PÚBLICA

Foi publicado no «Diário da República», I Série, n.º 107, o decreto-lei que regulamenta a concessão de diuturnidades aos trabalhadores da função pública.

O diploma estabelece que os trabalhadores civis do Estado e das autarquias locais, em efectividade de serviço ou em situação que nos termos legais lhes confira direito a auferirem vencimento, têm direito a uma diuturnidade de 500 escudos por cada cinco anos de serviço, até ao limite de cinco diuturnidades.

São abrangidos todos os trabalhadores que, independentemente de possuírem título de provimento ou da natureza deste, estejam a prestar serviço com carácter de permanência e em regime de tempo completo.

Calçado português esgota-se em Moscovo

Nas lojas soviéticas estiveram à venda botas de senhora de produção portuguesa. Embora o calçado português encontre na U. R. S. S. muitos concorrentes (soviéticos, austríacos, holandeses, italianos e jugoslavos...) essas botas desapareceram rapidamente das prateleiras. «As botas portuguesas agradaram sobretudo às mulheres jovens soviéticas» — revela Leonid Milovanov num artigo escrito para a «Vida Soviética», publicação da Novosti em língua portuguesa.

«Deve encarar-se com optimismo o futuro das relações soviético-portuguesas» — afirma ainda Milovanov num extenso comentário divulgado pela A. P. N. para todo o mundo. «No entanto, é preciso não esquecer que elas têm muitos adversários influentes tanto no estrangeiro como dentro de Portugal».

Em ARGANIL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na COMARCA DE ARGANIL Rua Oliveira Matos-Praça Simões Dias

ar livre • fim de sema
fim de semana • pique-
pique-nique • ar livr

Fim de semana. Ar livre. Pique-nique. Sinal verde para a tranquilidade do campo ou para a alegria das praias! Um momento! antes de partir pense um pouco: que tal acampar? O sol, as árvores e o mar ficam mais perto e nas nossas secções de campismo espera por si a tenda que lhe convém: prática, cómoda, espaçosa. E depois, você tem ainda uma enorme variedade de coisas úteis que lhe vão tornar a vida mais fácil e os fins de semana muito mais agradáveis. E por que não? Venha! A nossa secção de campismo reserva-lhe descobertas surpreendentes.

Pão de Açúcar
NUTRIPOL
A. C. SANTOS

Geral

Dois anos de paz na Guiné-Bissau (4)

Clara expectativ nas relações co

O resultado das eleições em Portugal e a maioria obtida pelos partidos de esquerda, que têm boas relações com o PAIGC, devem ter aberto o caminho para a definitiva liquidação do contencioso colonial existente entre o nosso país e a Guiné-Bissau, à semelhança do que já aconteceu com Cabo Verde. Os problemas de fundo que levaram ao actual arrefecimento das relações mantêm-se mas o clima é nitidamente favorável ao recomeço de negociações e a soluções amigáveis.

É o que pode depreender-se do telegrama enviado pelo secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, ao secretário-geral do Partido vencedor das eleições, Mário Soares. O calor da mensagem de saudações é significativo, como são significativas, aliás, as mais recentes declarações conhecidas do presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral. Disse o secretário-geral-adjunto do PAIGC na abertura da reunião da Assembleia Nacional Popular, que decorreu em Bissau desde o passado dia 22:

. «Tivemos dificuldades nas negociações com Portugal, pois durante ano e meio não conseguimos chegar a acordo. Então resolvemos tomar o nosso Banco e criar a nossa moeda. Entretanto Portugal decidiu congelar todo o dinheiro que temos naquele país, dinheiro a que temos direito, que conquistámos de armas na mão. O Governo português, ao tomar esta medida, procedeu contra os interesses do nosso povo. Mas nós não nos zangámos. Vamos esperar que Portugal resolva os seus problemas internos, para depois vermos as possibilidades de nos sentarmos novamente à mesa das negociações para debatermos o problema».

(...) «Digo-vos francamente que estou convencido de que o nosso problema com Portugal vai ficar resolvido. Tenho confiança em muitas pessoas que estão em Portugal. Somos um país jovem e cheio de perspectivas de futuro. Para além das responsabilidades que Portugal, após quinhentos anos de dominação na nossa terra, tem para connosco, poderemos ter relações de cooperação, que interessem ao Governo e ao povo português, com quem temos laços seculares de cultura e amizade, que queremos preservar e desenvolver ainda mais. Mas, se Portugal congelasse todos os nossos bens lá existentes, nós também teríamos de ficar com o que aqui está de Portugal. Não havia outra alternativa».

Nesse mesmo dia e também ao apresentar o relatório sobre o estado geral da Nação, o presidente do Conselho de Estado sublinhou o papel desempenhado por cerca de cem professores portugueses que têm constituído o mais sólido pilar para manter de pé as, por vezes, periclitantes relações entre os dois países:

. «Sabemos que a ajuda dos professores portugueses, enviados no quadro da cooperação, foi uma coisa essencial para o trabalho que estamos a fazer no quadro do Ensino», disse o Presidente. «Isto dá-nos esperanças de que as nossas relações com Portugal melhorarão a ponto de resolvermos o contencioso que temos e para podermos continuar a cooperar, não só no domínio da Educação mas também em todos os outros domínios. Queremos louvar todos os técnicos portugueses que aqui estão pela valiosa dedicação ao seu trabalho e que têm demonstrado bastante espírito de camaradagem com os alunos e com os professores daqui e que têm dado uma contribuição decisiva para a melhoria considerável que temos tido no nosso ensino secundário este ano».

EVOLUÇÃO PARALELA DAS RELAÇÕES COM A GUINÉ E DA SITUAÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL

A história das relações entre Portugal e a Guiné-Bissau tem sofrido directamente os efeitos da evolução política interna portuguesa e tem-na reflectido, mês a mês. Aos duros meses das negociações para o reconhecimento «de jure», seguiu-se um início eufórico e fraterno de relações Estado a Estado, pois o reconhecimento precedeu o 28 de Setembro, seguindo-se, pouco tempo depois, a tomada em mão do controlo total da Guiné pelo PAIGC.

Foram iniciadas negociações para a celebração de acordos, negociações essas que viriam a conhecer o ponto máximo da sua curva ascendente com a vinda a Lisboa, em Junho passado, do secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira. Foi na ocasião assinado em Acordo Geral de Cooperação e Amizade que apontava para o ulterior desenvolvimento das relações entre Portugal e a Guiné-Bissau em diversos campos práticos. Simplesmente, principiou, em Agosto, o Verão escaldante da política portuguesa que iria rebentar no 25 de Novembro. Antes já se assistira à queda de Vasco Gonçalves, chefe de todos os Governos com quem tinham sido negociados acordos. Mas, antes ainda da tomada de posse do VI Governo Provisório, já a fornalha escaldante do Verão-75 afastara para longe da primeira linha das procupações portuguesas a concretização dos acordos parcelares previstos no Acordo Geral de Cooperação e Amizade. Assim continuam, até hoje, por celebrar acordos culturais, comerciais, e industriais, nomeadamente no que parecia ser o sector privilegiado para o futuro das relações industriais entre os dois Estados: a pesca.

Da parte da Guiné, por razões diversas, mas que se relacionam, principalmente, com a morosa burocracia interna e com a lentidão da máquina administrativa deixada pelos colonialistas, e ainda não totalmente transformada, também se registavam atrasos, concretamente, atrasos na indicação dos professores que interessavam, e cuja lista Portugal insistentemente pedia, e atrasos na resolução das questões colocadas pela Força Aérea para a continuação de alguns dos seus homens em Bissau. As respostas tardaram, ainda que pela negativa, como se previa, no último caso, dadas as exigências incompreensíveis do Estado-Maior da Força Aérea Portuguesa.

Durante todo esse tempo, não raro parecia avançar-se na resposta às questões concretas levantadas em negociações anteriores, nesse momento, o Governo caía ou era desviado para outros problemas. Retomado o exercício do Poder pelo Governo de Pinheiro de Azevedo, foi preparada a fase decisiva dessas negociações, que se realizariam em Lisboa no mês de Janeiro. Para se compreender a importância que a Guiné deu a essa reunião, basta ver que viajaram na delegação nada menos de seis ministros!

Mas o clima estava completamente deteriorado: o não reconhecimento do MPLA, o badalar na Imprensa portuguesa da utilização de Bissau como ponto intermédio da ponte de apoio de Cuba ao povo angolano, e o não desenvolvimento das questões anteriormente levantadas, emperraram tudo. Para fechar, negativamente, a reunião de Lisboa, surgiu a irredutibilidade portuguesa quanto à cedência do privilégio emissor do Banco Nacional Ultramarino. Para cúmulo de tudo isso, houve a ousadia de levar à mesa das negociações uma famosa conta de um milhão e seiscentos mil contos, falando de «dívida pública da antiga colónia». Como se o PAIGC se fosse responsabilizar por dívidas contraídas pela administração de Spínola e dos seus antecessores, e pelas dívidas que, na maior parte, foram utilizadas para apoiar o esforço da guerra. Nessa verba, calcule-se, estavam incluídos contos e contos de reis que a «Metrópole» concedera como crédito a uma empresa fantasma de pescas que ainda hoje está para nascer!

«DÍVIDA NÃO EXÍGIVEL» OU «INDEMNIZAÇÕES DE GUERRA»?

Mais tarde, foi vista a asneira e, rapidamente, se falou de «dívida não exigível». Logo, inútil tê-la levado para a mesa das negociações, dando azo a que representantes do PAIGC tivessem começado a fazer contas e a recordar-se que outros países tinham sido obrigados, em circunstâncias históricas diversificadas, a pagar indemnizações de guerra. Ora, Portugal movera uma guerra de onze anos à Guiné-Bissau...

Um comunicado divulgado na altura pelo Governo guineense considerava que a pretensão portuguesa decorria de «uma política tendente a fazer pagar ao nosso povo o preço da opressão e da guerra de que foi vítima e denota da parte do Governo português, o propósito de fugir às responsazilidades que Portugal, historicamente, contraiu face aos povos das suas antigas colónias». Salientava-se também nesse comunicado que tinham ficado por solucionar problemas do funcionalismo, nomeadamente as reformas e indemnizações devidas aos indivíduos que durante anos e anos tinham servido a administração colonial. O então secretário de Estado da Cooperação, comandante Gomes Mota, ainda se deslocaria a Bissau para umas mini-conversações, que mais pareceram ter surgido por equívoco. A Guiné pensava que Portugal levava propostas novas; Portugal julgava que a Guiné iria apresentar soluções alternativas, assim como esperava explicações para uma reacção violenta tornada pública no jornal oficioso do Governo quando da saída dos controladores aéreos do aeroporto de Bissalanca. Mas nada disso aconteceu e a 25 de Fevereiro concluiam-se, com um impasse, as negociações que iam já em ano e meio.

Ficaram de positivo, nessa altura, as declarações amistosas e positivas do então secretário de Estado, a promessa de continuidade da cooperação portuguesa, nomeadamente no ensino, e os contactos fraternais que o dr. Manuel João da Palma Carlos, procurador-geral da República, que fazia parte da delegação, travou com «leaders» guineenses, que outrora defendera na PIDE.

Foi neste cenário que a Guiné-Bissau lançou a sua moeda, encerrando a delegação do BNU em Bissau e retirando-lhe o privilégio emissor que, em boa verdade, era imoral prosseguir como instituição bancária estrangeira, em terra alheia. A reacção portuguesa é conhecida, tendo sido congeladas as reservas guineenses existentes no Banco de Portugal coisa que, disseram-nos na altura, nem os Estados Unidos fizeram a Cuba, quando da tomada de poder revolucionário.

O dr. J. Sá Coutinho, embaixador de Portugal na Guiné e em Cabo Verde. De costas, o embaixador da Argélia em Bissau

Geral

iva de melhoria
om Portugal

No aeroporto de Bissau, os dois mais directos responsáveis pelas negociações recentes entre Portugal e a Guiné-Bissau: dr. Vasco Cabral, Comissário de Estado do Desenvolvimento e Planificação, e comandante Vítor Crespo, Ministro português da Cooperação

DANIEL REIS

O CLIMA TORNA-SE PROPÍCIO AO ENTENDIMENTO

Daí para cá, algo mudou, no entanto. Portugal reconheceu a República Popular de Angola e estabeleceu relações diplomáticas. Deixou de subsistir um profundo motivo de separação, já que, conforme se diz e repete em Bissau, «quem é inimigo do MPLA é inimigo do PAIGC», as reuniões no quadro da CONCP também não se têm saldado com prejuízo político para Portugal. Os professores portugueses têm, trabalhado bem e granjeado simpatias do povo e do Governo da Guiné, conforme é repetidamente afirmado, seja pelo comissário da Educação e pelo Presidente, seja pelos alunos e pelos professores locais. O mesmo acontece com os médicos, embora seja uma escassa meia dúzia a trabalhar por militância. Mudou também o clima, dado que valeu a pena o compasso de espera antes das eleições na expectativa do que aconteceria.

Quer com o Partido Socialista, quer com o Partido Comunista pode entender-se o PAIGC e não será optimismo exagerado esperar atitudes positivas do futuro Governo português em relação às antigas colónias. Recorde-se que, quando dos funerais de Amilcar Cabral, em 1973, em Conakry, aqueles dois Partidos se fizeram representar, respectivamente, por Manuel Alegre e por Pedro Soares.

A sublinhar estes dados, verificou-se, entretanto, o acordo total nas negociações que Vítor Crespo recentemente concluiu na cidade da Praia. Se bem que Cabo Verde apresente um quadro diferente do da Guiné (muitos emigrantes em Portugal, grande entrada de divisas por fruto das remessas desses e dos que se espalham pelo Mundo, sobretudo nos Estados Unidos, França e Holanda, e apoio financeiro de Portugal, que ainda se mantêm), isso não deixará de pesar no futuro. São países diferentes, com problemas independentes em relação a Portugal, mas com o mesmo Partido no poder, o PAIGC.

Daí ser de esperar, a curto prazo, a eliminação das desinteligências actuais, o que passa pelo descongelamento das reservas da Guiné-Bissau em Portugal e do recomeço das negociações, já, ou depois da tomada de posse do Governo definitivo.

Assim exige o interesse dos dois povos, assim exige o interesse comercial de Portugal, assim o exige o passado comum de lutas de muitos dos actuais responsáveis num e noutro País, assim o exige a comunidade portuguesa que ainda continua em Bissau e que, no geral, é respeitada e estimada pelo povo da Guiné. Neste momento, o circuito comercial entre os dois países está praticamente bloquado; há transferências em dinheiro da Guiné para Portugal, e vice-versa, suspensas; há problemas para professores e seus familiares; há dificuldades enormes para os fornecedores portugueses, cujas contas se acumulam, sem possibilidades de as transferir para Lisboa.

Tudo isto por uma inglória e inconsequente manifestação de força face a um pequeno País que o colonialismo português deixou na miséria e no subdesenvolvimento, ao fim de cinco séculos de exploração. Tudo isto a dar razão aos que, por se considerarem derrotados da guerra colonial, chamam por vingança. Tudo isto a retirar força aos que consideravam, e ainda consideram, ter obtido uma vitória comum contra o fascismo, ter ganho em duas frentes paralelas (a frente antifascista em Portugal, a vaga imensa antifascista que era a guerra dos patriotas das antigas colónias) a mesma guerra, no mesmo dia: 25 de Abril de 74.

O embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa, eng. Júlio Semedo

SOLIDARIEDADE

Da parte dos jornalistas portugueses que ali ajudaram a nascer o único jornal do País (três camaradas do «Diário de Lisboa», um do «Diário Popular», um da «Emissora Nacional», e outro da antiga redacção do «Século»), da parte de médicos e professores, mesmo da parte de elementos da Força Aérea, julgo ter-se contribuido para o fortalecimento da amizade e da solidariedade entre os nossos dois povos. Não por vaidade pessoal, — pois fiz parte da equipa de jornalistas — mas como testemunho do que se pensa na Guiné acerca da cooperação de portugueses reproduzo um extracto da intervenção do próprio presidente Luís Cabral, no dia 27 de Março passado, quando o jornal «Nô Pintcha», cumpria o seu primeiro aniversário.

Luís Cabral concluiu essa referência com um viva à «Solidariedade entre o Povo da Guiné e o Povo de Portugal», depois de afirmar:

«Quero aqui manifestar a nossa satisfação pelo trabalho desenvolvido por uma equipa de camaradas jornalistas portugueses que vieram, não como cooperantes oficiais, mas como voluntários, como militantes da luta revolucionária em geral, para darem a contribuição absolutamente indispensável neste primeiro ano de existência do nosso jornal para que ele pudesse ser aquele «Nô Pintcha» que é hoje.»

«O trabalho deles foi de muita importância para nós. Primeiro porque, durante estes primeiros tempos, portaram-se como qualquer militante do nosso partido, como camaradas, como companheiros, sem exigir nada, absolutamente nada, dando toda a dedicação, todo o trabalho desinteressado como qualquer outro filho da nossa terra. Portanto, o seu trabalho aqui é de valor inestimável. Segundo, porque a sua presença no nosso país, como técnicos, foi valiosa para a formação daqueles novos elementos jornalistas da nossa terra em quem depositamos uma grande esperança para o futuro do nosso jornal.»

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

EMPREITADA SANEAMENTO DE COTOVIOS 1.ª FASE — ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO

ANÚNCIO

Faz-se saber que, de harmonia com a deliberação camarária de 21/4/76, se encontra aberto concurso público para a empreitada em epígrafe, sendo de 30 dias o prazo para apresentação das propostas, este prazo será contado a partir do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio no «Diário da República». No caso de o último dia cair num sábado o termo do prazo passa para o primeiro dia útil seguinte.

O acto público do concurso realizar-se-á na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelas 16 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio, ou pelas 10 horas se esse dia for sábado.

PREÇO BASE DO CONCURSO ..... 2.450.000$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ..... 61.250$00

A caução definitiva será de 5 % do valor global da adjudicação.

Alvará (s) Categoria V —; Subcategoria IV —; Classe. Categoria —; Subcategoria —; Classe.

A caução provisória é prestada mediante depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações à ordem desta Câmara Municipal, por guia preenchida pelos concorrentes, de harmonia com o modelo anexo ao programa do concurso, ou mediante títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou, ainda, por garantia bancária.

O programa do concurso, caderno de encargos e projecto estarão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Secção de Obras da Câmara Municipal.

As propostas deverão ser enviadas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, ou entregues directamente na Secretaria da Câmara Municipal, contra recibo.

Vila Franca de Xira, 4 de Maio de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa
Fernando Gomes Vaz

VOCÊ está em Vantagem

Você está a jogar ténis.
E o serviço é seu.
Por isso, você sente-se

confiante. Como quando usa a protecção higiénica dos tampões Tampax.
Eles dão-lhe a vantagem de uma protecção infalível, e permitem-lhe sentir-se confiante e segura nos seus dias do período. E, porque os tampões Tampax são de uso interno, eles são fáceis de usar, confortáveis e seguríssimos. A aplicação é também muito fácil.
O aplicador-contentor acetinado e o tampão eliminam-se através da sanita.
Confie nos tampões Tampax que lhe dão a garantia de poder manter-se activa em todos os dias do mês. Esta é, realmente, uma vantagem imbatível.

A protecção interna em que mais mulheres confiam

PROTECÇÃO HIGIENICA PARA USO INTERNO
PEÇA UMA AMOSTRA A.
ANTONIO PACHECO AGOSTINHO, LDA.
R. RODRIGUES SAMPAIO, 15-2.º-LISBOA

Estrangeiro

Iniciamos hoje a publicação do primeiro de uma série de dois artigos da autoria do nosso colaborador Wilfred Burchett sobre a prática anti-racista do M. P. L. A. o combate que este movimento tem travado em Angola para evitar que ao racismo branco se substitua naquele país o racismo negro.

O M.P.L.A. combate o racismo (1)

WILFRED BURCHETT

Praticamente os únicos brancos que o povo angolano conheceu nos últimos 500 anos foram exploradores racistas no sentido mais duro, mais brutal do termo. Durante mais de quatro desses séculos a principal forma de «extracção económica» de Portugal foi a matéria-prima de escravos de trabalho. Estes foram exportados principalmente para a colónia portuguesa na América, o Brasil, mas também para os espanhóis em Cuba e para quaisquer outros compradores no mercado de escravos. Desde o fim do século passado, a exploração foi a do trabalho negro no próprio território angolano, muitas vezes sob condições muito próximas da escravatura. Os trabalhadores, por exemplo, eram adstritos pelas autoridades regionais portuguesas às plantações de café, açúcar, tabaco e algodão à sombra de contractos assinados entre as autoridades e os proprietários das plantações, em termos estritamente suficientes para os manter vivos e aptos a trabalhar. Não tinham quaisquer direitos. Tentar fugir era um crime punível drasticamente. Este sistema de semi-escravatura só terminou com a independência e a instauração da República Popular de Angola em 11 de Novembro de 1975. Se existissem fortes sentimentos antibranco nos africanos de Angola, isso seria a coisa mais natural do Mundo. Mas substituir o racismo antinegro pelo antibranco e antimulato era um perigo que a chefia do M.P.L.A. reconhecia e contra o qual lutava desde o tempo da sua fundação.

Cerca de três meses depois da instauração da República Popular, houve um sinal de alarme na forma de manifestações antibranco em Luanda com solicitações que iam desde o afastamento dos brancos e mulatos da administração até à sua expulsão dessas manifestações — pelo menos publicamente. A resposta da direcção do M.P.L.A. foi o lançamento de um vigoroso campanha contra o racismo, o tribalismo e o regionalismo. Numa só semana dessa campanha, os dirigentes governamentais e os do M.P.L.A. participaram em comícios por todo o país, nos quais explicaram a política antiracista, antitribalista, antiregionalista do M.P.L.A., distinguindo-a da que a F.N.L.A. e a U.N.I.T.A. propugnavam e praticavam. Como documento-guia para esta campanha, o Departamento de Orientação Política do M.P.L.A. produziu um texto analítico sobre as origens do racismo que continha algumas verdades universais susceptíveis de ser ditas sobre o racismo — preto, branco ou de qualquer outra cor.

AS ORIGENS DO RACISMO

Passamos a fornecer alguns extractos desse documento fundamental:

«Com o aparecimento da sociedade de classes, as classes exploradoras procuraram toda a casta de justificações ideológicas para explicar a sua dominação da sociedade. Através dos tempos tem havido as mais diversas teorias para justificar as desigualdades na nossa sociedade — desde as que justificam a escravatura até as que justificam o domínio de uma raça pela outra. Ao mesmo tempo, como os revolucionários burgueses da Europa proclamavam a «liberdade» e a «fraternidade» como seu moto, estas ideias eram rejeitadas por essa mesma burguesia para os povos dos territórios coloniais adquiridos pelas suas conquistas na Ásia, Africa e América...

«Pode, pois, afirmar-se que o racismo surgiu como uma necessidade das classes exploradoras e tornou-se parte da ideologia do colonialismo. No período do imperialismo — a criação dos impérios coloniais — o racismo tornou-se a principal arma ideológica das forças imperialistas. A classe governante contratou os serviços de cientistas políticos, psicológicos e filósofos para tentar justificar numa forma pseudo-científica a dita «inferioridade da raça negra» e a existência de raças «superiores» e «inferiores».

«Com a evolução da própria sociedade capitalista e das suas crescentes contradições, o racismo assumiu diversas formas. O nazismo alemão foi o ponto alto do racismo da Europa nos anos 30 e 40 e foi utilizado como um instrumento fundamental da ideologia fascista. Na África Austral, o racismo atingiu o seu ponto mais alto com os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia que institucionalizaram o «apartheid» como política oficial.

«As colónias portuguesas foram também palco de uma frenética e desenfreada exploração pelo regime colonial fascista de Portugal que também usou o racismo para justificar a exploração e a pilhagem dos povos das colónias.

«O sistema de opressão colonial provocou entre os povos colonizados várias formas de resistência, e, por vezes, o aparecimento de teorias que procuravam afirmar que a luta em África era entre duas raças e não entre classes. Tais teorias não tinham quaisquer perspectivas. O aparecimento dos Movimentos de Libertação Nacionais nos anos 60 foi um passo deciviso na luta pela independência. Estas organizações progressistas, que, no seu seio, abraçavam indivíduos de todas as raças e tribos, conseguiram colocar a luta em perspectivas correctas, definindo quem era o inimigo e qual o objectivo a alcançar. Definindo o inimigo como o imperialismo e o objectivo como a independência total, foi fácil ter êxito na mobilização de todo o povo, indiferentemente da raça, religião ou classes sociais e também em definir a luta armada como meio seguro de ganhar a independência total.

«O racismo como a justificação do domínio das classes exploradoras é uma necessidade constante dos regimes coloniais. O regime de Portugal não podia ser diferente na sociedade colonial portuguesa: em Angola o racismo era também uma constante. Por isso, primeiro, numa forma clara e institucionalizada, por fim, sob uma forma mais subtil e camuflada, o racismo foi sempre uma constante do colonialismo português.

«Por meio de decretos, estatutos, pelo trabalho forçado, a dita «inferioridade da raça negra» foi parte integrante da política oficial. O acesso ao ensino educacional e profissional foi negada aos negros a fim de garantir o domínio da burguesia colonial. Os negros ou seguiam a caminho da «assimilação» ou mantinham a sua condição de raça inferior, de seres inferiores. Isto facilmente fez surgir uma situação na qual as massas populares, as mais exploradas e segregadas pela raça branca, identificaram todos os indivíduos dessa raça como exploradores, como o inimigo, e tinham para com eles um único sentimento: ódio e ressentimento.

«Para os que a analisavam superficialmente, a sociedade colonial parecia dividida em duas classes e raças antagónicas — a raça branca como exploradores e a raça negra como explorada. O M.P.L.A., desde a sua formação, definiu claramente que a luta de libertação não era dirigida contra a raça branca mas contra os colonialismo português. Durante os 14 anos da luta armada contra o colonialismo lançou-se uma grande campanha contra o racismo — campanha que teve maior ou menor êxito. Foi devido a este trabalho político que os militantes brancos puderam também participar directamente nas tarefas da luta da libertação nacional. O nosso movimento definiu claramente que a principal contradição na Angola colonial não era aquela que opunha o colonialismo (branco) e o explorado (negro) mas sim entre colonialismo e a nação angolana.

«O colonialismo era um sistema da exploração imperialista pelo domínio político, social, e económico de um país (a colónia) pela burguesia do país dominador (imperialista)».

O COMEÇO DA LUTA

Este conceito é diametralmente oposto aos da F.N.L.A. dirigida por Holden Roberto, e da U.N.I.T.A., dirigida por Jonas Savimbi. É de notar que o M.P.L.A. e a F.N.L.A. celebram diferentes datas do mesmo ano (antes de surgir a U.N.I.T.A.) como o começo da luta de libertação nacional de Angola. Para o M.P.L.A;. a luta começou no dia 4 de Fevereiro de 1961, quando sectores de vanguarda da classe operária se ergueram em Luanda e atacaram a polícia e os militares portugueses que stavam de guarda às prisões da capital. Acção autênticamente política para libertar patriotas encarcerados devido às suas actividades (e que faz lembrar a acção dirigida por Fidel oito anos antes contra o quartel de Moncada em Santiago, a segunda maior cidade de Cuba). Em ambos os casos, os objectivos imediatos dos ataques falharam, mas assinalaram o princípio da acção armada que havia de conduzir à vitória em Cuba dai a seis anos, em Angola 14 anos mais tarde!

Para a F.N.L.A., é o dia 15 de Março de 1961 que marca o começo da resistência armada. Nessa data, um levantamento antibranco, dirigido pela UPA (União dos Povos de Angola) traduziu-se no massacre indiscriminado de vários fazendeiros brancos (e negros educados) no Norte de Angola. A UPA, dirigida por Holden Roberto, foi a origem da F.N.L.A. e era derivada da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola). A principal consequência do levantamento do 15 de Março foi a horrível campanha de represália. das autoridades portuguesas, da qual resultaram dezenas de milhar de africanos mortos e o êxodo de centenas de milhar (300 mil só em 1962) para o Zaire. As represálias portuguesas foram selectivas, isto é,. cada angolano negro que caísse nas mãos dos portugueses e que soubesse ler e escrever era logo morto. Ser educado era considerado um sinal de «traição» para Holden Roberto e de rebeldes pelos portugueses.

Quando visitei Carmona, que foi o centro do levantamento antibranco, falei com Domingos Dias Sebastião, engenheiro agrícola angolano, sobre a possibilidade de Holden travar uma guerra de guerrilha — tema de muita especulação na Imprensa ocidental em meados de Março. Carmona foi o quartel-general de Holden Roberto, e supunha-se que a província de Uíge (cuja capital é precisamente Carmona, agora denominada Uige) era o baluarte da F.N.L.A. Riu-se com a minha pergunta. «Para fazer uma guerra de guerrilha», disse ele, «temos de ter o apoio de população. Holden Roberto perdeu qualquer apoio que porventura tenha tido e agora vemos que ele realmente nunca chegou a ter grandes apoios — nem sequer tribais. E porquê? Esse apoio perdeu-se, porque Holden nunca levantou um dedo sequer para ajudar o seu próprio povo. E o povo percebeu isso muito bem. Antes do mais, ele era tribalista. Perseguiu, prendeu e matou trabalhadores das fazendas do Sul, porque estes não falavam a língua dele. Mas as suas tropas prendiam todos os africanos educados que se vestissem bem ou parecessem limpos — isto indicava que podiam ser do M.P.L.A., porque havia cursos contra o analfabetismo no M.P.L.A. e as pessoas aprendiam noções de higiene e limpeza pessoal. As pessoas de raça mista eram também presas».

Na área de Huambo-Silva Porto (Bié), quartel-general da U.N.I.T.A., além da horrível descoberta dos quadros do M.P.L.A. espancados até à morte pelos homens de Savimbi, encontrei sobreviventes das tropas do F.N.L.A., presos porque não falavam o dialecto local Ovimbundu e, na sua maior parte, executados. Mais a Sul em Benguela e no Lobito houve provas de que numerosos portugueses foram executados e há fortes rumores entre a pequena comunidade branca de que estava nos planos da UNITA executar todos os brancos e mulatos. Os primeiros refugiados a alcançar Portugal através da ponte aérea sul-africana disseram que fugiram devido às atrocidades da UNITA. (A África do Sul dizia, no entanto, que eles fugiram ao MPLA).

Ironicamente quando a derrota os atingiu, Holden Roberto virou-se para mercenários ingleses e Savimbi para os racistas brancos da África do Sul!

«O MPLA» — continua o documento acima referido — «teve sempre grande cuidado em evitar o erro de confundir o colonialismo, que é um sistema, com o colono que é uma pessoa que ocupa uma determinado lugar dentro do sistema. A contradição que existia em Angola entre o colono e o colonizado é uma contradição secundária e não principal.».

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

ANÚNCIO

EMPREITADA DE REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL DE SANTA SOFIA, EM VILA FRNCA DE XIRA

Faz-se saber que, de harmonia com a deliberação camarária de **14/4/76**, se encontra aberto concurso público para a empreitada em epígrafe, sendo de 30 dias o prazo para apresentação das propostas, este prazo será contado a partir do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio no «Diário do Governo». No caso de o último dia cair num sábado o termo do prazo passa para o primeiro dia útil seguinte.

O acto público do concurso realizar-se-á na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelas 16 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio, ou pelas 10 horas se esse dia for sábado.

PREÇO BASE DO CONCURSO ..... 3.000.000$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ..... 75.000$00

A caução definitiva será de 5 % do valor global da adjudicação.

Alvará (s) Categoria IV —; Subcategoria 1.ª 2.ª Classe. Categoria —; Subcategoria —; Classe.

A caução provisória é prestada mediante depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações à ordem desta Câmara Municipal, por guia preenchida pelos concorrentes, de harmonia com o modelo anexo ao programa do concurso, ou mediante títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou, ainda, por garantia bancária.

O programa do concurso, caderno de encargos e projecto estarão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Secção de Obras da Câmara Municipal.

As propostas deverão ser enviadas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, ou entregues directamente na Secretaria da Câmara Municipal, contra recibo.

Vila Franca de Xira, 4 de Maio de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa
Fernando Gomes Vaz

PUB

S. P. C. — SERVIÇO PORTUGUÊS DE CONTENTORES, SARL

CONVOCATÓRIA

Convoca-se a Assembleia Geral Extraordinária do S. P. C. — Serviço Português de Contentores, SARL, a reunir na sede social, Rua Marginal ao Caminho de Ferro, Cabo Ruivo, em Lisboa, pelas 15 horas, do dia 24 de Maio de 1976, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 — Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração para aumento do Capital Social actual de Esc. 31.000.000$00 para Esc. 50.000.000$00 e consignar poderes bastantes aos Administradores que virão outorgar no respectivo acto notarial.
2 — Tratar ou deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

Lisboa, 1 de Maio de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Luís de Albuquerque d'Orey

Em ALBUFEIRA, o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no Largo Eng.º Duarte Pacheco (António Santos Labisa)

Estrangeiro

Terramoto em Itália: aldeias arrasadas

. ROMA, 7 — (ANOP e R) Pereceram, pelo menos, 128 pessoas quando um sismo destruiu centenas de casas em 19 cidades e aldeias do Nordeste da Itália, ontem à noite.

O terramoto foi sentido na maior parte da Europa.

Mais de mil pessoas ficaram feridas devido ao abalo telúrico.

A Polícia informou esperar que o balanço trágico aumente ainda mais durante o dia, à medida que as brigadas de socorro prosseguem o seu trabalho.

Da narração de testemunhas oculares tornou-se evidente que a catástrofe teria sido muito pior se não fosse um aviso de estar prestes a registar-se um sismo, dado um minuto antes do principal abalo, registado às 21 horas e 1 minuto de ontem.

O sismo atingiu 7,5 pontos na escala de Richter e foi o pior de 13 que assolaram a região de Friulia-Venezia-Giulia, perto da fronteira jugoslava.

O estado de emergência foi declarado na área de Udine **quando a extensão da tragédia** se tornou conhecida.

Dezenas de aldeias montanhosas, perto da fronteira jugoslava, ficaram com as comunicações cortadas e as autoridades disseram que o número final de mortos poderia chegar às centenas.

A Polícia disse que as vilas de Osoppo e Forearia, ao Norte de Udine, com uma população combinada de cerca de 7500 habitantes, ficaram completamente arrasadas.

Informou ainda que **19** vilas e aldeias, com uma população total de mais de 80 000 almas, foram as mais atingidas pelo sismo. Em muitas delas mais **de metade das casas ruíram** ou ficaram inabitáveis.

Cerca de 40 por cento das casas de Buia, também ao Norte **de Udine, ruíram e o hospital** da cidade próxima de Gemona sofreu grandes estragos. Os médicos viram-se obrigados a tratar dos doentes nas ruas.

As autoridades disseram que vários incêndios ocorreram nas vilas e aldeias afectadas e que foram derrubadas as linhas telefónicas na maior parte da região. O sismo causou vários desabamentos de terras e fez descarrilar dois comboios.

Operações de socorro efectuaram-se pela noite fora e soldados e polícias apareceram com bulldozers à procura de vítimas.

No entanto, o trabalho das brigadas de socorro foi impedido pelo desmoronamento de muitas pontes sobre rios e correntes de água das montanhas.

Uma canalização de água, abastecendo cem mil pessoas na área de Udine, foi cortada **e o oleoduto que vai de Trieste** à República Federal Alemã ficou danificado, o que fez que fosse interrompida a bombagem.

FUGA PARA OS CAMPOS

As autoridades locais pediram tendas de campanha e cobertores, amadores de Rádio fizeram apelos para o fornecimento de plasma sanguíneo e colunas de veículos da Cruz **Vermelha afluíam à área da catástrofe**, vindas de todo o Norte da Itália. Todos os médicos da região foram mobilizados e colocados sob ordem do Governo.

A Polícia cercou a área e tinha ordens de reprimir severamente saqueadores.

Milhares de pessoas fugiram para o campo, a fim de passarem a noite ao ar livre.

O Instituto Sismológico de **Roma, que atribuiu o terramoto** ao movimento do leito rochoso a cerca de 20 quilómetros abaixo da superfície terrestre, informou que três sismos abalaram a Itália.

O primeiro durou 14 segundos, mas foi o segundo, que ocorreu um minuto depois, que causou a maior parte da destruição no Nordeste do país.

O abalo telúrico foi sentido também em França, na República Federal Alemã, Áustria, Checoslováquia e Jugoslávia, mas não houve notícias de vítimas e os estragos materiais foram pequenos.

Várias cidades do Noroeste da Jugoslávia sentiram o pior abalo registado há décadas. **Tijolos e caliça caíram em casas** de Liubliana e de Maribor. Pessoas fugiram para as ruas em Rijeka, no Norte da costa do Adriático, e em Bihac, a 125 quilómetros a Sueste.

Os sismos foram também sentidos numa vasta área da Europa, desde Estrasburgo, Colmar e Mulhouse, no Leste da França, a Sarajevo, no centro da Jugoslávia, e tão ao Sul como Roma.

Cidades e vilas de toda a Áustria foram abaladas e pessoas, cheias de pânico, fugiram para as ruas. Tremores de terra foram anunciados em Viena, Linz, Salzburgo, Innsbruck e Bregenz, perto das fronteiras suíça e alemã ocidental.

Em Praga, a agência noticiosa oficial Ceteka disse que os sismos afectaram a maior parte da Checoslováquia, sendo principalmente sentidos na Boémia e na Morávia.

Em Munique, os bombeiros receberam centenas de telefonemas de pessoas perguntando se deveriam abandonar os lares. Os serviços meteorológicos descreveram os sismos como os piores que ocorreram **na Baviera em dezenas de** anos.

PÂNICO EM VENEZA

A Polícia revelou que vários blocos de apartamentos, acabados de construir, com seis **andares, ruíram em Maianoa** cerca de 25 quilómetros a Noroeste de Udine.

Mais de 40 cadáveres foram encontrados, até agora, nesta cidade, e um funcionário municipal observou: «Apenas em Maiano esperamos descobrir mais de cem corpos».

Quando alvoreceu na área devastada, a operação de socorro foi intensificada ao máximo. Helicópteros descolaram para sobrevoar vilas e aldeias nas vertentes alpinas, das quais não foi recebida qualquer informação desde que ocorreu o terramoto.

Na cidade dos canais, Veneza, milhares de pessoas fugiram de casa em pânico, mas não há conhecimento de estragos nem de vítimas.

Em Milão, Siro Lombardini, um dos principais economistas do país, estava sentado num estúdio de Televisão, para uma entrevista, quando as cadeiras tremeram e um operador de câmara gritou: «Il terramoto, il terramoto».

O catedrático pôs-se de pé num salto e largou a correr do estúdio, perante milhões de espectadores que ouviam as suas opiniões sobre a economia italiana.

SISMOS FREQUENTES NO SUL DA EUROPA

UDINE, 7 — (R) — O sismo que devastou o Nordeste da Itália e enviou ontem, à noite, ondas de choque a todo o Sul e Centro da Europa, foi o último de uma série de grandes terramotos que abalaram a região nos últimos anos.

Um cinturão de sismos estende-se pelo Sul da Europa através da Itália e da Grécia e da Turquia até à Pérsia e Ásia Central e abalos de terra mataram já milhares de pessoas este século.

O mais recente e catastrófico sismo assolou a Turquia Oriental, em Setembro de 1975, matando 2.300 pessoas. Em 1963, perderam a vida mais de mil pessoas quando Skopje foi destruída.

A Itália tem sido afectada por sismos frequentes. Em 1968, 50.000 sicilianos ficaram sem lar e em 1971 dois abalos telúricos mataram quase 50 pessoas. Pequenos tremores de terra são registados, várias vezes por ano, em Itália.

O maior terramoto da História europeia ocorreu em Lisboa, em 1755. Mais de **60.000 pessoas morreram na devastação causada pelo sismo e no maremoto que se seguiu.**

Trabalhadores emigrantes: 15 milhões na Europa

. LONDRES, 7 — (R) — A grave recessão pouco afectou o **número de trabalhadores imigrantes** na Europa Ocidental, número actualmente computado em 15 milhões, de acordo com um relatório hoje publicado.

«Os imigrantes estão actualmente tão enraizados na economia europeia que é quase impossível conceber uma situação que não seja de guerra ou de catástrofe económica que baixe o seu número significativamente» — lê-se no relatório **do grupo dos direitos minoritários, unidade de estudos** dos direitos humanos com sede em Londres.

A maioria daqueles emigrantes procede da Espanha, Portu**gal, Itália, Jugoslávia e Grécia.** A eles se junta grande número de turcos na Alemanha Federal, argelinos, marroquinos, tunisinos e malaios na França, irlandeses na Inglaterra e surinameses na Holanda.

O relatório acrescenta que os trabalhadores estrangeiros preenchem cargos não especializados e de baixos salários — «cargos socialmente inaceitáveis para os nacionais anfitriões mesmo em épocas de recessão».

Oficialmente — salienta o relatório —, Governos euro**peus poibem agora ou restringem** a emigração devido à baixa de oportunidades de empre**go nos respectivos países e** crescente hostilidade pública para com os trabalhadores emigrantes.

Em privado, porém, a maioria dos Governos decidiu conservar, ou mesmo aumentar em alguns casos a sua população **de imigrantes.**

Por um lado,no mercado de **trabalho verifica-se escassez de trabalhadores especializados,** e por outro, existem na verdade tarefas de baixo nivel que nem mesmo os imigrantes mais estabelecidos pretendem de**sempenhar, segundo o referido relatório.**

Muitos industriais nos países que os recebem sentem que a imigração só pode ser sustida com risco de minar o crescimento económico.

Guerrilheiros atacaram uma via férrea Rodésia-África do Sul

SALISBURY, 7 — (ANOP) — Guerrilheiros negros atacaram na quarta-feira, uma linha de caminho de ferro que liga a Rodésia à África do Sul, mas não causaram grandes estragos — e foi anunciado em Salisbury.

Trata-se de uma das duas vias férreas que ligam a Rodésia à África do Sul, possibilitando uma violação das sanções impostas pelas Nações Unidas.

Em círculos militares declararam ser improvável que o ataque tivesse sido obra dos guerrilheiros que actuam a partir de Moçambique, pois se verificou em Plumtree, na fronteira da Rodésia com o Botswana, a 400 quilómetros do território moçambicano.

Naqueles círculos afirmaram que os guerrilheiros teriam vindo da Zâmbia ou estariam já há algum tempo no Botswana.

O Exército rodesiano também anunciou ontem a morte de um guarda negro e de outro branco, bem como o ferimento de três elementos. Por outro lado, comunicou terem sido mortos oito guerrilheiros e capturado um número não especificado, desde o passado fim-de-semana.

MODERNIZADAS AS FORÇAS SUL-AFRICANAS

JOANESBURGO, 7 — (ANOP e FP) — As forças militares sul-africanas foram recentemente modernizadas e consideravelmente aumentado o seu potencial bélico — afirmou o ministro da Defesa Pieter Botha, ao falar ontem perante o Parlamento.

O ministro esclareceu que as Forças Armadas foram equipadas com foguetões antitanques e mísseis ar-ar, além de terem sido reforçadas as defesas antiaéreas e aumentadas as unidades heliotransportadas.

Botha concluiu a sua intervenção dizendo não lhe ser possivel indicar qual o principal fornecedor de armas à África do Sul.

Entretanto, a companhia sul-africana South-African Airways começou na noite de quarta-feira a utilizar regularmente o aeroporto de Abidjan, na Costa do Marfim,como escala técnica no trajecto Joanesburgo-Atenas.

Este direito de escala é o primeiro concedido oficialmente à South African Airways desde 1963 por um país da Africa Negra.

Os observadores diplomáticos consideram a oficialização da escala aérea de Abidjan como o prelúdio do estabelecimento de relações diplomáticas ou consulares entre a Costa do Marfim e a África do Sul.

VITÓRIA PROGRESSISTA EM DURBAN

CIDADE DO CABO, 7 — (ANOP) — Um jubiliante partido progressista assinalou ontem a sua vitória na cidade de Durban, numa crucial eleição parcial, que demonstrou estarem os sul-africanos de língua inglesa a apoiarem cada vez mais o abrandamento das leis de discriminação racial.

Os eleitores de Durban — aparentemente reagindo ao crescente conflito racial na Rodésia e à maré vitoriosa do nacionalismo negro — deram a vitória aos progressistas «anti-apartheid».

O partido conseguiu assim um lugar que pertencia há dez anos ao Partido Unido, conservador, e em terceiro lugar ficou o Partido Nacional de Vorster, 780 votos atrás do segundo.

Os nacionalistas de Vorster têm 125 lugares na Assembleia Legislativa, o Partido Unido 35 e os progressistas 15.

Mais investimentos ingleses prometidos a Geisel

LONDRES, 7 — (R.) — O presidente Ernesto Geisel do Brasil termina hoje uma visita oficial de quatro dias à Grã-Bretanha, partindo com a garantia de mais investimentos ingleses no seu país, mas também desiludido, de certa maneira, por manifestações hostis.

Embora banqueiros e industriais tenham prometido o seu apoio entusiástico a projectos de desenvolvimentos brasileiros nos campos da siderurgia, dos caminhos-de-ferro e do petróleo, o regime de Geisel, apoiado pelos militares, é ainda um grande alvo de críticas na Grã-Bretanha.

Contudo, como convidado da rainha Isabel da Grã-Bretanha, no palácio de Buckingham, ao presidente brasileiro, de 67 anos, foi concedido o tratamento especial dado a individualidades de destaque pelo Governo trabalhista, ansioso de conseguir uma grossa talhada no lucrativo mercado brasileiro.

Tanto o presidente Geisel como o primeiro-ministro britânico, James Callaghan, afirmaram que esperavam a conclusão de acordos para estreitar elos económicos.

A despeito de oposição no seio do seu próprio partido, o Governo trabalhista considera o Brasil como um importante associado comercial e mercado de exportação.

Uma denominada Comissão de Libertação do Brasil, chefiada por membros do Partido Trabalhista, afirmou hoje que as manifestações durante a visita de Geisel tinham conseguido o seu objectivo — «dar a conhecer ao povo britânico a negação de direitos humanos e a opressão económica do povo no Brasil».

Caleidoscópio

■ NAIROBI, 7 — (R) — As nações em vias de desenvolvimento terão hoje a sua primeira oportunidade de dar uma reacção pensada às propostas dos Estados Unidos quanto a um banco de recursos internacionais. É provável que o acolhimento seja, pelo menos, morno.

As propostas foram apresentadas ontem pelo secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, num discurso que proferiu na reunião da UNCTAD, antes de abandonar Nairobi.

A única declaração oficial do Terceiro Mundo, feita até agora, veio do secretário-geral da Organização da Unidade Africana (O.U.A.), William Eteki Mboumoua, o qual disse na conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento: «A ideia de um banco criado com capital particular, que, pela sua natureza, procura investimentos que se**jam lucraticos, senão usura,** não inspira confiança.

«Arrisca-se a transformar uma operação de solidariedade e de justiça num caso de especulação».

■ PARIS, 7 — (R) — Henry Kissinger chegou a noite passada a Paris, para uma curta estadia, durante a qual se reunirá com o presidente francês Valéry Giscard d'Estaing.

Kissinger, que acaba de completar uma digressão por seis nações africanas, procedia de Nairobi.

Avistar-se-á igualmente com Felix Houphout-Boigny, presidente da Costa do Marfim, actualmente de visita a esta capital.

■ BUENOS AIRES, 7 — (R.) — Um juiz federal ordenou que a ex-presidente Maria Estela Perón seja julgada perante um tribunal civil, segundo revelaram fontes judiciais bem informadas.

A ordem dada ontem, à noite, pelo juiz Nino Garcia não especificava a incriminação, mas as mesmas fontes afirmaram julgar que a antiga presidente será acusada de «crimes económicos» cometidos pelo seu Governo.

A data e o local do julgamento não foram também mencionados.

■ SANTIAGO DO CHILE, 7 — (ANOP) — O Governo chileno anunciou ontem que libertará em breve 49 presos políticos que poderão pedir asilo político nos Estados Unidos.

A comunicação foi feita 24 horas antes da chegada à capital chilena do secretário norte-americano do Tesouro, William Simon.

Espectáculos

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

Mostra de cinema de intervenção: um espaço aberto para quem quiser

Mostra de Cinema de Intervenção. Filmes, claro, de quem usa a máquina para cortar, gritar, explicar, poemar às vezes em torno das armas que, em geral, não há. Cinema de intervenção onde cabe a raiva, o oportunismo, a esperança, as lágrimas, às vezes muita conversa para pouco celulóide com cabeça mai'lo resto. Onde cabe gente tão simpática como Joris Ivens, Jorge Sanfines, René Vautier, Sembene Ousmane e uma data de malta fixe com nomes de grupo, o Slon e o Apic, as Newsreel e a Unicité e por aí adiante. Tudo isto, e mais o que a invenção de cada puder fazer, tem estado por estes dias no Estoril, antigo casino hoje com o nome pomposo de Palácio dos Congressos. Não é um festival nem uma feira mas um simples espaço onde quem desejar pode ver uma breve panorâmica do que em matéria de cinema de intervenção se faz por esse mundo. E, atenção a domingo, também cá pelo burgo.

Quem deseja ver? Deve confessar-se que pouca gente. Não que se esperasse ver lá o povo mas exigia-se que a malta que faz trabalho cultural militante, nos órgãos de poder popular e nas associações recreativas, lá se deslocasse, na medida das possibilidades, para poder tomar conhecimento com um material importante e discutir mesmo as formas possíveis de o difundir. Porque, repetimo-lo, a Mostra é antes de tudo um espaço. Onde se espalham filmes, sim, mas também se colam cartazes, expõem livros e revistas, discos (a propósito já conhece o último do Sérgio Godinho?), uma discussão que se pode sempre retomar.

A Mostra é organizada por gente desorganizada no bom sentido da palavra. Gente sem cartilhas mas que mexe e que tem deste certame a noção exacta dos seus limites e das suas frustrações. Que não faz demagogia com a arma que o cinema pode ser, mas não ignora que de facto essa arma existe.

Como de panorâmica se trata, a selecção é inexistente. Há de tudo, da obra-prima ao golpe oportunista. Também há debates (não tantos como desejaríamos, convenhamos) onde se poderá procurar distinguir o gato das lebres.

Claro que um certame deste género tem, à partida, óbices importantes. Mas, para já, é a demonstração de que ainda há quem, com um pouco de iniciativa, vá lançando coisas, com os defeitos fatais e as potencialidades possíveis, um pouco à margem de quem as deveria fazer (a eterna pergunta, para que serve o IPC?), um pouco sozinhos e um pouco todos.

(De filmes — alguns — falaremos um destes dias)

Teatro hoje prepara peça de Cromerlynck

O Grupo Teatro Hoje tem em preparação uma peça de Fernand Cromerlynck, «Os Amantes Pueris», cuja estreia está prevista para este mês, no Teatro da Trindade.

O enredo da peça traduzida por Luísa Neto Jorge e encenada por Gastão Cruz situa-se num período entre as duas guerras, que fixa determinado estádio de evolução da sociedade minada pelas contradições que opõem as classes entre si.

O dramaturgo Cromerlynck nasceu na Bélgica, em 1885, e é considerado um dos mais importantes autores da Europa Ocidental dessa época.

A interpretação de «Os Amantes Pueris» está a cargo de Alda Rodrigues, Carlos Fernando, Carlos Roncon, Carmen Gonzalez, Elisa Lisboa, Fernanda Barreto, Maria Otília, Mário Viegas e Teresa Madruga. Cenário e figurinos são da autoria do escultor José Rodrigues.

"Quatro soldados e um acordeão"

Agora que o feio sentimento da xenofobia tem sido alimentado, vilmente explorado por certa Imprensa dita pluralista, é bom que se saiba até onde vai a nossa dívida para com milhares de estrangeiros que durante dois anos vieram a Portugal ajudar-nos a entender as dificuldades do nosso processo democrático, e até a vencê-las. Richard Démarcy é, a esse respeito, um caso exemplar. Homem de teatro, Démarcy integrou-se no caso português de tal maneira que lhe ficamos a dever um fresco teatral sobre a nossa revolução (falhada?) que constituirá material de consulta indispensavel. Depois de encenar em Évora o primeiro desses textos, «A Noite de 28 de Setembro» (1) e com ele construir um dos mais estimulantes e corajosos espectáculos do após-25 de Abril, Démarcy estreia na Comuna a segunda das suas quatro «fábulas teatrais» (2) inspiradas na realidade e nos principais acontecimentos da actual História Portuguesa».

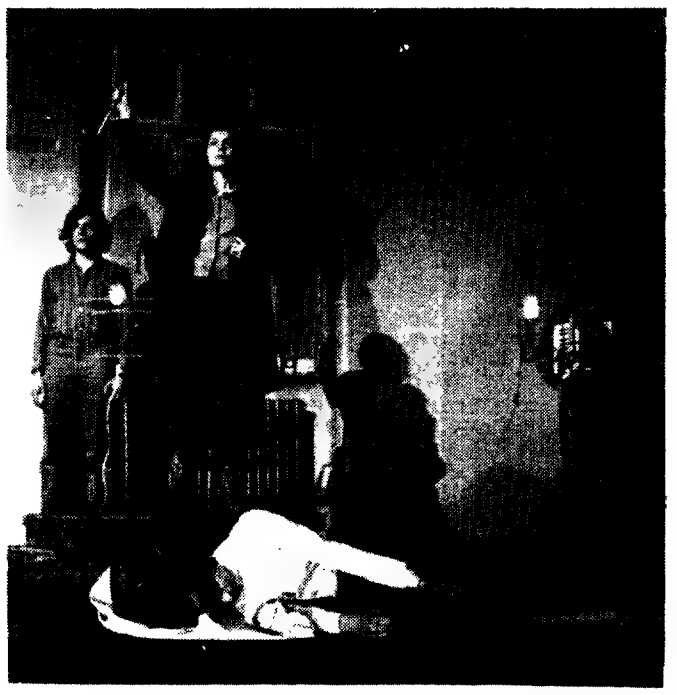
O espectáculo «4 Soldados e um Acordeão», apresentado pela Comuna, tem encenação de Richard Démarcy, e são intérpretes: Diogo Dória, Filipe Crawford, Natália de Matos, Paula Folhodela, Ricardo Guedes e Teresa Mota. Trata-se, como se entendeu, de um espectáculo que se recomenda.

C.P.

(1) Esta peça foi editada pela «Plátano Editora»

(2) As «quatro fábulas» serão editadas em Portugal, e em França pelo conhecido editor Christian Bourgeois.

N.R. — Conforme ontem noticiámos, a peça «Quatro soldados e um acordeão» foi suspensa por 15 dias, devido a uma das actrizes que a interpretam ter tido um filho.



"O DITADOR" EM ESPANHA

O filme de Charlie Chaplin, «O Ditador», rodado há 30 anos, só agora poderá ser exibido em Espanha, após ter sido proibido durante o regime do general Franco.

A estreia do filme em Madrid está marcada para esta semana.

ZECA AFONSO PREMIADO NA R.F.A.

O Prémio da Academia da República Federal da Alemanha para a música gravada foi atribuído a José Afonso, pelo seu LP «Grândola Vila Morena».

O prémio constitui o maior galardão no seu género, e é pela primeira vez atribuído a um artista português.

NOVOS DISCOS

■ «Promotion musical» é o genérico de um 45 rotações que tem obtido sucesso no mercado do disco. Inclui dois trechos: «Aquele verão» («l'été indien») e «Take my heart», composições da autoria de autores firmados. «L'été indien» é da responsabilidade de Ward-Pallavicini-Losito-Catugno e tem, em português, uma versão com a assinatura do produtor radiofónico e locutor Carlos Lacerda, que na gravação colabora, ao lado das vozes de Margarida Maria e José Martinho. «Take my heart» pertence ao quarteto Ketelbey-Weiss-Peretii-Creatore. Nas duas composições actuam o bateria Manuel Silva, o viola baixo Abel Pereira, o viola solo António Leitão, o trompete Nelson Henrique, ainda José Francisco (sax tenor, sax alto, clarinete), Joaquim Pinto (mellotron) e as vozes de todos eles juntas às de Cristina, Lurdes, Graça, Céu e Arlete. Um disco que lhe recomendamos para escutar.

■ «Canoas do Tejo» (Frederico de Brito) e «Maria sem perdão» (Edson-Aloísio) moram nas faces de um «EP» de Moacyr Franco.

Bob Dylan e a sua excêntrica banda num «single» que inclue «Million dollar bash» e «Tears of rage», ambos com melodias de um dos imortais da música. Exacto, esse mesmo: Bob Dylan.

■ Um «LP» de prestígio: «The Shakers» em onze interpretações de nível e qualidade. A saber: «Girl you rock my soul», «Emergency call», «Funny girl», «There's some thing about you», «Feel good all over», «Wonder girl», «Some guys have all the luck», «Easy come, easy go», «Missing you», «Baby come back» e «Second chance». «Yankee Reggae» é o título deste álbum, gravado com as vozes de Janet, Chris, Bill, Don e Ron. Onde estão «The Shakers» pode acreditar-se em valor.

■ «Yes», o grupo de vanguarda em música anglo-americana, surge num álbum que exibe «And you and I», «Cord of life», «Eclipse», «The preacher, the teacher», «The apocalyse», «Siberian Khatru», «I close to the edge», «The solid time of change», «Total mass retain», «I get up I get down» e «Seasons of man». Título da gravação global: «Close to the edge» (Anderson-Howe). Recorda-se, aos desatentos, que os «Yes» figuram em quase todas as listas das grandes vendagens (actuais) no mundo musical. Em Portugal, ao vivo, são inéditos. Ouçamo-los, até ver, em disco.

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA

ELEVADOR DA BICA

Torna-se necessário interromper o serviço deste elevador o dia 8 e parte do dia 9, a fim de se proceder a trabalhos de regularização dos carris.

Na reparação recentemente efectuada renovou-se um pequeno troço de carris e verifica-se, após este tempo de serviço, a necessidade de adaptar melhor a parte renovada àquela em que está inserida.

O elevador entrará em serviço logo que se complete o trabalho anunciado.

A Carris pede desculpa pelo incómodo.

TRINDADE
INATEL
APRESENTA
O GRUPO DE TEATRO «PROPOSTA»
Hoje, às 21.30 horas e só até ao dia 23
com a peça
NOTÍCIAS DO PODER
DOMINGO, (espectáculo único) às 16 horas
Os sócios do Inatel, dos Sindicatos, dos C.D.P. e C.P.T., beneficiam de 50% de desconto em todos os lugares.
(Não acons. a menores de 16 anos)

Em ÁGUEDA, o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na Agência Conde — Rua Luís de Camões

Teatro para miúdos e graúdos
Vou levar a minha mãe ao teatro pro porque ela merece! (e eu também)
Todos os Sábados às 16 h.
2 ESPECTACULOS NUM SÓ
«O INDIOZINHO RAIO DE LUAR»
e
«PEDRO E O LOBO»
ADOQUE teatro
NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80
As crianças até 10 anos não pagam
BILHETES DESDE 20$00

ADOQUE teatro
NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80
3.º MÊS DE ÊXITO POPULAR
HOJE, 20.30 e 22.30
M/18
TARAN - TAN - TAN
NÃO ENCHE BARRIGA

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Cascais, 1-B (ao Rato)
Telefone 661515
2 SALAS
2 ESPECTACULOS
OS COMICOS
APRESENTAM
A MANDRÁGORA
de
MAQUIAVEL
HOJE, AS 21.15,
REESTREIA

SÓ ATÉ DOMINGO
Teatro da Cornucopia
[Ah Kiu]
(Não aconselhável a menores de 13 anos)
3.ª a sábado, às 21.15 h.
Domingo, só às 18 h.

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

O PAÍS REAL: DOIS MINUTOS P'RA MOSTRAR O QUE VALE

. Há dois nomes muito populares em Portugal, neste momento, por mor da Televisão. Sim, porque como todos sabem a Televisão é um instrumento de tortura, perdão!, é um instrumento de kultura, ou seja: aquilo que nós em português chamamos cultura. Sem muitas vezes sabermos o que estamos a dizer, mas enfim, seja tudo por conta da nossa ignorância.

Como instrumento da nossa cultura, por exemplo, a Televisão portuguesa serve para sermos lavados ao cérebro pela imagem do Kissinger, pelas palavras do Kissinger, pelas opiniões do Kissinger, pelas andanças do Kissinger e até pela importância que o Kissinger tem, não somente para a América, mas também para o Ford, presidente sucessor de Nixon.

Como instrumento de cultura serve-nos para andar a pau com tudo quanto se passa pelos Estados Unidos, no que toca às eleições primárias. Já temos grande parte da geografia engarrafada na caixa dos pirolitos: Virgínia, Minnesota, Carolina, Ohio, Texas, Maryland, Califórnia, béu-béu, béu-béu.

La vamos seguindo par e passo as aventuras, as disputas, os desafios emocionantes entre o Reagan e o Ford. O Reagan diz uma piada certamente inventada pelo Bing Crosby, a multidão ri, a gente ri por reflexo, sim, porque nestas andanças da psicologia das multidões, o Atlântico vale pouco. O Gerald Ford parece, muito calmo, muito americano médio, a gente acha-o assim ou assado.

Quer dizer: em Portugal estamos a viver intensamente a campanha eleitoral dos Estados e tudo pela insistência quotidiana (ou biquotidiana, ou triquotidiana) dos serviços informativos da Televisão portuguesa.

A propósito: vocês já ouviram certamente falar de colonização. Portugal já deixou de ser um país colonizador. Quando deixará de ser um país colonizado?

. O público português e através da Televisão segue as peripécias das eleições americanas ou seja, aquelas eleições em que dois partidos disputam as alavancas com que possam servir o mesmo sistema social. Em vez de uma ditadura a um, uma ditadura a dois com direito a chamar-se democracia.

Alimentemos, irmãos, a nossa cultura. Vivamos intensamente o duelo ianque, reforcemos os nossos lares familiares com Ford, com Carter, com Reagan.

Reagan o ex-actor. Mais fita, menos fita...

A SELVA

Pois este é um dos tais nomes mais conhecidos no nosso País. O outro é quase igual: Regan.

Não é americano, mas inglês. Polícia. Faz parte da brigada dos costumes. Tarimbeiro. Nada de dandismo à Sherlock. Nasceram-lhe os dentes naquilo. Conhece as prostitutas os proxenetas, os carteiristas da mão leve, os arrombadores da mão forte. A experiência cristalizou-se nele ao nível do instinto. A forma como um golpe foi executado, sugere-lhe a mão comprometida. O instinto não o engana. Tem o olhar fixo do mocho. Uma ave de rapina pronta a desferir o golpe sobre o pecador. Não é polícia: é instrumento da Providência ao serviço da tranquilidade social inglesa.

Regan e o herói da série *Sweeney*. Caracteriza-se pela originalidade dos processos considerados pouco ortodoxos: persegue indevidamente, entra sem autorização, ri-se dos mandatos de captura. Os superiores censuram-no para salvar a honra do convento no domínio da opinião pública que aprecia muito certos mitos que a classe dominante gosta muito de alimentar. Mas a verdade é que não é com legalismos que a burguesia se governa, estava ela bem arranjada se.

Esta ideia aparece nitidamente colocada no momento da última emissão em que um subordinado de Regan defende os processos deste, em controvérsia com a cidadã sua esposa. Segundo ele, a cidade de Londres é uma selva; a tranquilidade dela e das crianças, na selva, asseritava precisamente em homens como Regan...

A REPRESSÃO

Assim, sem mais nem menos, a máscara caiu. A tal sociedade de capitalismo avançado, a social-democracia, para resolver os problemas sociais conta apenas com a repressão. Os drogados, os desempregados, os chulos, a prostituição, o «gangsterismo» — isso faz parte da selva, e para defender os senhores burgueses e as senhoras burguesas lá está o Regan com os seus métodos pouco ortodoxos e com os seus homens fiéis. Nada mais.

Os políticos sociais-democratas, para levarem a água ao moinho dos seus interesses de classe, falam de uma maneira. Depois, sem querer, vem o «Sweeney» e deita-lhes abaixo toda a teoria.

UM EXEMPLO UM SÓ...

Esse é o país real da Inglaterra, da França, da Alemanha Federal. Mas esse já não é o país real dos países socialistas — da União Soviética, da Bulgária, de Cuba, etc., etc. Nem se venha com o argumento das imperfeições necessariamente ainda existentes nestes países. Não se pode condenar um regime pela perfeição que não se alcançou. Quem segue o processo, faz batota. O que importa, antes de mais nada, é saber se há outra maneira de libertar a humanidade fora de libertar da exploração do homem pelo homem. Se há outra maneira, digam qual é. Apontem um caso. Um exemplo. Um só o capitalismo será salvo.

Esse exemplo não existe.

«A GENTE NÃO SABE

A pequena reportagem ontem transmitida no primeiro Telejornal levou-nos até uma pequena povoação — Tremil, foi o que percebi — no concelho de Amares e terminava com a

Continua na pág. 18

Finalmente «VIDA MUNDIAL» reaparece, remodelada

Dirigida por:

NATÁLIA CORREIA

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CARNES DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 31. dos Estatutos deste Sindicato, convoco a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA para uma reunião que se efectuará no DIA 23 DO CORRENTE — DOMINGO — PELAS 16 HORAS, no SALÃO NOBRE DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO — AVENIDA ROVISCO PAIS — LISBOA —, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO — Deliberar sobre o abandono e demissão da quase totalidade dos corpos gerentes eleitos para o triénio 1975 a 1977.

NOTA — Para entrada na sala é indispensável a apresentação do cartão de sócio deste Sindicato.

Lisboa, 5 de Maio de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
José Luís Mendes Rocha

EMPREGO

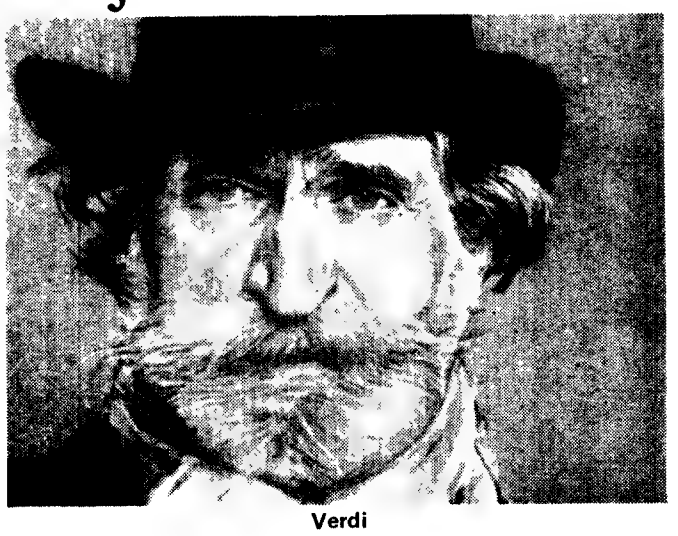
Ex-gerente bancário, conhecimentos inerentes à profissão, deseja colocação.

Resposta a João Costa
R. Luís Camões, 64
ÁGUEDA

CORTIÇA

Compra-se no mato a dinheiro; falar 967080—Porto, manhãs.

Hoje



Verdi

I PROGRAMA

19.00 Abertura e um programa pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis.
19.30 **As pedras e o Homem** — Palácio de Vila Viçosa.
19.55 **Momento Desportivo** — debate sobre o Projecto do Conselho Nacional Desportivo.
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.05 **Viva Verdi!** — um documentário sobre Emília, o país de Verdi.

Os testemunhos dos «appassionnati» que ainda hoje procuram manter viva a imagem do célebre autor de «Rigoletto», «Aida» ou «La Traviata».

Realização de Jean Louis Roy. Uma apresentação do Departamento de Programas Musicais e Recreativos.

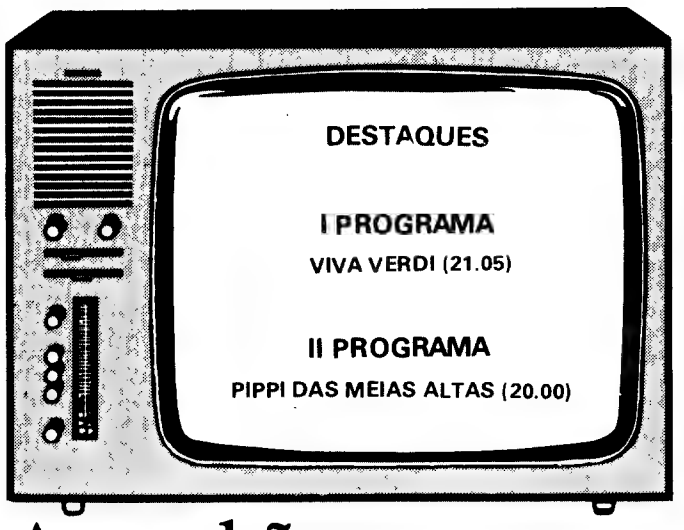
21.40 **Terra a Terra-Minha Gente** — concurso — 5.ª sessão dedicada ao Funchal.
23.05 **Cinema-76**

Uma produção do Departamento de Programas de Cinema.

23.30 **Telejornal** — 3.ª edição
23.50 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«Pipi das Meias Altas»** — série filmada.
20.25 **Fronteiras do Amanhã**
20.40 **«O Mágico»** — série filmada.
21.35 **Passatempo**
22.15 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no II Programa às 20 e 30.
22.50 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **13.15**: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **13.30**: Hoje Pode Ver; **13.40**: Desenhos Animados; **13.55**: Stop; **14.00**: Retrospectiva; **14.10**: Culinária . Favas à Portuguesa e Lencinhos da Avó. Transmissão dos Estudios do Porto; **14.40**: Falar Educaçao; **15.00**: Passatempo: **15.35**: Fungaga da Bicharada; **16.30**: Campeonato Nacional de Voleibol feminino; **17.00**: Saber não Faz Mal; **17.55**: Cinema de Animação — um programa de Vasco Granja; **18.00**: «A Casa de Jalna» — série filmada; **19.00**: Robert Farnon e a Orquestra Filarmónica de Londres no Royal Albert Hall. Realização de Yvonne Littlewood (BBC-TV). Apresentação do Departamento de Programas Musicais e Recreativos; **20.00**: Desenhos Animados; **20.30** Telejornal -2.ª edição-noticario do Pais e do estrangeiro; **21.05**: Cantigamente-os anos 40 são de guerra no mundo e de neutralidade salazarista em Portugal; **22.00**: Memórias do Nosso Tempo — a Grande Guerra; **22.35**: Telejornal-3.ª edição; **23.00**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e STOP: **20.15**: Retrospectiva; **20.30**: Culinária; **20.55**: Festival de FAZIMIERS; **21.25**: Clássicos do Cinema; **22.15**: Telejornal; **22.45**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722726-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

Simões de amarelo, pelo Estoril Praia

Futebol em ebulição

Simões deputado na Legislativa

. Um futebolista «internacional», ex-capitão do Benfica, e ainda recente defensor das cores do Estoril Praia, está a um breve passo de se tornar deputado na Legislativa em representação do «Círculo Eleitoral Fora da Europa». Trata-se de António Simões da Costa, candidato apresentado pelo C. D. S., que comanda confortavelmente a contagem de votos ainda decorrente na Comissão Nacional de Eleições. Lembramos que, neste momento, Simões encontra-se a jogar num clube norte-americano, em competições que envolvem Eusébio e Pelé, distribuídos por outros grupos.

DINHEIROS

Faltam 24 horas para o Belenenses resolver um assunto preocupante: obter cerca de 500 contos necessários para pagar aos seus jogadores profissionais os vencimentos referentes ao mês de Abril, sem o que todos eles (à base da legislação vigente) podem ficar automaticamente livres de qualquer compromisso com o clube «azul».

A situação que poderá normalizar-se no dia de hoje, tem provocado diversas reuniões de entidades directivas com amigos do Belenenses: mas, aqueles que normalmente acudiam a estas emergências não moram aqui perto...

Por outro lado, encontram-se igualmente em débito as verbas de diversos prémios de jogo, mas os futebolistas estão dispostos, a esperar mais alguns dias por esse montante. O que é preciso é o dinheirinho de Abril, para as rendas e outras despesas urgentes. Os dirigentes belenenses com a melhor boa vontade e todo o esforço, andam por aí de rede estendida: sem esquecer que também há contratos a revalidar (Godinho, Leitão, Quaresma e José Rocha) sem falar no caso do treinador parecendo que o apalavrado Carlos Silva será o candidato maior à eventual vaga deixada por Peres Bandeira.

BENFICA

Acertadas as agulhas, quatro profissionais revalidam os compromissos com o futebol benfiquista: Vítor Martins, Moinhos, Fidalgo e José Henriques.

PEDROTO

Confirmada em vários órgãos de Imprensa hoje saídos a lume uma notícia dada pelo «D. L.» no passado dia 29 de Abril: José Maria Pedroto deixa o Bessa e tem já contrato firmado com vista a futura prestação de serviços com uma outra colectividade do Porto...

PORTO

Por falarmos em Porto, notícia bem diferente da anterior: Gomes fracturou a rótula direita num acidente de viação; Rui tem rotura parcial do ligamento interno da perna direita e Ademir sofreu entorse no tornozelo esquerdo, enquanto Oliveira continua com a mão direita em gesso. Panorama pouco animador para o técnico Monteiro da Costa.

ESTORIL

António Medeiros vai cumprir a sua terceira época ao serviço do Estoril que revalidou também contratos com quatro profissionais (Carlos Pereira, Clésio, Torres e Vieirinha), tendo ainda contratado o actual setubalense Manaca.

RESERVAS

A turma reservista do Oriental foi a Torres Vedras bater o Torriense por 2-1.

Alcântara é pólvora

. Nova reunião associativa, **espalhada pela noite adiante,** mostra que, longe de estar conformado, o Atlético lutará com as armas da sua justiça perante aquilo que os alcantarenses consideram «uma prepotência sem nome, vinda do Conselho de Disciplina da Federação de **Futebol, através de um tendencioso relatório do árbitro santareno Mário Luís», que dirigiu a famigerada partida Atlético-Varzim, que arrecadaria dois prejuízos para ss hostes** de Alcântara-Santo Amaro: eliminação de uma prova em que o clube da Tapadinha tem curioso «palmarés» e, para cúmulo, interdição do seu bonito parque de jogos por dois espectáculos oficiais.

Para esta drástica medida influiu, apenas e só, um grupo de palavras alinhadas no relatório arbitral: sem cuidar de indagar da verdade (ou não) do que lhe era comunicado, o Conselho de Disciplina pegou nos livros e rapidamente decretou. Sem inquérito. Sem audição das partes interessadas. Sem pegar na balança para exercer justiça. Agiu, portanto, com a leviandade de quem tem pressa: e mal poisa os olhos naquilo que pode representar a «débacle» de um clube que, **pelo facto de ser constituído** por gente trabalhadora, deveria merecer todo o respeito e apreço.

Pois, a assembleia alcantarense da noite passada foi quase um espelho da anterior. Houve demissões, protestos, brados de ira contra os federativos. E, também, alguma serenidade. Assim, ficou estabelecido que a direcção do clube, acompanhada pelo maior número possível de associados, irá hoje em romagem à D.G.D., tentar quebrar a inércia de um departamento mudo e quedo, para a solução dos grandes problemas desportivos. Se o castigo não for imediatamente anulado (ou, pelo menos, suspenso até conclusão de um inquérito idóneo) temos que a partida entre Atlético e Académico de Coimbra, marcada para domingo, se desenrolará no Restelo. E que, a partir das 14 e 30 de domingo, em marcha de lamento e protesto, milhares de habitantes de Alcântara, com a sua equipa de futebol e a direcção do Atlético no comando, virá em cortejo até ao parque belenense, escalando o Palácio de Belém e o departamento em que, no Restelo, costuma reunir-se o Conselho da Revolução.

O que nisto tudo se lamenta (voltamos a frisá-lo) é a inexistência de um «Tribunal Desportivo». A continuidade do regime ditatorial que não permite ao vassalo chegar junto de qualquer reizinho e dizer o que lhe vai na alma, defendendo-se de iniquidades e de incorrecções. Que, pelos vistos, pululam e latejam no desporto português: onde parece que há alguém que manda mais que o próprio povo.

N.S.

"Vuelta": fase de espera

. Por não se ter batido pelas bonificações destinadas aos três primeiros na tirada e se manter (cautelosamente) integrado no grande pelotão, Joaquim Agostinho perdeu alguns segundos, baixando na tabela geral da «Vuelta». O homem de Brejenjas é, agora, terceiro colocado, a 3 minutos e 53 segundos do «leader» (o belga Jacques).

Os três portugueses que participam na Volta à Espanha em bicicleta tiveram ontem um dia rotineiro, nada fazendo que mereça qualquer menção especial. A etapa, concluída em Nules e desenrolada em 208 quilómetros, processou-se em toada rápida na primeira metade do percurso, mas entrou depois numa fase mais penosa, devido principalmente ao vento que os corredores encontraram pela frente

Nas contagens para o «Prémio da Montanha» Martins foi 3.º no Alto de La Muela, enquanto Agostinho foi quarto em Puerto del Oronet.

A vitória pertenceu ao alemão Dietrich Thurau, que gastou 5h, 54m e 41s, à média de 35,586km horários, seguido de Domingo Perurena e do belga Dirkongeane. Erik Jacques continua detentor da «camisola amarela», enquanto Joaquim Agostinho, apesar de ter sido ultrapassado pelo alemão Thurau, mantém a diferença de 3.53 que o separa do «leader».

Classificações na Etapa: 1.º Dietrich Thurau, R.F.A., 5h, 54m e 41s (com 10s de bonificação); 2.º Domingo Perurena, Esp. m.t. (com 4s de bon.); 3.º Dirkongeane, Belg: 5.º, Javier Elorriaga, Esp.; 6.º Cees Priem, Hol.; 7.º Jan Van Kaiwijk, Hol.; 8.º Van Springel, Bélg.; 9.º Julien van Lint, Bélg.; 10.º Ferdi van den Haute, Bélg., todos com o mesmo tempo do vencedor. Os portugueses chegaram integrados no pelotão, com o mesmo tempo do vencedor.

Classificação geral: 1.º, Eri. Jacques, Bélgica, 41h 44m 11s; 2.º Dieter Thureau, R.F.A. 41.47,59; 3.º Joaquim Agostinho, Portugal 41.48,04; 4.º Jesus Manzaneque, Espanha, 41.48,12; 5.º Hennie Kuiper, Holanda, 41.48,13; 6.º Gerrie Knetemann, Holanda, 41.48,25; 7.º, Javier Elorriaga, Espanha, 41.48,27; 8.º, Josep Fusch, Suíça, 41.43,35; 9.º Luis Ocana, Espanha, 41.48,35; 10.º, Bert Pronk, Holanda, 41.48,38; 20.º, José Martins, Portugal, 41.49,24; 35.º, Fernando Mendes, Portugal. 41.54,27.

Classificações gerais: Controlos 1.º, Berplanke, 22 pontos; 2.º, Aling, 11; 3.º, Thureau, 7; 4.º, Elorriaga, 7.; 5.º, Martins, Portugal, 7. Camisola Verde 1.º, Elorriaga, 102 pontos; 2.º, Thureau, 85; 3.º, Priem. 81.º Montanha 1.º, Abilleira, 77; 2.º, Oliva, 57; 3.º, Agostinho, 44; 4.º, Loos, 34; 5.º, Martins, 22.

Desporto exposto

Inaugura-se hoje, no recinto do Mercado do Povo, uma exposição denominada «Desporto-Direito do Povo» que é promovida pela Secretaria de Estado dos Desportos em colaboração com o Ministério da Comunicação Social.

Neste certame vão ser apresentados painéis alusivos ao Juvendo e ao Endo, juntamente com a vasta documentação que tem sido editada através a DGD.

Nos relvados anexos devem funcionar, durante o período da exposição (15 dias) actividades desportivas especialmente destinadas a crianças.

Cassius Clay: os anos tombam

LANDOVER, MARYLAND, 5 — (Por Steve Wilstein, da UPI. — da Anop em Portugal).

— A caravana pugilística de Muhammad Ali meteu-se outra vez à estrada. O próximo espectáculo é em Munique, no dia 25. Um combate com o campeão europeu, o inglês Richard Dunn.

Jimmy Young, que na passada 6.ª feira esteve tão perto de surpreender Ali, regressou a Filadélfia com boas recordações e o maior cheque da sua vida — 75 000 dólares. Perdeu, mas sente-se feliz.

O hotel suburbano que foi transformado num superlotado campo de treino está agora vazio e as celebridades foram-se.

Ali teve sorte neste combate: ganhou 1 600 000 dolares mas esteve quase a ver naufragados os seus planos de fazer de 1976 um ano de 26 milhões.

«Eu senti a minha idade e senti também a sua juventude» — disse o campeão, confessando ainda: «Foi uma sensação estranha. Eu era sempre o jovem, aquele que fazia a corrida toda. Mas, desta vez era ele quem corria, e eu mal me podia mexer.»

Quase todos os resultados dos combates de Ali têm tido o seu quê de controvérsia, e a decisão unânime (mas muito disputada) que declarou derrotado o virtualmente desconhecido Young não foi excepção.

O árbitro Tom Kelly anotou a pontuação de 72-65, o juiz Terry Morre 71-64 e o juiz Larry Barrett 70-68.

O maior problema de Ali neste combate não foi o peso. Apareceu com 104,5 quilos (nunca tinha chegado a tanto) mas toda a semana ele e o seu treinador (Angelo Dundee) disseram que o excesso não lhe afectaria nem a resistência nem a velocidade. O que inferiorizou Ali (na realidade) foi falhar na oportunidade e precisão dos golpes.

Todavia, o que mais o terá perturbado foi não ter conseguido «mandar» em Young. Em quase todos os seus combates, Ali fixava o estilo e o movimento. Criava surpresas e os adversários viam-se perante problemas desconhecidos. Com Young — sete anos mais novo (Ali tem 34) e mais leve 9,5 quilos — as coisas não foram assim, pois ele também tem manhas e não as deixou em casa. Sempre que sofria forte pressão de Ali, Young refugiava-se, metendo a cabeça entre as cordas do ringue. Seis vezes isso aconteceu, a partir do 7.º assalto e Ali não sabia o que havia de fazer. Isto reduziu o impulso das melhores ofensivas do campeão.

Esta estratégia deve ter permitido a Young a pontuação final puco desnivelada: mas, verdade se diga, esteve também para lhe sair cara quando, já no declinar do combate, o árbitro o advertiu de que cada artimanha daquelas podia equivaler a um derrube, tendo chegado mesmo a contar até dois quando o rapaz de Filadélfia voltou a pôr a cabeça fora da área do ringue.

A palavra do leitor

Assinada por Manuel Triguinho Pereira, recebemos uma carta que transcrevemos integralmente e é do seguinte teor:

«Charneca do Lumiar é uma das muitas freguesias pobres e sub-desenvolvidas desta Lisboa e deste Portugal. Dentro dela existe um modesto clube que dá pelo nome de Clube Desportivo da Charneca.

Modesto, mas digno. Duma dignidade tal que há dois anos, criou uma secção de ginástica com o objectivo de proporcionar aos filhos do seu humilde povo uma revitalização do corpo e do espírito susceptível de os desviar dos caminhos perigosos que ameaçam uma juventude quási totalmente desprezada por **uma sociedade tornada** sectária e egoista, pelo obscurantismo que tolheu a Nação durante quasi meio século. Em ritmo acelerado, esta jovem secção foi acolhendo dezenas e dezenas de jovens de ambas os sexos, totalizando actualmente o número de inscrições cerca de quatro centenas. Mas, porque as condições de trabalho são extremamente precárias (desenvolvendo-se a preparação dos pequenos ginastas numa acanhada sala **da modesta sede do clube) gerou-se** um largo movimento popular, tendente a conseguir erguer um pavilhão. E, de contributo em contributo, o povo da Charneca pode, no grato dia 1.º de Maio do corrente ano juntar a sua festa à festa mundial dos trabalhadores, assinalando com uma simbólica cerimónia nicio das obras de construção do referido pavilhão.

Em tempo oportuno, o clube (Comissão de Obras) mandou para o vosso jornal a omunicação essa realização, histórica para as martirizadas gentes deste lugar. Não o fez por influência do submisso espírito de mendicidade que noutro tempo, levava estes clubes a «esmolarem» o favor de uma noticiazinha. Fê-lo porque pensou que o vosso jornal (como os restantes, nomeadamente os da especialidade) já acertara o passo com a cadência emancipadora do nosso povo **trabalhador, e renunciara definitiva**mente a subserviência aos chamados «grandes» clubes, passando a considerá-los todos no mesmo plano de igualdade. Afinal, o C D. Charneca enganou-se. O vosso espaço, as vossas colunas continuam reservadas para os **«grandes», como se pode avaliar por** exemplo, pelas lautas reportagens recentemente consagradas às iniciativas do Sporting Clube de Portugal, no campo da ginástica. Há, sim, a ginástica. **Uma surpresa para o signatário** desta carta, pois revela que, afinal, os senhores não ligam só ao futebol, também se interessam pela ginástica...do Sporting, clube rico (?). A ginástica **do meu clube, Clube Desportivo, da Charneca, é pobrezinha. O dinheiro do povo só dá (mal) para o povo, não dá para pagar publicidade, paciência. Não me preocupo com isso. Eu e os meus** miúdos vamos continuar a trilhar este caminho, o único caminho que penso que pode conduzir à chamada via socialista, rumo à construção de uma sociedade sem classes. O povo da Charneca sabe que o pavilhão só pode ser uma realidade se, construido com cimento, tijolos, ferro etc., e não com papel de jornal. O povo da Charneca (e doutras Charnecas que existem por este Portugal fora) saberá julgar **os pseudo progressistas jornalistas que continuam a sobrepor os seus** interesses pessoais aos das camadas populares, fiéis ao já tradicional servilismo aos chamados «grandes». E termino, faço-o convicto de que o pavilhão da Charneca será uma realidade como realidade será (decerto) os jornais dentro de algum tempo virem a **ser jornais finalmente interessados em** serem úteis, senão aos jovens ginastas da Charneca de hoje, pelo menos aos filhos destes.»

. N. R. — Por acaso, o sr. Manuel Triguinho Pereira engana-se redondamente e é (até) bastante injusto. Embora só perto das 12 horas do passado dia 30 (e, mesmo assim, pela palavra telefonada do camarada Carlos Nogueira, de «Record») tivessemos tido conhecimento **da festa no Charneca, apres**sámo-nos a dar notícia do facto nas nossas edições desse mesmo dia (título ao alto da página 16). Quanto ao enredamento da ginástica sportinguista na maior (ou menor receptividade que lhe é dada) remetemos o leitor para Eça de Queirós: o que interessa a milhares de leitores sobrepõe o que chama a atenção de algumas dezenas. E, já agora, devolvemos ao remetente a insinuação: por cá não se cobra dinheiro pela publicidade dada a qual**quer facto desportivo. Qualquer** que êle seja, repetimos. Uma leitura mais atenta, sr. Triguinho Pereira, a quem (como vê) **fazemos também propaganda** gratuita...

Nacional

Inquilinos e senhorios na Câmara de Loures

. No decorrer duma reunião **que teve lugar na Câma**ra de Loures, reunião essa classificada de «mediação», representantes dos senhorios e membros da Comissão de Moradores do Bairro de Angola discutiram na presença do vice-preidente da Câmara. Este, face a uma situação «francamente alarmante, tanto no que se refere à construção clandestina, como no que se refere a certas rendas que estão a ser pedidas e que são mais do que especulativas», recordou aos presentes que a Câmara dispõe dos meios legais para resolver o problema, já que lhe é permitido proceder a expropriações quando se verifiquem as circunstâncias que parece estarem a verificar-se na área de Camarate.

Apesar de a grande maioria dos presentes ter aceite uma mediação entre senhorios e membros da Comissão de Moradores, um proprietário recusou-se terminantemente a reduzir as suas rendas, que atingem 2.300$00.

"Creche do Campo Grande em risco de fechar"

. . Do Serviço de Acção Social da Santa Casa da Misericórdia recebemos a seguinte carta de esclarecimento, com o pedido de publicação:

. «A reportagem no que se refere à actuação da Misericórdia de Lisboa contém algumas afirmações incorrectas, só justificáveis se considerarmos que o membro da Comissão Administrativa que as forneceu não foi com certeza o mesmo que sempre tem contactado com os nossos serviços — a arqtª. Maria Manuela Bruxelas.

Em contacto havido com esta senhora no passado dia 1, informámos que, face aos numerosos pedidos de apoio financeiro para novos equipamentos de 1.ª e 2.ª infância recebidos nesta Misericórdia, e aos quais não é infelizmente possível a integral satisfação, dadas graves dificuldades financeiras que a Misericórdia atravessa, houve que definir prioridades.

Entre outras, foram priorizadas as iniciativas propostas pelas Comissões de Moradores da Penha de França, Qtª. do Tarujo, Ameixoeira e Bairro Grandela, pela Comissão de Pais da Fundação Júlia Moreira e pela Comissão Instaladora da Fundação Adolfo Vieira de Brito.

Face à impossibilidade que a Misericórdia tinha de subsidiar a «Creche do Campo Grande», foi acordado com o membro da C.A. acima referido, diligenciar junto do Governo Civil — entidade que tem vindo a subsidiar aquela «Creche» — para manter a ajuda concedida até Julho próximo, dado que a Comissão Administrativa se dispunha a tentar resolver a situação financeira da «Creche» até essa data.

Conclui-se pois que a Misericórdia nunca subsidiou a Creche do Campo Grande.

Por outro lado, não é sua norma retirar subsídios a instituições, mesmo quando estas estão a servir «menos bem» a população, procurando sim, que passem a servi-la «melhor».

Parece-nos no entanto, que fica em aberto o problema de fundo que a notícia levanta: — para quando uma discussão franca e aberta com as várias organizações populares (pais, moradores, etc.) com as entidades oficiais (MAS, MEIC, etc.) sobre a problemática do equipamento para a 1.ª e 2.ª infância, cada vez mais necessário, por constituir não só «um direito da mãe trabalhadora», mas sobre tudo «um direito da criança»?»

Assinam: Maria Odete Esteves Loureiro e Maria Luísa Gomes da Silva

MAIS TRÊS MESES DE SUBSÍDIO

Entretanto o Governo Civil de Lisboa prolongou por mais três meses a concessão do subsídio com que tem sobrevivido a creche gerida pela Comissão Administrativa da Junta de Freguesia do Campo Grande. Aquela C. A. está agora a braços com a tarefa de descobrir, nos próximos meses, qual a entidade que deverá subsidiar estas creches criadas por orgãos de vontade popular, dado que essa função não cabe efectivamente ao Governo Civil.

De Cabora Bassa ao "DL"

Parabéns pela vitória eleitoral da esquerda

Um grupo de trabalhadores portugueses de Cabora Bassa enviou ao director do nosso jornal um telegrama de apoio e felicitação às forças progressistas que sairam vitoriosas das eleições para a Assembleia da República. Esses trabalhadores dizem-se «profundamente interessados numa sociedade justa, democrática, socialista», numa sociedade onde «Não haja mais exploração do homem pelo homem», e consideram que as referidas eleições consagraram uma «vitória antifascista».

Por isso, fazem um voto pela unidade das forças progressistas, para que se «alcancem novas vitórias na defesa da consolidação das conquistas revolucionárias, nomeadamente Reforma Agrária, nacionalizações, controlo operário, liberdades fundamentais».

«Viva Portugal Li re, rumo ao Socialismo» — assim terminam a sua mensagem os signatários, que são: Mário Lopes, A. Oliveira, F. Vizinho, J. Carvalho, E. Costa, O. Ferreira, J. Nunes, C. Costa, I. Pereira, F. Araújo, Joaquim Carvalho e J. Rodrigues.

Para falar de Informação

Hubert Beuve-Méry vem a Lisboa

. Organizado pela Secretaria de Estado da Informação do Ministério da Comunicação Social, e com o patrocínio do Conselho da Europa e do Governo francês, efectua-se em Lisboa, de 17 a 27 do corrente, um Seminário sobre problemas da Informação em Portugal.

Dirigido por deputados jornalistas tanto estrangeiros como nacionais, tal Seminário destina-se principalmente a equacionar os problemas que mais afectam a Informação portuguesa de molde a abrir perspectivas e suscitar as soluções práticas que visem aperfeiçoamento profissional e a mais clara definição deontológica dos trabalhadores dos meios de Comunicação Social.

Entre os pontos fulcrais que serão estudados neste Seminário figuram: Direito de Imprensa, Definição do Estatuto de jornalista, Gestão das Empresas Jornalísticas, Fabrico de Jornais Portugueses, Secretaria de Redacção, Paginação e Investigação Gráfica, Meios Audiovisuais, Rádio e Televisão, Trabalho numa Agência de Informação, Procura e Tratamento da Informação na Imprensa Escrita e Formação e Aperfeiçoamento de Jornalistas e Quadros.

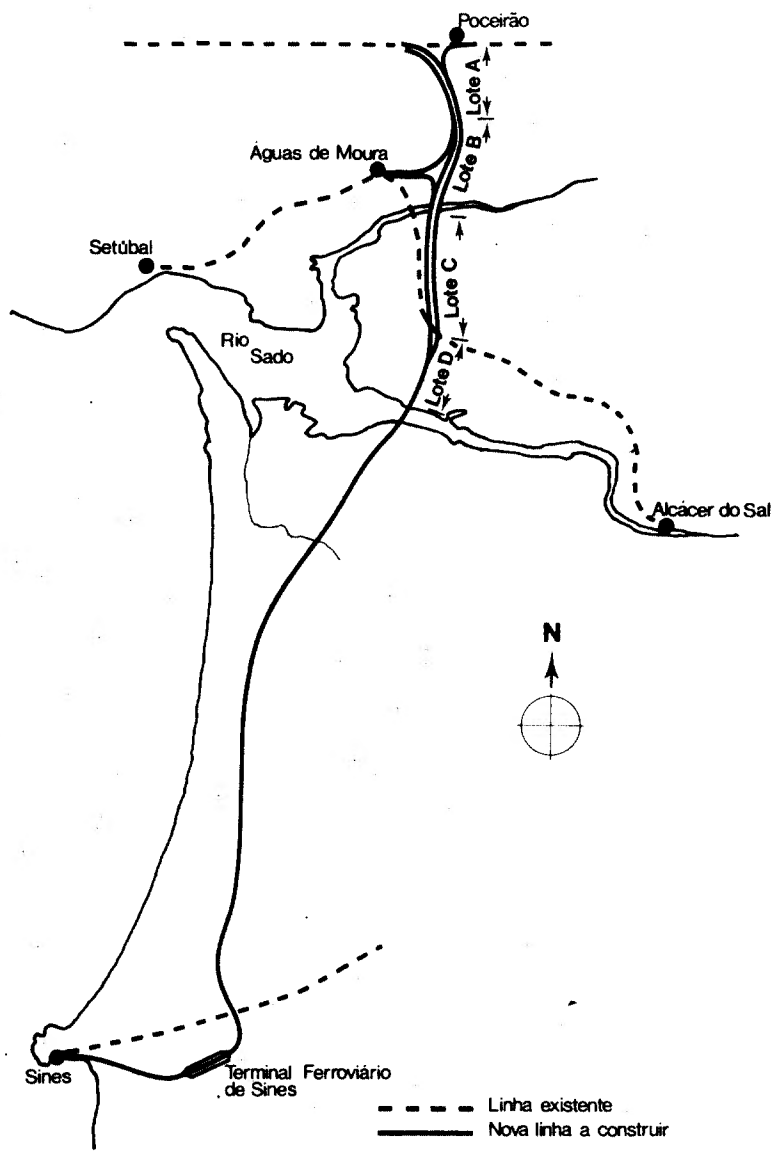
A lição inaugural deste Seminário será proferida pelo veterano do jornalismo francês Hubert Beuve-Mery, antigo director de «Le Monde». Esta conferência está prevista para dia 17, às 10 horas no Hotel Tivoli. As inscrições para este Seminário podem ser feitas através do Sindicato dos Jornalistas.

Empreendimento Ferroviário de Sines / Concurso Público

Concurso Público para a arrematação da empreitada de construção da plataforma da via (terraplanagens, saneamentos e obras de arte) do troço Poceirão-Sado (Lotes A, B, C e D) da Nova Linha de Sines, nas modalidades cujas bases de licitação, caução provisória e prazo de construção se indicam:

MODALIDADE I
Conjunto dos 4 lotes, A, B, C e D
BASE DE LICITAÇÃO ... 255 000 000$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ... 6 375 000$00
PRAZO ... 9 meses

MODALIDADE II
Conjunto dos lotes A e B
BASE DE LICITAÇÃO ... 130 000 000$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ... 3 250 000$00
PRAZO ... 9 meses



MODALIDADE III
Conjunto dos lotes C e D
BASE DE LICITAÇÃO ... 125 000 000$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ... 3 125 000$00
PRAZO ... 9 meses

MODALIDADE IV
Lote A
BASE DE LICITAÇÃO ... 74 000 000$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ... 1 850 000$00
PRAZO ... 9 meses

MODALIDADE V
Lote B
BASE DE LICITAÇÃO ... 56 000 000$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ... 1 400 000$00
PRAZO ... 9 meses

MODALIDADE VI
Lote C
BASE DE LICITAÇÃO ... 79 000 000$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ... 1 975 000$00
PRAZO ... 9 meses

MODALIDADE VII
Lote D
BASE DE LICITAÇÃO ... 46 000 000$00
CAUÇÃO PROVISÓRIA ... 1 150 000$00
PRAZO ... 9 meses

No caso de o concorrente apresentar proposta para:
— a modalidade I será dispensado da caução provisória correspondente às restantes modalidades;
— a modalidade II será dispensado da caução provisória correspondente às modalidades IV e V;
— a modalidade III será dispensado da caução provisória correspondente às modalidades VI e VII.

A construção do conjunto dos 4 lotes A, B, C e D — Modalidade I — ou dos lotes A e B — Modalidade II — ou C e D — Modalidade III —, só poderá ser adjudicada ao empreiteiro que tiver apresentado a sua proposta segundo as modalidades I, II e III, respectivamente.

ALVARÁS EXIGIDOS:

Empreiteiros nacionais de obras públicas com os seguintes alvarás:

MODALIDADE I — Subcategoria 1 e/ou 2 categoria IV classe 4.ªB e subcategoria 2, categoria III, classe 4.ªA

MODALIDADES II e III — Subcategoria 1 e/ou 2 categoria IV classe 4.ªB e subcategoria 2, categoria III, classe 3.ª

MODALIDADES IV e VI — Subcategoria 1 e/ou 2 categoria IV classe 4.ªA e subcategoria 2, categoria III, classe 3.ª

MODALIDADES V e VII — Subcategoria 1 e/ou 2 categoria IV, classe 3.ª e subcategoria 2, categoria III classe 2.ªB.

Os empreiteiros que não possuirem os alvarás indicados para as pontes deverão associar-se ou subempreitar a outro ou outros devidamente qualificados.

LOCAL, DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO REFERIDA NO PROGRAMA DO CONCURSO:

Serviços de Secretariado da Comissão Administrativa da C. P. — Calçada do Duque, 20, em Lisboa, no dia 14 de Junho de 1976 às 17 horas.

LOCAL E DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Sede da Companhia — Calçada do Duque, 20, em Lisboa, no dia 15 de Junho de 1976, às 15 horas.

LOCAL E HORÁRIO PARA EXAME DO PROCESSO:

Direcção de Equipamento da C. P. — Equipa de Projecto de Sines — Avenida da República, 66, 1.º, Dir. — Lisboa, em todos os dias úteis (de 2.ª a 6.ª-feira) e nas horas de expediente (das 9 horas e 30 minutos às 13 horas e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos) onde os concorrentes poderão, a suas expensas, obter cópias do processo de concurso.

O Presidente da Comissão Administrativa da C. P.

(a) Amílcar Marques

Caminhos de Ferro Portugueses

Geral

"Política Socialista": outro "manifesto"

Um novo título apareceu ontem na cena das publicações periódicas portuguesas: trata-se de «Política Socialista», que se apresenta ao público como uma revista de «informação, opinião e análise». Periodicidade: mensal.

A nova publicação tem como director Filipe Arriaga de Castro e do corpo redactorial fazem parte alguns nomes que integravam a revista «Manifesto», entretanto suspensa por razões relativas aos problemas de ordem económica mas também política com que se debatia. Politicamente, e tal como sucedia com «Manifesto», a nova revista define-se num compromisso de esquerda, de orientação progressista e vocação revolucionária, pluralista mas no sentido de que na sua orientação cabem as diversas opções socialistas que correspondem à multiplicidade das tendências de esquerda que o leque político comporta.

Consta entretanto que «Manifesto» poderá reaparecer a curto ou a médio prazo, mas com uma orientação algo diversa da que tinha e «Política Socialista» hoje prossegue. Tanto quanto julgamos saber, «Manifesto», a reaparecer, situar-se-á politicamente não radicalizado e partidariamente próximo do P.S.

Ainda ontem, «Vida Mundial» reapareceu. Natália Correia a dirigi-la, a revista declara-se desfavorável aos «dois tipos de fascismo» e sintonizada com a «opção democrática» que o povo português fez nas eleições do dia 25 de Abril.

Conselho da Europa

Provável admissão de Portugal

ESTRASBURGO, 7 — (E) — Tudo leva a crer que Portugal vai ser convidado, no decorrer dos próximos meses a requerer a sua entrada para o Conselho da Europa de que virá a ser, a verificar-se esta hipótese, o 19.º membro. Por um lado, Hans-Dietrich Genscher, ministro dos Negócios Estrangeiros da R.F.A. declarou não haver dúvidas de que Portugal preenche, agora, as condições de filiação e, por outro lado, François Xavier Ortoli, presidente da Comissão das Comunidades Europeias, afirmou que a negociação com Portugal, para a revisão do acordo de comércio livre está em bom caminho, e que já foi posto ao seu dispôr um terço dos créditos do programa de auxílio urgente a esse país.

O final do comunicado dos dezoito ministros dos países da C.E.E., tornado público depois de uma reunião que decorreu à porta fechada e que durou o dia inteiro, confirma, aliás, as afirmações das duas entidades mencionadas, porque os signatários «congratulam-se com as boas perspectivas de rápido acesso do país ao conselho da Europa», agora que «houve eleições livres e democráticas».

Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

expressão que na Televisão portuguesa se vai tornando cada vez mais rara: *rumo ao socialismo*.

A povoação não tem luz nem água. Jornais não chegam lá e de que valeriam se a maior parte da população não sabe ler... Assistência, adivinha-se que nenhuma. Os acessos são difíceis.

Partidos? «A gente aqui pouco sabe sobre qual é o melhor. Eu sou daqueles que não sei...»

Pequena reportagem. Ao certo: 2 minutos e 4 segundos. Dois minutos ao País real para mostrar o que vale. País real a quem de facto não serve a social-democracia. País real que nada tem a ganhar com a recuperação capitalista — que só leva às londres, aos parises, aos tóquios, às novas iorques — à selva, enfim.

Solução? Foi apontada: *rumo ao socialismo*. Mas em certas regiões, as populações não sabem — porque o cacique, o prior, as dificuldades de comunicação não deixam, e a Televisão não ajuda nada.

Sim, 124 segundos como contribuição de um dia para conhecimento do País real, é quase nada. Mesmo assim, na actual Televisão portuguesa, é quase um luxo...

«A gente aqui não sabe...» A gente dali não sabe. Mas votou. Como em tantas, tantas freguesias do País. Eleições livres, n'é?

BARES · BOITES
RESTAURANTES
CASINOS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 261461/164526/264596/ 264621/264945**

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	275$	275$	280$
Cons. 3 %	305$	300$	305$
Cons. 3 1/2 %	–	350$	–
Centenários	–	810$	–
Tes. 5 %	–	835$	–
Tes. 10 %	500$	–	500$
Extern. 1.ª - s.	–	450$	–
Extern. 1.ª - c.	–	450$	–
Extern. 3.ª - s.	–	475$	–
Extern. 3.ª - c.	–	475$	–
Caut. 3.ª - s.	–	–	140$
FUNDOS PÚBLICOS			
A. I.x. 6 %	–	760$	–
C.M.L. 5 3/4 %	–	830$	–
C.P. 5 1/2 % — 67	–	–	700$
C.P. 5 1/2 % — 68	–	700$	–
C.P. 5 1/2 % — 69	–	700$	–
Corr. 5 3/4 %	–	–	–
Metr. 5 3/4 %	810$	805$	815$
Tur. 5 3/4 %	–	850$	–
C.P. 6 3/4 %	–	810$	830$
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58	–	690$	–
G. 5 % — 59	–	680$	–
G. 5 % — 62	–	–	–
G. 5 % — 63	–	–	–
G. 5 % — 64	–	–	–
G. 5 % — 65	–	–	–
G. 6 % — 67	–	800$	850$
G. 6 % — 69	–	800$	–
G. 7 %	–	–	900$
H.E.A.A. 5 %	–	640$	–
H.E.C. 5 %	–	700$	–
H.E.C. 6 %	–	760$	–
H.E.D. 5 %	–	620$	–
H.E.D. 6 %	–	760$	–
H.E.N.P. 5 %	–	735$	–
H.E.S.E. 5 %	–	–	–
H.E.S.E. 6 %	–	–	760$
H.E.Z. 5 % — 57	–	630$	–
H.E.Zèz. 6 %	–	750$	–
N. Elec. 5 %	–	710$	–
N. Elec. 6 %	–	–	670$
Termoel. 5 %	–	600$	–
U.E.P. 5 % — 60	–	–	700$
U.E.P. 5 % — 63	–	–	–
U.E.P. 6 %	–	740$	–
U.E.P. 7 %	–	–	800$
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56	–	720$	–
A.P.T. 5 % — 58	–	700$	–
Lisnave 6 %	–	770$	790$
Nitratos — 60	–	600$	–
Pet. 2.ª e 3.ª	–	–	–
Sacor 7 %	–	820$	–
Sacor 5 % — 54	–	–	–
Sacor 5 % — 60	–	–	850$
Sid. 5 % — 2.ª	–	–	720$
Sid. 5 % — 3.ª	–	–	720$
Sid. 5 % — 4.ª	–	–	720$
Socel 5 %	–	–	–
R. Fabril — 67	–	–	830$
R. Fabril — 68	–	800$	–
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	–	–	–
Rev. 5 % — 57	–	–	–
Rev. 5 % — 59-60	–	–	–
Moçambique 5 %	–	–	–
Sonefe 5 %	–	–	–
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	–	–	–
F.I.D.E.S.	–	–	–

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava geralmente muito nublado o vento era fraco e chovia no Algarve

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA
Máxima ..... **20,5°**

PENHAS DA SAÚDE
Mínima ..... **2.°**

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	17°
P. DOURADAS	—
COIMBRA	14°
PORTALEGRE	15°
LISBOA	17°
FARO	16°
FUNCHAL	16°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
9.55	3,3 m	3.19	1,4 m
22.21	3,5 m	15.45	1,5 m
Dia 8			
11.09	3,4 m	4.34	1,4 m
23.34	3,6 m	17.00	1,4 m
Dia 9			
		5.41	1,2 m
12.16	3,6 m	18.06	1,2 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; diminuindo de nebolusidade nas regiões do Norte; vento fraco; períodos de chuva ou aguaceiros nas regiões do Sul

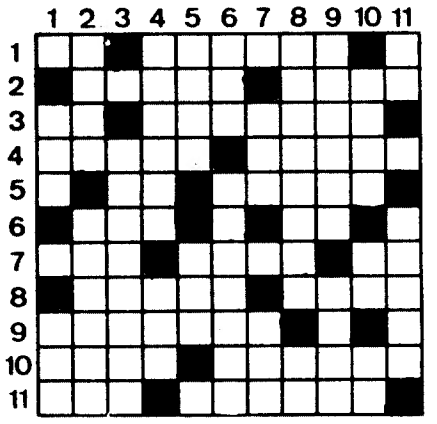
ANANHA
NASCER AS 6.31
OCASO AS 20.36
DIA 7 DIA 13 DIA 20 DIA 29

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.°11 363

HORIZONTAIS:

1 Artigo definido. Descendentes.
2 Prendera. Abismo.
3 Nota musical. Germinara.
4 Lavrais. Pecados.
5 Mil e cem em romano. Sais frequentemente à rua.
6 O sustento. Rádio (s.q).
7 Suspiros. Neste lugar. Laço.
8 Queimou. Massa de farinha e outros ingredientes, doce ou não.
9 Atraiçoares.
10 Invulgar. Rio de Portugal.
11 Nome de mulher. Cureis.



VERTICAIS:

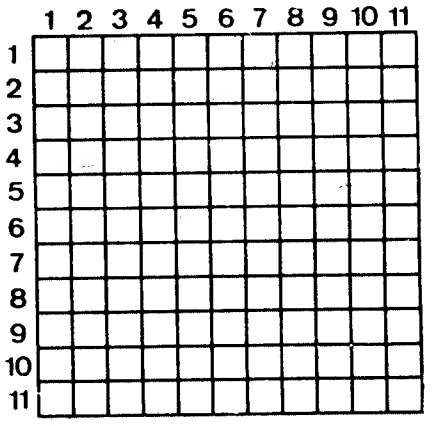
1 Sadio. Artigo definido. O mesmo que três.
2 Brotar. Deram pios.
3 Amolgara.
4 Desmaio. Fecha as asas para descer mais depressa.
5 Tempo do verbo ir. Rate (inv).
6 Pêlos de certos animais. Fartura.
7 Paraíso. Ente.
8 Trabalhador. Nome de letra.
9 Ria sem ruído. Liguei.
10 Desordem. Laço. Reis.
11 Contracção da preposição de com artigo definido. Necessitado.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.°7523

HORIZONTAIS:

1 Recusa. Paspalho.
2 Cólera. Igual. Óxido de cálcio.
3 Batráquio. Uma centena. Rainha da Arábia, também conhecida por Belkiss.
4 Deram marradas.
5 Víscera. Prendeis com elos.
6 Actínio (s.q). Alumínio (s.q). Instrumento para atirar setas.
7 Rangíferes. Rio da Suíça.
8 Designação dada nos Açores aos terrenos de lava esponjosa, cobertos de musgo e ervas.
9 Érbio (s.q). Coragem. Segundo.
10 Sódio (s.q). Aves campestres de plumagem cinzenta também chamadas Alaudas.
11 Um dos pontos cardeais. Membro de ave. Pedra de moinho.



VERTICAIS:

1 Caminhar para cá. Ópera de Bizet.
2 Estavam. Tempo do verbo ir.
3 Basta. Aparência. Reis.
4 Acreditei. Pronome pessoal (inv). Cloro (s.q).
5 Fico.
6 Uma das incarnações de Vixnú, na mitologia hindu. Fome (pop).
7 Atmosfera. Criminosa. Sírios.
8 Divisão de uma casa. Vossa Alteza.
9 Caíras à cama.
10 Medida de capacidade hebraica. Levanta. Seguiam.
11 Fileira. Aspecto amável.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.° 11 362

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 MÉDICO. Casa.	1 VELHO. Pás.
2 Remo. Sam.	2 Ero. Dais.
3 Voraz. Drama.	3 Derradeiros.
3 Voraz. Drama.	4 Imã. Rei. Ata.
4 Vaiar.	5 Cozíamos. Or.
5 Liara. Om.	6 Assa.
6 Demagogia.	7 ADVOGADO.
7 Odeio. Ra.	8 Ramo. Ien.
8 Aí. Sadia.	9 Asai. Gramas.
9 Pira. Soem.	10 Sama. Ia.
10 Asotos. Na.	11 Amaria. NOVO.
11 Sarau. São.	

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.° 7522

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 La. Acataram.	1 Lagos. Arcas.
2 Avia. Mapas.	2 Avós. Troara.
3 Goa. Giros.	3 Ia. Serenar.
4 Os. Damaia.	4 Aa. Demerara.
5 Separais.	5 Gap. Dás.
6 Tem. Vás. As.	6 Animavas. Co.
7 Arredas. Lu.	7 Tararas. Cós.
8 Roeras. Suga.	8 Apoias. Sol.
9 Canas. Corar.	9 Rasai. Uras.
10 Arar. Colada.	10 As. Salgado.
11 Saramos. Sós.	11 Aí. Suaras.

PROVÉRBIO: MÉDICO VELHO, ADVOGADO NOVO.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO G-1

TODA A NOITE

AJUDA
Tapada, Calçada da Tapada, 38-A (Tel. 634721).

ALVALADE
Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B (à Av. do Brasil) (Tel. 765252); **Celta,** Rua Moura Girão, 3-B (Tel. 710621); **João XXI,** Av. João XXI 16-A (Tel. 726462).

AREEIRO
Avenidas (das), Av. da República, 27 (Tel. 533688).

CAMPOLIDE
Oliveira, Rua de Campolide, 54-A (Tel. 684424).

CARNIDE
J. Ribeiro, Estrada da Luz, 199-A (Tel. 780969)

ESTRELA
Paivas e Parente, Rua de Santo António, à Estrela, 96 (Tel. 665196).

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B (Tel. 720703-728395)

OLIVAIS SUL
Simão, Rua Cidade de Babinda, 16-A (junto da piscina) (Tel. 310581).

S. Mamede
Cunha, Rua Escola Politécnica, 16 (Tel. 325455).

zs. PAULO
Africana, Rua Bernardino Costa, 45 (Tel. 269120).

XABREGAS
Salter, Rua de Xabregas, 63 (Tel. 381185)

TURNO G-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Mendes Gomes, Calçada da Ajuda, 222 (Tel. 638256).

ALFAMA
Amali, Rua das Escolas Gerais, 88-A (Tel. 863940).

ALVALADE
Sanex, Avenida da Igreja, 31-C (Tel. 717505).

BAIRRO ACTORES
Nobel, Rua Actor Vale, 53 (à Fonte Monumental, lado Sul) (Tel. 842152).

BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (Tel. 311216)

BAIXA
Azevedo, Rossio, 31 (Tel. 327478)

BENFICA
União, Estrada de Benfica, 592 (Tel. 700092).

CAMPO DE OURIQUE
Porfírio, Rua Francisco Metrass, 59-B (Tel. 663349).

ESTRELA
Gama, Calçada da Estrela, 130 (Tel. 660339)

LAPA
Carrasco, Rua Presidente Arriaga, 39 (Tel. 667460).

LUMIAR
Central do Lumiar, Rua do Lumiar, 77 (Tel. 790480).

PENHA DE FRANÇA
Dimar, Rua Conde Monsaraz, 17-B (Tel. 842533).

REGO
G. Silva, rua Francisco Tomás Costa, 3-C (Tel. 771873).

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Oliveira Viegas, Rua Viriato, 29-A (próximo do Hotel Sheraton) (Tel. 48966-553601).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (T.2112048)

PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T.2435147). Até às 22 horas

OEIRAS
Oeiras, L.Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Toda a noite

NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central. Toda a noite

S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite

MURTAL
Primavera, R.das Parreiras, 2 (T.2472278). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas

MONTE ESTORIL
Lopes, R.Hangar, 3 (T.260008). Toda a noite

CASCAIS
A.Costa, R.Freitas Reis, 24-C (T.280214). Até às 22 horas; **Cordeiro,** Av. C.G.Guerra, 40 (T.280170). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (T.934589); **Campos,** R.Elias Garcia, 185 (T.930072); **Clabel,** R.António Sardinha, 23-D (T.938551)

DAMAIA
Confiança, E.Militar, lote D (T.9710231)

VENDA NOVA
Girassol, R.Elias Garcia, 17-C (T.974161)

QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (T.950043)

CACÉM
Central, R.Elias Garcia, 55 (T.2940034)

MEM MARTINS
Miranda Garcia, E.de Mem Martins, 173-B (T.2914103)

S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.2930058)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Central, R.de Olivença, 11-B (T.2750504)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (T.2073207)

COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, E.das Barrocas, 50-A (T.2494182)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTIJO
Higiene, R.José Joaquim Marques, 142 (T.2310370)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETÚBAL
Bocageana, R.do Romeu (T.23425); **Bairros,** B.Santos Nicolau (T.23330)

SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 11

ATÉ ÀS 22 HORAS

Campos, R.Padre Luis Cabral, 943, Foz. **Alves Moreira,** Av. Rodrigues de Freitas, 16 **Maia,** R.do Campo Alegre, 192 **Monte dos Burgos,** R.do Monte dos Burgos, 802 **Aliança,** R.da Conceicao, 2 **Botelho,** R.da Alegria, 863 **Estacio,** R.Sa da Bandeira, 120 **Lidador,** R.do Lidador, 171

TODA A NOITE

Menezes de Lima, P.Dr Pedro Teotonio Pereira, 227 **Clérigos,** R.dos Clérigos, 36 **Cruz,** R.de Costa Cabral, 1082 **Guarani,** R.Pedro Hispano, 367

COIMBRA

Baptista, Praça da República, 9 (Tel 23747; **Estádio,** Rua do Brasil, 348 (Tel. 24410); **Miranda,** Praça do Comércio, 41 (Tel. 23261).

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Vora Vota Camarada Zé»

VILLARET
21.30 (13 anos)
«Godspell»

LAURA ALVES
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Sexo-Show»

MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.15 (13 anos)
«Ah Kiu»

VASCO SANTANA
21.30 (18 anos)
«Preço da Vida»

ADÓQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan Não Enche Barriga»

CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.15 (18 anos)
«Como Caçar um Marido»

SATÉLITE 21.30 (18 anos)
«A Jovem Assassinada»

COLISEU
21.30 (18 anos)
«Emilienne»

OLÍMPIA
21.00 (18 anos)
«Sexo a Jacto»

EUROPA
21.15 (18 anos)
«Camille»

JARDIM
21.00 (18 anos)
«A Ensaguentada Noiva de Drácula»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Condenados a viver»

S.LUIZ
21.30 (18 anos)
«Diário de um Ladrão»

IDEAL
21.00 (18 anos)
«Destino de Mulher»

ARCO
21.30 (13 anos)
«Os Novos Senhores»

PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«O Justiceiro Sem Olhos»

CINE-BOLSO
21.00 (18 anos)
«Relações Escaldantes»

PALÁCIO FOZ
21.00 (6 anos)
«Cinematografo Lumière»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (13 anos)
«Não Toques na Mulher Branca»

ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«A Trama»

AMADORA
Lido
21.15 (6 anos)
«Os Dois Missionários»

AMADORA
Cinestúdio Lido
21.15 (13 anos)
«Breve Paixão»

SINTRA
Carlos Manuel
21.00 (13 anos)
«A 7.ª Alvorada»

LINHA DE SINTRA

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Decameron 2»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«O Grande Gatsby»

CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«Adeus Bruce Lee»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (13 anos)
«Não Toques na Mulher Branca»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (13 anos)
«Com Jeito Vai de Bacamarte à Solta»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Afinal como é?»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A Bíblia»

VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«Sangue Chama Sangue»

JÚLIO DINIS
21.15 (10 anos)
«Com os Olhos Tortos de Medo»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Os dois missionários»

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«5 Almofadas para uma Noite»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Futz»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Com Encontro Marcado»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«O Homem de Hong-Kong»

TRINDADE
21.15 (18 anos)
«A Torre do Inferno»

COLISEU
21.15 (18 anos)
«Relações Escaldantes»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«O Telefone Cor de Rosa»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Delícias Turcas»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«A Filha do Guarda da Passagem de Nível»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Cenas da Vida Conjugal»

S.TEOTÓNIO
21.15 (13 anos)
«A Vingança de Monte Cristo»

TIVOLI
21.15 (6 anos)
«Os Dois Missionários»

cinemas

CASTIL

T. 530194 — 15.15, 18.30 e 21.15

Int. a men. 18 anos

Catherine Deneuve, Bernadette Lafont

NOITADAS DE PARIS

4.ª semana

(Zig Zag)

IMPÉRIO

T.555134 — Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

«OS CINCO DIAS DE MILÃO»

c/Marim Tolo e Adriano Calentano

15.15, 18.30

Não aconse. a menores de 18 anos

«A MORTE ESTÁ AO TELEFONE»

POLITEAMA

T. 326305 — 14.15,16.30, 19 e 21.30

Não acons. men. 13 anos

4.ª semana a surpresa do ano

PARA NÓS... È CANJA

Paul Smith-Michael Caby

VOX

T.720808 14.15, 16.30, 19 e 21.15

N. acons. men. 13 anos

A grande surpresa do ...

PARA NÓS... É CANJA

c/ Paul Smith-Michael Coby

4.ª semana

ROMA

T.727778 — 15.30, 18.30, 21.15

Int men. 18 anos

2.ª semana

CLUBE PRIVADO

c/ phlippe Gaste-Eva Stroll

D. JOÃO V — DAMAIA

T. 971794 — 21.15

Int. men. 18 anos

O BELO MONSTRO

FUNDAÇÃO GULBENKIAN

18,30 e 19.30
Auditório três
CEMITIERE DANS LA FALAISE (1951)
16mm, cor, 25 minutos
MORO-NABA (1958)
16mm, cor, 20 minutos
versões orifinais

21.30 Auditorio dois
MOI, UN NOIR (1959)
35mm, cor, longa-metragem
Versão legendada em português

1.º Programa

15.00: Painel da tarde; **18.00**: Música portuguesa; **19.00**: Música variada, **19.30**: Imagens de cinema, por Luis Rodrigues; **20.00**: Jo nal da noite; **20.30**: Conjuntos instrumentais; **21.00**: 10.º episodio do folhetim «O Muro Branco», de Alves Redol, numa adaptacão de Costa Ferreira; **21.13**: Painel da noite; **21.30**: A economia portuguesa ... a economia no nosso dia a dia, por Abilio Dinis Silva; **00.00**: Último jornal; **00.30**: Retrospectiva; **01.00**: Saida e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta ... música na noite; **02.00**: Música na noite.

2.º Programa

15.55: Conjuntos de câmara; **17.00**: Música coral sinfónica; **19.35**: Sonata para flauta e piano, em ré maior, op. 94, de Prokofiev; **20.00**: Solos de cravo; **20.30**: A Orquestra filarmónica de Berlim, dirigida pelo maestro Herbert von Karajan; **21.50**: Sonata em Trio, n.º 6, em sol menor, de Purcell; **22.00**: Concerto pelo Grupo Vocal Feminino, dir. por F.W.Verner; **22.30**: Música de tecla; **23.00**: Intercâmbio musical; **01.00**: Fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão nacional ... ela por elas ... casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo (repetição); **16.30**: Vamos ao médico, com o dr. José Matildes (repetição); **18.00**: Emissão regional ... contacto ... teatro trágico, dos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Folhetim «Esteiros» (repetição); **21.00**: Música so musica; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.00**: A música e as vozes.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Se uência da tarde; **18.00**: Trechos seleccionados; **18.15**: Palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **21.05**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.05**: Trifónico; **23.30**: Dicionário de economia; **02.00**: Encerramento da estação.

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 — 15.00 e 21.00

dois filmes, duas concepções do futuro!
«SOLARIS» de Andre Tarkovski
«2001 Odisseia no espaço» de Stanley Kubrick
Hoje, após a projecção de **«SOLARIS»** debate com a presença dos actores Donatas Banionis e Natalia Bondartchuk

EDEN

T.320768 — 14.00, 16.30 19.00 21.15

Interdito a menores de 18 anos

ADEUS, BRUCE LEE

C/Lee Row Lung e Ronald Brown

O filme que Bruce Lee não Terminou!

ODEON

T.326283 — 15.15-18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

5.ª semana de gargalhada!

AS NOITES LOUCAS DO HOTEL LUA MEL

um exito sempre total

Segredos sexuais revelados por um furacão escondido

APOLO 70

T.763319 — 21.15

«CHINATOWN»
um filme de Roman Polanski
com Jack Nicholson e Faye Dunaway
Não aconselhável a men. de 18 anos
Hoje às 14.00, 16.30 e 19.00
últimas exibições do filme
«A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA»
Hoje às 24.00 Terror e Horror
Grupo D (18 anos)
«A MALDIÇÃO DO ALTAR VERMELHO»

CASINO ESTORIL

T.264621 — 17.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

NÃO TOQUE NA MULHER BRANCA

S. JORGE

4153/4 — 15.15, 18.15, e 21.15

De novo o inspector Clouseau

4.ª semana

O REGRESSO DA PANTERA COR-DE-ROSA»

Com Peter Sellers

RESTELO

T.610375 — 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

«SEGUNDOS PARA UMA FUGA»

AVIS

T. 47163 — 15.30, 18.30, 21.15

Int. men. 18 anos

ADEUS, BRUCE LEE

Com Bruce Lee

ESTÚDIO

T. 555134/5 — 15.30, 18.30, 21.15

Liv Ullman - Michel Piccoli em
«LEONOR»
Um filme Juan Buñel
(Não acons. men. 18 anos)

ESTÚDIO 444

14.30, 16.45, 19.00, 21.15

Interdito a men. de 18 anos

TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA

5.ª Semana

CARLOS MANUEL — SINTRA

T.2930394 — Às 21 horas

Não acons. a menores de 13 anos

A SÉTIMA ALVORADA

MUNDIAL

T.538743 — 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores 18 anos

UMA TESE ESCANDALOSA

Com Pilar Velasquez

UNIVERSAL

T.774402 — clo Oshima

Todos os dias às
15.00, 19.00, 21.00
O MENINO
Às 17.00, 23.00
A CERIMÓNIA SOLENE
Não acons. a menores de 18 anos

CONDES

T. 322523 — 14, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
CONVÉM FAZER BEM O AMOR

c/ Luigi Proietti-Eleonora Giorgi

BERNA

T.776098 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Para todos maiores de 6 anos

OS DOIS MISSIONÁRIOS

Um filme de Franco Rossi
Bud Spencer-Terence Hill

12.ª semana

LONDRES

T.801313 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

O FANTASMA DO PARAÍSO

com Paul Williams

ROXY

T.48560 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

(Int m 18 a.)

O BORDEL DE NAZIS!

com Pierre Rousseau e Daniel Veaminik

TIVOLI

T.570596 — 14.45, 18.00, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos
O maior espectaculo jamais filmado
A TORRE DO INFERNO
4.ª semana

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

ALVALADE

T.897480 — 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CONVEM FAZER BEM O AMOR

c/ Puigi Proietti-Eleonora Giorgi

PATHÉ

T.821933 — 14.45, 18.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
4.ª semana

O maior espectáculo jamais filmado!

A TORRE DO INFERNO

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

NIMAS

T.574362 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
um filme de Réne Laforex
O PLANETA SELVAGEM
6 Grandes prémios internacionais

... semana

A partir de sábado 8 matinee infantil às 11h
Novamente!

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUIZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Lopes Cardoso

"C.A.P. TEM 50 ANOS DE EXPERIÊNCIA"

. «Tiveram já cinquenta anos para defender os interesses dos pequenos agricultores e nunca o fizeram», afirmou em Barcouço o ministro Lopes Cardoso perante mais de duas centenas de trabalhadores rurais, que se reuniram com o ministro da Agricultura para discutir a situação das cooperativas agrícolas durante a visita deste aos distritos de Coimbra e Aveiro.

Lopes Cardoso apontou os dois tipos de pessoas que, por ora, se recusam a aderir às cooperativas — os medrosos, que seriam a maioria, e um pequeno grupo, identificado com a C. A. P., que mereceu a acusação que citamos no princípio.

O ministro Lopes Cardoso que se encontrava acompanhado do comandante da Região Militar do Centro brigadeiro Franco Charais reafirmou a disposição do departamento que dirige, no sentido de apoiar todas as iniciativas de fomento do associativismo agrícola dos pequenos e médios agricultores, realçando também que esse associativismo terá de ser sempre voluntário.

Sousa e Castro

"JULGAMENTO DE PIDES VAI ABALAR CERTOS POLÍTICOS"

. «O julgamento de elementos da ex-P.I.D.E./D.G.S. irá provocar sérios sobressaltos em proeminentes figuras da actual cena política portuguesa» — afirmou o capitão Sousa e Castro, responsável pela Comissão de Extinção da ex-P.I.D.E./D.G.S.

«Algumas conhecidas cabeças — acentuou — irão rolar e os julgamentos efectuar-se-ão.

Referindo-se às recentes libertações de «pides», severamente criticadas pela Associação dos ex-Presos Políticos Antifascistas, e por sobreviventes do Campo de Concentração do Tarrafal, Sousa e Castro **afirmou que não estava a libertar** os «pides» «pelo amor que lhes tenho, estou a cometer um acto da mais elementar justiça», adiantando que «os elementos hierarquicamente responsáveis e aqueles cuja actuação criminosa está comprovadamente esclarecida não serão libertados».

O capitão Sousa e Castro observou ainda que «os «pides» que mandara libertar não são objectivamente perigosos para a ordem democrática».

Spínola decide

M.D.L.P. ao serviço da "reconstrução" do País...

Um «despacho» de Spínola, datado do Rio de Janeiro, e que «O Dia», na sua edição de hoje reproduz na íntegra, dá por extinto o M.D.L.P. como organização de combate. No mesmo texto afirma-se que o esforço do movimento se integrará nas rarefas que as Forças Armadas vem desenvolvendo para a recuperação do País. Spínola, por seu turno, parece ter salientado àquele matutino que se encontravam garantidas as condições para «a institucionalização de um regime democrático e pluralista em Portugal».

Retornados

Continuação da pág. 1

dos os desalojados que não estão hospedados em hotéis ou residências e que portanto, podem fazer as suas refeições em casa.

REFEIÇÕES GRATUITAS

Parece não existirem as apregoadas «brigadas de choque» com que uma minoria de retornados ameaçava as autoridades e o povo português. Segundo dois dos responsáveis da Intercomissões de Refugiados, João Cerejo e Sampaio, os refugiados e as suas brigadas poderiam «desencadear formas de luta para fazer valer aquilo que consideram ser de **elementar justiça». Entre** acções de «elementar justiça» constava a ocupação de hotéis, fase já ultrapassada, além da ocupação de estações radiofónicas, RTP e corte dos acessos à Ponte 25 de Abril, sobre o Tejo.

Depois da pronta intervenção da força especial da P.S.P. duvida-se que essa minoria de retornados mantenha essa sua posição e ameaça de violências.

Entretanto, o Governo decidiu fazer cessar até 31 do corrente o pagamento dos alojamentos dos retornados em hotéis de cinco e quatro estrelas, e até 20 de Junho as despesas de alojamento em estabelecimentos de três estrelas. Os retornados «cuja capacidade financeira não permita a obtenção de habitações pelos **seus próprios meios, serão provisoriamente, realojados** noutras unidades hoteleiras e similares disponíveis».

Para esta tarde o «programa» dos retornados que estiveram na origem dos desacatos, incluia «assaltos» a supermercados e refeições «gratuitas» em pensões e restaurantes.

O incidente das caixas abertas

Embaixador da R.D.A. esteve nas Necessidades

. Um porta-voz da Embaixada da República Democrática Alemã confirmou hoje à ANOP que **caixotes destinados àquela missão diplomática foram abertos** sem a sua autorização, na **Alfândega do Aeroporto de Lisboa.**

Interrogado sobre uma notícia publicada por um matutino lisboeta, segundo o qual esses caixotes continham «material rádio para escutas telefónicas», o mesmo informador afirmou: «Podemos dizer que só corresponde à verdade que se encontram no terminal do Aeroporto de Lisboa caixas destinadas à Embaixada da R. D. A, as quais foram em parte abertas, sem a nossa autorização e às quais foram também retiradas as cintas com o nosso selo de Estado».

Disse ainda o porta-voz da Embaixada que esse facto «representa uma clara violação das imunidades diplomáticas», esclarecendo, no entanto, que as referidas caixas «contêm **material radiotelegráfico e de** telecomunicações destinado à Embaixada. A entrada deste material foi devida e legalmente pedida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo autorizada».

Por seu turno, o director dos Serviços de Informação do MNE, dr. Alfredo Barroso, contactado pela ANOP, salientou que as caixas abertas no Aeroporto não eram volumes considerados mala diplomática, pelo que a actuação das autoridades portuguesas seria completamente legal.

«Eram sim, alguns volumes, que, ao abrigo da prática internacional, gozavam de isenção diplomática», sublinhou, prosseguindo: «nestes casos, o país que concede a isenção tem o direito de proceder à verificação do conteúdo dos volumes, na presença dos representantes da Embaixada».

Joaquim Francisco dos Santos

Trabalhadores ganharam

. Decorreu esta manhã, nos estaleiros gerais da empresa Joaquim Francisco dos Santos, um plenário de trabalhadores que assentou sobre o ponto único de informações. Nessa reunião a comissão de trabalhadores divulgou o resultado das conversações travadas a nível governamental, que consistem numa vitória para os trabalhadores daquela empresa de construção civil

Com efeito, a firma reabriu e, segundo afirmou um elemento da comissão de trabalhadores por nós contactado, «o Governo resolveu satisfazer as nossas principais reivindicações, aceitando a presença de um representante dos trabalhadores na Comissão de Inquérito à situação da empresa». O Conselho de Ministros decidiu aprovar a proposta dos trabalhadores, que fora sempre recusada pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Construção.

«Os trabalhadores estão seriamente voltados para o inquérito, pois exigem que as calúnias levantadas pelo ex-delegado do Governo, eng. Rogério Grave, sejam desfeitas» — frisou o elemento da comissão de trabalhadores, que se referiu ainda aos prejuízos causados durante o tempo em que a empresa se manteve encerrada — prejuízos que se cifram em mais de 10 mil contos. Entretanto, os trabalhadores pensam debruçar-se sobre a questão a fim de a empresa ser indemnizada.

Do conflito que opôs os trabalhadores ao Ministério da Habitação ressalta a unidade entre os 600 trabalhadores da empresa, que não se deixaram dividir. Nem nos piores momentos a unidade foi quebrada.

Os novos gestores já se encontram na firma e os trabalhadores retomam o trabalho respeitando as organizações por eles criadas. Uma das conquistas de que não abdicam é o controlo operário.

Eanes e Rocha Vieira foram ao Porto

Continuação da pág. 1

de ser enviado a Belém, contendo 28 assinaturas na sua maioria de elementos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Além destes documentos, sabe-se que a Belém têm afluido muitos telegramas e abaixo-assinados de outros sectores da população.

PINHEIRO DE AZEVEDO

A hipótese da candidatura do almirante Pinheiro de Azevedo mantém-se válida. Em recentes declarações Pinheiro de Azevedo condicionou a sua candidatura ao facto de aparecerem ou não candidatos que reúnam as condições aliás expressas num comunicado distribuído pelo seu gabinete:

Uma fonte ligada ao almirante Pinheiro de Azevedo informou-nos esta manhã que essas condições se mantinham pois até agora nenhum cidadão, civil ou militar, se candidatou.

De acordo com outras fontes Pinheiro de Azevedo poderá em breve fazer uma comunicação sobre a sua eventual candidatura mas esta não se verificaria no caso de o general Costa Gomes se apresentar como candidato.

OS PARTIDOS

Com exclusão do P.P.D. e C.D.S., que com intuitos precisos e já largamente denunciados, se apressaram em dar o seu apoio à eventual candidatura do general Ramalho Eanes, da parte do P.S. e do P.C.P. continua a não haver uma definição oficial quanto ao problema da Presidência da República.

Da parte do P.S., para além de declarações isoladas de alguns dos seus dirigentes, a posição definitiva que torne pública a adesão do partido a qual das hipóteses que vêm sendo aventadas (ou até a qualquer outra ainda não focada), não deverá surgir antes da reunião da sua Comissão Nacional, marcada para amanhã. Entretanto, sabe-se que Mário Soares se avistou ontem, no Restelo, com o general Ramalho Eanes, mas nada transpareceu sobre o teor do encontro.

Quanto ao P.C.P., a posição do partido foi anteontem à noite definida pelo seu secretário-geral, Álvaro Cunhal:

«Defendendo ser desejável que o Presidente da República seja um militar, dadas as funções e poderes que lhe atribui a Constituição (designadamente presidir ao Conselho da Revolução e exercer o cargo de comandante supremo das Forças Armadas), o P.C.P. tem também defendido que, na escolha de um candidato militar, os próprios militares têm uma palavra a dizer. Mas o P.C.P. não apoiará cegamente, de maneira seguidista e oportunista, um candidato militar apenas por ser militar ou proposto por outros militares. O P.C.P. formará a sua própria opinião e decidirá em conformidade.»

Desaparecem dois rapazes

. Dois rapazes, de 11 e 13 anos, saíram anteontem, pelas 15 horas, da escola que frequentam no Bairro da Encarnação e ainda não apareceram em casa. Moisés Tobias Farinha da Silva e Fernando Barbosa das Dores foram com três colegas dar um passeio à saída da escola, após o que não voltaram a ser vistos. Os colegas que os acompanharam disseram que tinham ido até ao Poço do Bispo, de onde tinham regressado de autocarro; os outros dois, por falta de dinheiro para o transporte, teriam ficado lá, após o que nada mais os familiares souberam a seu respeito.

Foi alertada a Polícia, que procura as crianças desaparecidas.

Entretanto, na Quinta do Morgado, um indivíduo que disse «piropos» a três meninas, de oito, dez e doze anos, foi detido pela população e entregue à P.S.P. Recorde-se que nesta zona houve há tempos dois casos de violação de crianças, o que traz em sobressalto a população, que se queixa da falta de policiamento na área.

Firmino Miguel requereu colocação

. De acordo com fonte digna de todo o crédito está definitivamente posta de parte a hipótese da nomeação do tenente-coronel Firmino Miguel para o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército.

Este oficial acaba, aliás, de requerer a colocação numa unidade militar a fim de preencher as condições exigidas para a sua promoção.

Zona Franca

AINDA O «MAU NEGÓCIO»

A propósito de uma nota aqui inserida sob o título «Mau Negócio», recebemos um comunicado do Secretariado Nacional do Partido Popular Democrático (sem qualquer assinatura, apenas com o símbolo daquele partido como identificação), do seguinte teor:

. «No mesmo número do jornal em que o 'Diário de Lisboa' afirma que não se desviar do cumprimento do dever 'informar com verdade, informar a verdade', no mesmo número em que diz solenemente 'continuará a ser uma voz independente', fazem-se duas referências — na página 7 e na coluna da última página 'Tome Note' — de acordo com as quais se insinua ser 'pelo menos estranho' que só agora o secretário de Estado dos Retornados — e agora é depois das eleições — se tenha lembrado não poder manter a verba para refeições em restaurantes.

«O 'Diário de Lisboa' não é, como se sabe, um jornal independente. Mas se, assim mesmo, diz aos seus leitores querer — e sentir como dever — 'informar com verdade, informar a verdade', deverá esclarecer que o despacho que cita do secretário de Estado do P. P. D. é de 8 de Abril, isto é, **antes das eleições e no início da campanha eleitoral** e corresponde ao aperfeiçoamento do despacho anterior com data de 24 de Fevereiro.

«É que nem todos os partidos procedem como os que são mais do agrado do 'independente' 'Diário de Lisboa'.»

. Agradecemos a rectificação da data e, embora entre aspas, o facto de o P. P. D. reconhecer que somos um jornal independente.

Voto dos emigrantes

Votos dos emigrantes: hoje, às 11 horas, os resultados provisórios apurados aumentavam a possibilidade do P. S., P. P. D. e C. D. S. em conseguir eleger deputados para a Assembleia da República procedentes do Círculo da Europa e do Círculo Fora da Europa.

Eis os últimos números conhecidos referentes aos quatro partidos mais votados no Continente no passado dia 25 de Abril:

. **Círculo da Europa** — P. S., 5803; P. P. D. 2830; P. C. P., 1 547; e C. D. S., 960.

Círculo Fora da Europa — P. P. D., 5 190; C. D. S., 2 800; P. S. 1 090; e P. C. P., 311.

Como oportunamente foi noticiado, dos 105 708 emigrantes inscritos, votaram unicamente cerca de 93 mil. Segundo informação que nos foi prestada, ao fim da manhã, por um elemento da Comissão Nacional de Eleições, «ainda se encontravam milhares de votos por escrutinar».

"O Jornal"

. Entrou no segundo ano de publicação o semanário «O Jornal». Ao seu director, Joaquim Letria, e a todos quantos trabalham naquele nosso prezado colega, endereçamos vivas saudações pelo aniversário.